

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

SIMONE PIMENTA C. ELIASSIM

**USO DA LITERATURA COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA
EM SALA DE AULA: UM DIÁLOGO COM A OBRA *TROPAS E BOIADAS*
DE HUGO DE CARVALHO RAMOS**

CATALÃO – GO

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

DESPACHO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCAT), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFCAT é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação [] Tese [] Outro*:

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Simone Pimenta Carneiro Eliassim

3. Título do trabalho

USO DA LITERATURA COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA EM SALA DE AULA: UM DIÁLOGO COM A OBRA TROPAS E BOIADAS DE HUGO DE CARVALHO RAMOS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA PEREIRA DOS SANTOS, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/11/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone Pimenta Carneiro Eliassim, Usuário Externo**, em 27/11/2023, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0004283** e o código CRC **298A5DB7**.

SIMONE PIMENTA C. ELIASSIM

**USO DA LITERATURA COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA
EM SALA DE AULA: UM DIÁLOGO COM A OBRA *TROPAS E BOIADAS*
DE HUGO DE CARVALHO RAMOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional, Universidade Federal de Catalão (UFCAT), como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores. Linha de pesquisa 1: Cultura, linguagens e ensino de história.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Pereira dos Santos

CATALÃO – GO

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Eliassim, Simone Pimenta Carneiro

Uso da literatura como fonte para o ensino de História em sala de aula : um diálogo com a obra Tropas e Boiadas de Hugo de Carvalho Ramos / Simone Pimenta Carneiro Eliassim. - 2023.

112, CXII f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Pereira dos Santos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação em História, Catalão, 2023.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras.

1. Tropas e Boiadas. 2. Regionalismo. 3. Cultura. 4. História. 5. Literatura. I. Santos, Márcia Pereira dos , orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 141 da sessão de Defesa de Dissertação de **Simone Pimenta Carneiro Eliassim**, que confere o título de Mestra em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores.

Aos **vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três**, a partir da(s) **14h00m**, realizou-se de forma remota pelo Google Meet: Link: meet.google.com/gys-mhxw-zws, a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: **USO DA LITERATURA COMO FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA EM SALA DE AULA: UM DIÁLOGO COM A OBRA TROPAS E BOIADAS DE HUGO DE CARVALHO RAMOS**. Os trabalhos foram instalados pela **Orientadora Professora Doutora Márcia Pereira dos Santos - (PPGHMP/INHCS/UFCAAT)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Professor Doutor Jason Hugo de Paula - (IFG - Câmpus Luziânia)** membro titular externo e a **Professora Doutora Regma Maria dos Santos - (PPGHMP/INHCS/UFCAAT)**, membra titular interna. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **Aprovada**. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Márcia Pereira dos Santos**, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA PEREIRA DOS SANTOS, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/11/2023, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jason Hugo de Paula, Usuário Externo**, em 27/11/2023, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regma Maria dos Santos registrado(a) civilmente como REGMA MARIA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 27/11/2023, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0003209** e o código CRC **606E017F**.

Ao meu esposo, Cristiano, obrigada por todo amor e companheirismo e por ser essencial em cada instante da minha vida; a minha mãe toda a minha gratidão e por sempre ser meu exemplo de força, dedicação e amor.

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar esta dedicatória sem deixar de agradecer a Deus, por me conceder saúde e sabedoria durante toda a trajetória para a conclusão desta pesquisa. Quero ressaltar também a importância da minha família em minha vida, que foi minha sustentação e incentivo nos dias em que eu achava que não conseguiria vencer os obstáculos pelo caminho. Concluir os créditos e iniciar a dissertação não é uma tarefa fácil, e acredito ser pior ainda por realizar tais atividades em meio a uma pandemia e diante de tantas incertezas e inquietações.

Ao meu esposo Cristiano, que considero meu companheiro de vida, minha alma gêmea, meu maior incentivador e, é claro, meu sorriso fácil. Sem seu apoio eu não teria chegado até aqui e sempre resalto a sua importância em minha vida, pelo amor e dedicação dispensados a mim e por nunca medir esforços para me fazer feliz e também pela total presteza e motivação nos momentos mais difíceis desta jornada, e também por me auxiliar nas leituras e sugestões para enriquecimento desta pesquisa. Dedico este trabalho a você, por todo o apoio e dedicação durante esse processo árduo e exaustivo. Agradeço a Deus todos os dias por ter colocado você em minha vida e nunca me canso de dizer que você é meu presente de Deus. Amo você!

A minha mãe com quem tenho uma dívida e gratidão eterna. Mulher guerreira e batalhadora, que nunca mediu esforços diante das inúmeras dificuldades para dar as suas filhas as melhores condições de vida. Agradeço hoje e sempre por todo o seu amor, dedicação e acima de tudo pelas diversas oportunidades de crescimento profissional que me proporcionou e pela lição de superação e persistência diante dos obstáculos da vida... A senhora é meu exemplo de vida e meu alicerce. Te amo além da vida!

Ao meu filho, todo o meu amor e dedicação. Faz pouco tempo em que você chegou à minha vida e mesmo assim já conseguiu mudar todo o meu mundo, para melhor. Obrigada por ser esse filho incrível. Amo você!

A minha irmã Livia todo o meu amor e carinho. O nosso amor vem de Deus, é o elo mais lindo que nos une e nos unirá para sempre.

Agradecimento especial a minha orientadora, professora Márcia, pelo acompanhamento e incentivo desde os tempos da graduação. Professora admirável, que nos inspira o tempo todo, pessoa de coração enorme, a quem serei sempre agradecida e feliz por tê-la em minha trajetória acadêmica e vida profissional. Obrigada pela confiança em meu trabalho, pelo respeito, por me ensinar e pela compreensão nos momentos de dúvidas em relação a realização e conclusão da pesquisa.

Agradecimento especial também, ao nobre colega Alex (secretário do PPGH - MP e

colega de mestrado), pessoa de extrema competência e gentileza. Agradeço pela disponibilidade e paciência em nos auxiliar, sempre que precisávamos de algo, lá estava ele pronto para nos atender e sanar nossas dúvidas.

Meus agradecimentos também ao programa de Pós – Graduação em História – Mestrado Profissional, por ter aceito minha proposta de pesquisa e em meio uma pandemia e ter nos auxiliado com tamanha presteza em nossas atividades de créditos, horas internas e externas, bem como na desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Foram também muito flexíveis em relação aos pedidos de prorrogação, qualificação e defesa. Muito obrigada! Meus sinceros agradecimentos e espero ter atendidos às expectativas do curso.

Aos professores e professoras de graduação e pós graduação do programa, especialmente as professoras Dra. Regma e Dra. Luzia com quem tive o prazer de conviver. A palavra mestre não poderia ser mais bem utilizada do que para descrever pessoas como vocês, que foram grandes inspirações nessa jornada, em minha vida profissional e pessoal.

Agradecimento especial também aos Professores Doutores Jason Hugo de Paula e Regma Maria dos Santos que se prontificaram a participar da Banca de qualificação e defesa, com suas respectivas contribuições, que além de ricas e necessárias deram forma a este trabalho, além de levar a perceber novas formas e propostas para o enriquecimento da pesquisa.

A todos que passaram pela minha vida e contribuíram de algum modo para a realização deste trabalho e me incentivaram durante toda a minha trajetória acadêmica, e de alguma forma contribuíram para o alargamento dos horizontes e das perspectivas desenvolvidas nesta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa é resultado de uma minuciosa análise referente a obra *Tropas e Boiadas* de Hugo de Carvalho Ramos, inserido em um contexto com características regionalistas, diante de um cenário permeado por aspectos sócio-histórico-cultural em fins do século XIX e início do século XX em Goiás. A pesquisa procura apresentar o universo sertanejo a partir do modo de vida dos tropeiros/sertanejos, descrevendo dessa maneira a realidade do homem goiano do período mencionado, enfatizando algumas informações relacionadas ao pouso, às tropas, aos utensílios, à alimentação, seu imaginário popular, bem como as tradições envolvendo o mundo rural, dentre outros. A obra ainda ressalta a dura realidade dos tropeiros em Goiás, os mesmos possuíam uma vida exaustiva diante das intempéries enfrentadas durante as viagens, como: tempestades, alagamentos, atoleiros, passagens de rios, afogamento de animais, dias ensolarados, nuvem de poeira pelas estradas, passagem por montanhas estreitíssimas, não raro se despencando em abismos, ataques de animais, dentre outros. Viagens estas que eram realizadas no lombo de animais para lugares logínquos, que chegavam a durar meses, mas foram ao longo dessas rotas que eles estabeleceram os pousos para que pudessem descansar, alimentar os muares, trocar de montaria e preparar sua alimentação. Portanto, esse estudo tem por objetivo especificar a contribuição dos tropeiros não apenas fazendo referência a sociedade e economia goiana, mas sobretudo em relação a sua contribuição para o processo cultural do estado, bem como realizar uma reflexão teórica-metodológica em relação a prática do ensino de História nas escolas públicas de Goiás.

Palavras-chave: Tropas e Boiadas; Regionalismo; Cultura; História; Literatura; Violência; Coronelismo; Consciência Histórica; Educação Histórica; Aulas-Oficina.

ABSTRACT

This research is the result of a detailed analysis referring to the work *Tropas e Boiadas* by Hugo de Carvalho Ramos, inserted in a context with regionalist characteristics, in front of a scenario permeated by socio-historical-cultural aspects in the late 19th century and early 20th century Goiás. popular imagination, as well as traditions involving the rural world, among others. The work also emphasizes the harsh reality of the tropeiros in Goiás, they had an exhausting life in the face of the bad weather they faced during the trips, such as: storms, floods, quagmires, river crossings, drowning animals, sunny days, cloud of dust on the roads, passing through very narrow mountains, often falling into abysses, animal attacks, among others. These trips were carried out on the back of animals to distant places, which could last for months, but it was along these routes that they established the landings so that they could rest, feed the mules, change mounts and prepare their food. Therefore, this study aims to specify the contribution of the tropeiros not only referring to the society and economy of Goiás, but above all in relation to their contribution to the cultural process of the state, as well as to carry out a theoretical-methodological reflection in relation to the practice of teaching of History in the public schools of Goiás.

Keywords: Troops and Boiadas; Regionalism; Culture; History; Literature; Violence; Coronelismo; Historical Consciousness; Historical Education; Workshop Classes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Caminho do Tropeiro, Jean Baptiste Debret, 1822.....	105
Figura 2 – Rancho Grande dos Tropeiros, Benedito Calixto, 1921.....	106
Figura 3 – Descanso de uma Caravana, Johnn Maritz Rugendas, 1835.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEE – Conselho Estadual de Educação de Goiás

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

DC – GO – Documento Curricular para Goiás – Ampliado – Ensino Fundamental – Anos Finais

MEC – Ministério da Educação

PROBNCC – O Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO 1 – HUGO DE CARVALHO RAMOS E SEU PROJETO LITERÁRIO ...	23
CAPÍTULO 2 – CORONELISMO, POLÍTICA E VIOLÊNCIA RETRATADOS NA LITERATURA GOIANA A PARTIR DA ANÁLISE DA OBRA <i>TROPAS E BOIADAS</i> NO CONTEXTO DA REPÚBLICA VELHA ...	52
CAPÍTULO 3 – A CULTURA TROPEIRA NO CONTEXTO DA OBRA <i>TROPAS E BOIADAS</i> ATRAVÉS DE AULAS-OFICINA	75
3.1 Conceito de Aula-Oficina de Acordo com Isabel Barca	75
3.2 Material Pedagógico.....	87
3.3 Planejamento: A Educação Histórica, aprendizagem de conceitos e tropeirismo: uma experiência com Aulas-Oficina	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
FONTE	94
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICE I – Atividade 1 – Questionário das ideias prévias dos estudantes	99
APÊNDICE II – Atividade 2 – Análise de fontes históricas (escrita, pictórica e audiovisual).....	101
APÊNDICE III – Autoavaliação – Ficha para Autoavaliação	111

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho que adiante se desenvolve intitula-se *Uso da literatura como fonte para o ensino de história em sala de aula: um diálogo com a obra Tropas e Boiadas de Hugo de Carvalho Ramos*, é resultado de um projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Catalão. Desta forma, objetiva-se fazer um estudo e análise do uso de fontes literárias no ensino de história – interrelações possíveis entre literatura e história.

No recorte literário, busca-se proceder a uma análise histórica na obra do goiano Hugo de Carvalho Ramos (1895-1921) com enfoque nas narrativas que compõem a obra *Tropas e Boiadas* (1917), por retratar a face da literatura goiana de maior destaque, devido ao seu caráter regionalista e a utilização de descrições da natureza, do homem, dos hábitos e costumes locais.

De uma análise das narrativas que permeiam a obra selecionada, verifica-se a existência de uma variedade temática, todas perpassadas pelo universo sertanejo e seus modos de vida, podendo portanto, serem tomadas como representações da vida goiana no final do século XIX e início do século XX. Desta feita, os personagens criados apresentam informações sobre aspectos da realidade sertaneja daquela época, com seus coronéis truculentos e autoritários de um lado e de outro os tropeiros e condutores de gado, com seus costumes e hábitos caracterizados pela ruralidade tecida ao longo dos caminhos das tropas e boiadas até atingirem os centros comerciais de Minas Gerais e São Paulo.

De acordo com Goulart (1961), o tropeiro era considerado o patrão, ou seja, o dono da tropa, que teve sua imagem atribuída por um longo período como sendo um negociador de animais, que dominava o mundo rural. Porém, essa imagem de homem “rústico” é substituída por um “homem abastado”, que ostentava riquezas e vivia no luxo com os exorbitantes lucros sobre as mercadorias que eram vendida por eles. Com os lucros obtidos eles investiam em mercadorias, fazendas, títulos de créditos, dentre outros. E devido a grande popularidade e prestígio acabavam por participar da vida política da localidade da qual eles representavam, como Goulart menciona em seu excerto,

O tropeiro era homem abastado pois ganhava gordas percentagens sobre as mercadorias que negociava. Comprava gêneros, fazendas e utensílios de toda espécie, no litoral, e os vendia com pingues lucros no interior. Senhores de grandes cabedais investidos em bestas, mercadorias, títulos de crédito, etc., tropeiros havia que possuíam várias tropas aos cuidados de arreeiros de confiança. O seu prestígio econômico e social acabava por lhe abrir as portas da política. Apesar da vida rude que levavam, os tropeiros cultivavam, bem nítido, aquele complexo de ostentação e de riqueza que dominava a fidalgagem da época. A sua influência e as regalias que

lhes dispensavam as pessoas de “calidade”, induziam a que se tornassem também uns perdulários. Em pouco tempo o amor pelo luxo e pelos prazeres domina-os sem despilôã, no entanto, da couraça da rusticidade que os recobre e se adensa com o passar dos anos no trabalho bruto da tropeiragem. Afidalgados, porém, civilizam-se a pouco e pouco (Goulart, 1961, p. 113).

Convém destacar a distinção que Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) apresenta sobre a distinção existente entre o tropeiro e o condutor de gado, destacando o fato daquele configurar-se como o elemento que dispunha de patrimônio, principalmente animais, e vendê-los em feiras e mercados, tendo como principal propulsor desta economia o fazendeiro. Já os condutores, por sua vez, ocupavam-se especificamente do transporte de mercadorias (principalmente animais destinados à venda), assegurando o transporte e comercialização destes, bem como fazendo dessa ação uma condição profissional, de onde retirava o seu sustento diário.

Completando o cenário das terras goianas do século XX, tem-se, ainda, as mulheres subjugadas, às quais foi relegado um papel secundário ou quase invisível no meio social, bem como as crenças e histórias de assombrações, típicas daquela região. Tudo isso é contado com riqueza de detalhes e representam uma amplitude de costumes e tradições de um povo que foram se acumulando ao longo dos séculos e das gerações.

Desta forma, compreender essas relações, identificando fronteiras e conexões, sobretudo, no uso da literatura como fonte, apesar de ser uma relação já desenvolvida no Brasil desde a década de 1990, configura-se como um caminho para o ensino de História em sala de aula, fornecendo indicativos das relações sociais, dos sujeitos entre si e destes com seu meio. Assim, a história e a literatura interpretam o mundo de formas distintas, mas por sua vez se complementam, e os historiadores devem ter a preocupação em sua pesquisa de se apropriar de um texto de ficção e abordá-lo no estudo de história. É necessário analisar de forma criteriosa o contexto histórico em que a obra foi escrita para, posteriormente, relacioná-la com os acontecimentos daquele momento no Brasil e no mundo, como se pretende no presente trabalho. Contudo, a obra em si ultrapassa questões temporais, até mesmo pelo fato de que as questões existenciais humanas são atemporais.

O interesse por essa temática surgiu, além da leitura de alguns textos, da insuficiência, enfrentada em sala de aula, de materiais didáticos destinados ao ensino da história goiana. Ora, se o acesso de docentes e discentes de ensino fundamental e médio a acervos em instituições onde há materiais de História de Goiás é dificultado pela extensa carga horária a ser cumprida na escola, ou se essas matérias não são suficientes, utilizar a fonte literária existente na própria escola para produção desse saber com alunos de ensino fundamental e médio é um caminho que

reconstrói o elo entre leitura e compreensão acerca do mundo, possibilitado por obras literárias. Neste sentido, Pesavento observa:

Para enfrentar esta aproximação entre estas formas de conhecimento ou discursos sobre o mundo, é preciso assumir, em uma primeira instância, posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade verdade/ficção, ou a suposta oposição real/não-real, ciência ou arte [...] Assim, literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo. Como narrativas, são representações que se referem à vida e que a explicam (Pesavento, 2006, p. 02).

Nesta perspectiva, percebe-se que a literatura pode ser utilizada como fonte histórica uma vez que ela retrata, sobretudo na obra em análise, indivíduos em um contexto social específico: o sertão goiano, com seus hábitos e costumes, com suas crenças e saberes. Assim, a compreensão da realidade social desses indivíduos, dos seus hábitos e costumes, das ideologias e sentimentos permite uma compreensão histórica desses seres nessa conjuntura. A literatura, desta forma se compromete com o social, e à história é destinada a função de criticizar a vida destes indivíduos, denunciando problemas sociais inerentes aquela situação.

Convém, destacar que a Literatura enquanto uma representação da realidade, a faz de forma ficcionada. No entanto, ela possibilita uma experimentação do real, do contexto histórico, tanto dos indivíduos que vivem a trama narrativa, quanto do período de produção da obra. Assim, reitera Pesavento

[...] o exercício ficcional de escrita da História encontra limites, se formos considerá-lo com relação àquele que preside a escrita da Literatura. Estes limites se dão, por um lado, pela exigência deste acontecido, ou de que os personagens e fatos sejam reais. Nesta medida, a História coloca reticências a uma postura tal como a de Hayden White, que leva muito longe a dimensão desta imaginação histórica, ou a de Roland Barthes, quando afirma que nada existe fora do discurso. Sim, a realidade é apreendida pela linguagem e nesta encontra significado, mas o imaginário pressupõe o real como referente (Pesavento, 2003, p. 35).

A utilização de obras literárias como fonte histórica, sobretudo a partir das relações existentes entre o ficcional e histórico, possibilita uma observação mais próxima da realidade social e, conseqüentemente o desenvolvimento de um senso crítico de determinados momentos históricos. A verossimilhança literária permite aos estudantes uma experiência mais direta com a realidade social, permitindo que as narrativas se apresentem aos leitores como realidades históricas de um tempo pretérito.

A relação entre Literatura e o ensino de História assume, de acordo com Valdeci Rezende Borges, uma dimensão para além dos documentos. Neste sentido,

Sendo a literatura uma forma de ler, interpretar, dizer e representar o mundo e o tempo, possuindo regras próprias de produção e guardando modos peculiares de aproximação com o real, de criar um mundo possível por meio da narrativa, ela dialoga com a realidade a que refere de modos múltiplos, como a confirmar o que existe ou propor algo novo, a negar o real ou reafirmá-lo, a ultrapassar o que há ou mantê-lo (Borges, 2010, p. 98).

Ampliando um pouco mais a relação entre história e literatura, tem-se o fato de que ambas se caracterizam por serem possibilidades de “inventar o passado”, compreender o presente e pensar o futuro. Assim, as aproximações e distanciamentos entre história e literatura nos permitem entendê-las como formas distintas de se aproximar da realidade. No entanto, tanto a história quanto a literatura se inserem no âmbito da História Cultural, denominada por Silva, como:

[...] um movimento internacional, e não tipicamente francês, como muitas vezes se presume. Com a abertura de áreas e campos de pesquisa proporcionados pela História Cultural, ocorreu uma verdadeira quebra das fronteiras, sejam as de pesquisa, sejam mesmo as que definiam as áreas do conhecimento (Silva, 2008, p. 01).

Desta forma, a História Cultural possibilitou a ampliação das opções de pesquisas com a incorporação de novas fontes históricas, permitindo assim, novas abordagens e metodologias para a utilização da literatura como fonte documental. Neste sentido, no que se refere a relação entre literatura e história, Pesavento (2006, p. 3). afirma que “se resolvem no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real”.

Nesse contexto, anexo aos movimentos da História Cultural, o conceito de representação irá orientar o trabalho do historiador, favorecendo, dessa forma, estudos voltados ao indivíduo, à sociedade, ou seja, os aspectos culturais e sociais, permitindo que a cultura seja pensada em suas múltiplas variações.

Logo, compreendemos que o texto literário enquanto representação proporciona aos historiadores um trabalho de análise, que se verifica nas imagens literárias, além de observar como os acontecimentos de uma determinada época eram representados pelas pessoas, seus valores culturais e sociais destacados através da fonte histórica de pesquisa. Nessa perspectiva, Chartier (1990, p. 17) menciona que a História Cultural é entendida como o estudo dos processos com os quais se atribui um sentido, uma vez que as representações podem ser pensadas como “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”.

Assim, a literatura se torna também um suporte para que os estudos historiográficos possa analisar e utilizá-la como fonte. O texto literário contribui para ampliar a visão do historiador sobre fatos, costumes, hábitos e formas de interação que ele não viu. No dizer de Pesavento (2006, p. 06) estaríamos “diante do efeito de real fornecido pelo texto literário que consegue fazer seu leitor privilegiado – no caso, o historiador com seu capital específico de conhecimento”.

Portanto, a literatura caracteriza-se como documento que, a partir de um diálogo entre conceitos, problemas e evidências, reconstruídos pelo historiador, assume a natureza de fonte, uma vez que pauta-se profundamente na relação de sua produção com o contexto social, estando intrínseca à História. Desta forma, ao ter acesso à ficção, o historiador consegue enxergar traços que outras fontes não lhe forneceria: o tempo em que a narrativa foi escrita, seu enredo, as manifestações culturais, as expectativas de um tempo, os comportamentos humanos, as relações econômicas. Por isso, acredita-se que o texto literário possa ser utilizado como fonte histórica em sala de aula, possibilitando o acesso dos docentes e discentes com narrativas acerca da história de Goiás.

Desta forma, ao ler obras de autores goianos foi possível deparar com inúmeras situações que criam representações de momentos históricos específicos. No caso de Hugo de Carvalho Ramos, os traços da literatura regionalista apresentam ao leitor um sertanejo com sua face produtiva, denunciando suas condições sociais do período em análise. Assim, nas palavras de Albertina Vicentini

[...] quando elabora a dualidade da autenticidade de um tipo de homem do sertão e a inautenticidade de outro, ideologicamente ele escolhe, seleciona. E, ao selecionar, aponta para o tipo de imagem que ele quis construir do sertão: imagem de um sertão economicamente viável, construída sobre a do sertanejo produtivo, o tropeiro, o boiadeiro e não sobre o roceiro (Vicentini, 1997, p. 45-46)

É neste contexto que o estudo aqui realizado selecionou a obra *Tropas e Boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos, por compreender que a imagem de sertanejo apresentada nessa fonte literária é a de um homem marcado por um processo de produção através do seu trabalho, evidenciando a cultura dos tropeiros e boiadeiros, seu modo de vida, seus instrumentos, seus comportamentos. Os contextos socioculturais que podem ser recortados no romance em análise permitem a compreensão da história goiana durante o período denominado de República Velha.

Neste sentido, aponta Santos que “[...] as culturas humanas são dinâmicas. De fato, a principal vantagem de estudá-las é por contribuírem para o entendimento dos processos de transformação porque passam as sociedades contemporâneas. Esse é um ponto muito

importante” (Santos, 2006, p. 26).

Assim, é pertinente utilizar-se da fonte literária como forma de compreender a pluralidade cultural de um grupo social, expressa através de seus hábitos, costumes, trabalhos, pensamentos e formas de interação entre os seres. Explorar narrativas ficcionais exige a compreensão de que estas, em muitos momentos, apresentam realidades vivenciadas pelos personagens que as compõem. Esses personagens, contudo, revelam modos de ser e de se relacionar comuns na realidade social, que se constroem a partir das memórias coletivas. Neste sentido, com relação a coexistência de pluralidades e tradições históricas, Zarth aduz que:

Precisamos ter clareza de que é inevitável conviver com diversas narrativas históricas, tanto as construídas a partir da memória coletiva como pela intencionalidade das instituições oficiais, como o professor Marc Ferro nos demonstrou em seu livro sobre a história ensinada em diversos países do mundo. Concordamos com ele quando escreve: “É próprio da liberdade deixar que coexistam várias tradições históricas, inclusive que se combatam”. [...] A cultura histórica pode ser constituída a partir da pluralidade. Nos cabe, enquanto profissionais, recolher e analisar as origens das distintas tradições ou das intencionalidades que formam ou pretendem formar uma determinada cultura histórica (Zarth, 2000/2001, p. 50).

Para o historiador, as fontes podem ser encontradas em diferentes contextos. O que para muitos seria apenas uma obra literária com finalidade de deleite e fruição literária, para o historiador, após análise acurada e pormenorizada, transforma-se em possibilidade de compreensão e explicação de determinados grupos humanos, inseridos num local e em época específica. Assim, a expertise do historiador consiste em selecionar materiais diversos como fonte para a construção do saber histórico. Assim, Grespan (2008, p. 294) destaca ser desejável que o historiador forme expectativas a partir de variados documentos encontrados, que podem ser utilizados como orientação à pesquisa, sendo necessário uma seleção, reunião e análise de tal material sob a perspectiva histórica.

Nesta perspectiva, ao elaborar contos e narrativas pautados nas realidades vivenciadas no passado, literatos se utilizam do ofício dos historiadores. Contudo, o papel destes diante da análise de uma realidade apresentada pelos romancistas seria a de descortinar uma realidade para além da ficção, exterior ao próprio texto. É salutar que a verossimilhança refere-se apenas a uma semelhança entre o real e o fictício, e estabelecer esses limites é crucial em um estudo que pretende tomar o texto literário como fonte de saber histórico. Assim, o papel do historiador é justamente estabelecer o distanciamento entre o real e o fictício, sobretudo pelo fato de que o texto literário se sobrecarrega de sentimentalismos e emoções incontrolláveis. Neste sentido, Carlos Ginzburg (2007, p. 14). afirma que “destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo, não deixaria de ser uma das pretensões do ofício

dos historiadores”.

Neste contexto, o texto literário passa a configurar-se também no rol das diferentes fontes. As fontes históricas, portanto, se tornam ferramentas culturais e permitem, em sala de aula, apresentar a diversidade cultural de grupos específicos, desenvolvendo sobretudo o conhecimento com vistas, inclusive, a alteridade.

Desse modo, na segunda metade do século XX, o estudo histórico abarcou as mais diferentes fontes, tais como a literatura, as imagens e até mesmo a cultura material. Isso possibilitou uma ampliação do conceito de fonte histórica, permitindo que as manifestações culturais, as experiências, os comportamentos, os afazeres diários pudessem ser analisados e compreendidos como possibilidade de conhecimento histórico. Isso não significa que os documentos escritos perderam o seu valor, mas que passaram a ser compreendidos e estudados a partir de visões interdisciplinares, como ocorre na dinâmica entre História e Literatura.

O ensino e aprendizagem de história deve ser capaz de desenvolver nos alunos competências alicerçadas no conhecimento histórico, em que haja a compreensão de que História é uma ciência particular que permite uma pluralidade de explicações ou narrativas sobre o passado, porém tais explicações e narrativas devem ser relativizadas dentro de seu recorte temporal.

Neste sentido, as manifestações humanas no passado contituem-se como informações importantes a serem observadas, delimitando o tempo e o espaço para se analisar as fontes de maneira crítico-reflexiva. Segundo Rüsen, as fontes devem ser analisadas a partir da criticidade. Neste sentido, ele salienta que

A crítica das fontes é o ponto fulcral da objetividade histórica (no sentido de “objetividade de fundamentação”. Ela leva a proposições históricas que, por força de sua referência à experiência metodicamente regulada, valem empírica e intersubjetivamente. É com essa garantia de princípio (metódica) da pretensão de validade que o conhecimento histórico científico se diferencia do não-científico, relativamente a seu conteúdo factual (ou, como também se poderia dizer, à sua base de dados) [...] dessa pretensão de objetividade tende-se naturalmente a ver na crítica das fontes a forma metódica da pesquisa histórica, que decide sobre o caráter científico da ciência da história, já que é essa operação que leva ao conhecimento seguro daquilo que foi ou não o caso no passado (Rüsen, 2007a, p. 123-124).

O estudo que ora se apresenta, como já retromencionado, surgiu da escassez de material didático quando se trata do estudo da história goiana em sala de aula. Em constantes visitas a bibliotecas escolares, enquanto profissional da área de história, percebeu-se, praticamente a inexistência de materiais específicos sobre esse tema, sendo que o número restrito de materiais não contempla um conhecimento mais detalhado acerca da história goiana.

Paralelo a esse universo contata-se a presença de obras literárias de autores goianos, como Hugo de Carvalho Ramos, por exemplo, que encontram-se anexadas às prateleiras das bibliotecas escolares e muitas vezes são poucos manuseadas pelos alunos, até mesmo pela falta de conhecimento de seus contextos históricos.

Nesse contexto, surgiu a ideia de se utilizar esse material de literatura goiana, muitas vezes esquecidos nas bibliotecas escolares, como fontes históricas capazes de estabelecer o diálogo e a inter-relação entre a literatura e história. Acredita-se que muito pode ser pensado e trabalhado com a utilização desse material literário como fonte do estudo de história, estabelecendo limites e conexões entre os personagens fictícios, suas tramas sociais, sua cultura e seu modo de produção à luz da história oficial.

Compreendendo que a escola se qualifica como local produtor de conhecimento e a insuficiência de materiais para o ensino de história goiana permite a abertura de um debate sobre a utilização da fonte literária no ensino de história, é salutar e urgente a ampliação de objetos de estudo, temas, problemáticas e utilização de fontes históricas nas salas de aula.

Enquanto professora de história, sempre foi possível perceber a dificuldade em aproximar o conteúdo abordado em sala de aula no que se refere à história goiana ao cenário social e político em que estamos inseridos. Estabelecer uma conexão entre a literatura e o ensino histórico torna-se uma ferramenta eficaz e que sempre foi pouco utilizada na educação brasileira.

Sabendo que a literatura tem um papel fundamental na explicação de questões sociais, seria esta uma importante fonte a ser utilizada nos estudos históricos, configurando-se, como instrumento de aprimoramento do saber. Como todo estudo, a utilização dessa fonte deve ser tratada com cuidado necessário, extraindo dela apenas os elementos possíveis à construção da realidade fática daqueles sujeitos históricos, o sertanejo goiano inserido dentro do contexto histórico marcado pela República Velha.

A obra selecionada para analisar as questões históricas pertinentes, como já dito, foi *Tropas e Boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos (1984), uma vez que se compõe de narrativas aptas a difundir e registrar um modo de ser marcado no meio cultural do interior goiano. A obra selecionada é composta de uma compilação de histórias do sertão goiano, expressando todas as características simples, porém autivas do tropeiro, do boiadeiro, dos condutores de gado. Em algumas histórias as personagens femininas também são evidenciadas. São histórias ricas e que expressam os hábitos e costumes de homens que atravessavam o país e faziam uma conexão entre o campo, fonte de poder econômico e político e a cidade, fonte de instrução, pequenos polos comerciais e de irradiação do poder religioso.

Assim, os personagens que compoem as narrativas são homens e mulheres simples, trabalhadores do campo, delineados pela terra e pelo suor, apresentando ao leitor um cenário genuinamente goiano.

Especificamente, no caso de Hugo de Carvalho Ramos, é necessário compreender que a cultura de um determinado grupo social se constitui a partir dos mecanismos simbólicos de representação do mundo e também das relações dos seres dentro desse grupo. Identificar manifestações culturais e relações no cenário de *Tropas e Boiadas* é uma forma de verificar como um ser humano se relaciona com o mundo e com os demais seres, criando assim horizontes culturais dentro do grupo específico. É neste sentido que destacamos o fato de que a obra *Tropas e Boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos, apresenta a identidade do sertanejo, num recorte temporal do final do século XIX e início do século XX, marcada pelos instrumentos de trabalho que possibilitaram o desenvolvimento mercantil do próprio estado de Goiás. Convém destacar aqui as palavras de Vicentini:

[...] a construção de Hugo de Carvalho da imagem do homem sertanejo goiano é a resposta clara ao seu tempo. E a sua escolha dos tropeiros e boiadeiros é uma escolha de identidade positiva para o seu estado, de forma a que ele comparecesse como produtivo – sertanejo e não caipira – no concerto geral da nação (Vicentini, 1997, p. 52).

É bem verdade que o trabalho não pode e não deve se limitar somente ao estudo e análise da obra literária selecionada, mas buscar um conhecimento acerca do autor Hugo de Carvalho Ramos, bem como das demais obras por ele produzidas como forma de ampliar os conhecimentos acerca do período histórico abordado. Assim, pesquisas variadas, visitas a bibliotecas, análises de edições variadas de obras literárias, análise de outros documentos perpassaram o presente trabalho. Como bem salienta Bloch

Reunir documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato, ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda sorte (Bloch, 2002, p. 82).

Neste sentido, inventariar historicamente o trabalho dos tropeiros e condutores de gado pelos sertões goianos possibilita a construção do conhecimento histórico a partir do saber da vida humana, refletido nos textos ficcionais. Dessa forma, a identidade do sertanejo e sua relação com a natureza e o mundo do trabalho interessa a ciência histórica na medida que contribui na construção da identidade desse personagem. Como bem salienta Rüsen, “isso se dá quando, em sua vida em sociedade, os sujeitos têm de se orientar historicamente e têm que

formar sua identidade para viver – melhor: para poder agir intencionalmente” (Rüsen, 2007b, p. 87).

Para tanto, este trabalho se organiza em três capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se uma análise da obra literária selecionada, *Tropas e Boiadas*, bem como a contextualização do autor; no segundo capítulo, objetiva-se analisar o contexto histórico marcado pela República Velha no interior de Goiás, enfatizando o coronelismo e a violência retratados na literatura de Hugo de Carvalho Ramos; no terceiro capítulo, tem por objetivo realizar uma reflexão teórico-metodológica em relação à prática de ensino de História adotada nas escolas públicas de Goiás de acordo com o Documento Curricular para Goiás, relacionado ao tema “Cultura Tropeira”, no contexto da obra *Tropas e Boiadas*. Além da reflexão em relação a metodologia adotada, propõe-se a criação de um material pedagógico por meio aulas-oficina, com o intuito de auxiliar os professores em sala de aula.

CAPÍTULO 1 – HUGO DE CARVALHO RAMOS E SEU PROJETO LITERÁRIO

A categoria contos em Goiás, assim como a Literatura de um modo geral, apresenta características múltiplas, dessa forma ela abarca nomes de grande visibilidade no cenário nacional, como é o caso de Hugo de Carvalho Ramos (1895-1921), autor de *Tropas e Boiadas*, considerada como uma das mais importantes obras literárias sobre Goiás, dentro de uma perspectiva regionalista.

Ramos em seus contos procura descrever de forma detalhada o modo de vida, os costumes e os problemas do homem simples que vivia no sertão de Goiás no início do século XX. Portanto, busca-se, neste tópico, proceder a uma análise do autor e da obra em estudo, bem como a apresentação dos contos que compõem a obra, com suas temáticas, ambientação (paisagens e lugares íntimos do Planalto Central) descrita pelo autor visando caracterizar o cotidiano do mundo rural sertanejo, enfatizando a sua cultura, economia, política, e as condições a que estavam submetidas as populações do interior.

Sem dúvida, uma obra literária é resultado de um trabalho exaustivo e mesmo se tratando de uma ficção, ela é capaz de conversar com a realidade em questão. Textos que podem nos inteirar sobre diversos detalhes de uma região, de um povo, ou de uma época em questão. Neste sentido, Cândido salienta que

[...] um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, a aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo (Candido, 2006, p. 68).

É evidente que a literatura goiana desenvolveu-se tardiamente em relação à literatura conhecida nacionalmente. Segundo alguns estudiosos, mais especificamente Palacín, isso ocorreu devido a inúmeras razões, dentre elas, em decorrência da questão do isolamento geográfico de Goiás em relação aos principais centros urbanos do país e, também, devido ao que o autor chama de apatia de alguns estadistas, que não preocupavam-se com as necessidades da população goiana, principalmente relacionadas às questões que envolvem os aspectos culturais e intelectuais. Culpavam o governo central do abandono e da manutenção do *status quo*. Nesse contexto, Palacín e Moraes, salientam que:

As três primeiras décadas do século XX não modificaram substancialmente a situação

a que Goiás regredira em consequência da decadência da mineração no fim do século XVIII. Continuava sendo um estado isolado, pouco povoado, quase integralmente rural, com uma economia de subsistência. (Palacín; Moraes, 2008, p. 133).

Contradizendo as ideias apontadas por Palacín e Moraes, Chaul na obra intitulada *Caminhos de Goiás*, menciona que é necessário proceder a uma revisão nos paradigmas em torno do conceito de “decadência” e “atraso”, que perpassa toda a historiografia goiana entre os séculos XVIII e boa parte do século XIX. Segundo o autor, o conceito de decadência permaneceu como algo inquestionável até os anos 1990.

Chaul, portanto, evidencia os fatores que levaram à ideia de “decadência” e o conceito de “atraso/modernidade” em Goiás. Os primeiros relatos sobre Goiás partiram dos viajantes europeus e tais relatos mostravam uma visão de mundo durante a fase da pós-mineração para a agropecuária que demonstrava o ócio, o atraso e o isolamento. Por um longo período, Goiás estava “ligado à ideia de sertão, de roça, de lugar deserto, carente de urbanização, distante, ‘no fim do mundo’; alheio ao tempo e à prosperidade” (Chaul, 2010, p. 24). Chaul mostra que

[...] para esses europeus acostumados a sociedade em processo de industrialização, com fábricas em pleno vapor e mundos se interligando através dos meios de comunicação mais desenvolvidos, o interior de Goiás – com seus buracos que abrigavam águas das chuvas, com suas intransitáveis estradas para lugar nenhum – não poderia causar outra sensação senão do atraso provocado pela decadência das minas (Chaul, 2010, p. 61).

Assim, o que houve foi a deteriorização dos arraiais de mineração, e seus moradores passaram a morar no campo, já que esta já era uma característica da sociedade goiana desde o século XVIII, marcada por uma economia agrária e com uma economia atribuída por ele como sendo de abastância, onde a população plantava para suas primeiras necessidades e, caso sobrasse alguma coisa, gastava-se com festas e outras necessidades secundárias.

Chaul ainda ressalta que a sociedade goiana pós-crise da mineração, “existiu muito mais vida e vigor do que as interpretações sobre a decadência indicam (2010, p. 23). Destaca também este historiador a importância exercida pela pecuária para a economia goiana:

As tropas e boiadas foram muito mais do que páginas brilhantes da literatura goiana. Por longo tempo, a pecuária sustentou a economia de Goiás, ultrapassando as barreiras naturais que se impunham sobre essa terra desde os primórdios de sua história. Indiferente às dificuldades de transporte, o gado, que se autotransportava, estabelecia elos comerciais duradouros entre Goiás, Minas e São Paulo. Rompia barreiras, desconhecia léguas a distância e, mesmo abaixo do peso, entre a sede e a fome, ampliava um comércio que, cada vez mais, trazia bons rendimentos para Goiás. Duplicava-se anualmente, sem maiores investimentos, e graças à sua autolocomoção, no dizer do governador José Rodrigues Jardim, ia “buscar moeda para a Província” (Chaul, 2010, p. 99).

Assim, destaca-se a importância que a pecuária exerceu no desenvolvimento goiano, sobretudo pelo fato de possibilitar o estabelecimento comercial desta região com os estados de Minas e São Paulo. Esse estabelecimento comercial, por sua vez, trazia desenvolvimento econômico para Goiás, sobretudo com a possibilidade de investimentos no estado. Assim, além do ouro, outra possibilidade econômica se vislumbrava em Goiás. Neste sentido, Chaul ainda desta que:

A pecuária era a prova incontestável de que a economia goiana podia-se apurar por meio de uma atividade de maior durabilidade do que a exploração do ouro. Menos esgotável devido às propícias condições naturais, com menos investimentos, mais adequada aos padrões em que se apresentava Goiás e, por fim, capaz de estimular a agricultura, ainda em bases rudimentares (Chaul, 2010, p. 102).

A obra em análise leva em conta a ruralização do espaço, e retrata o sertanejo como um personagem destemido diante das dificuldades impostas pelo duro trabalho no campo e também pelas intempéries enfrentadas por eles no dia a dia, em relação ao clima e os perigos advindos da natureza, devido a ataque de animais, principalmente animais peçonhentos. Pelo fato do autor ter vivido no cerrado goiano, ele relata fatos vivenciados por ele, e além do mais há uma exaltação do sertão goiano em meio a histórias bucólicas, evidenciando acontecimentos e façanhas de um povo marcado pela rusticidade de seu modo de vida, seja na alimentação, no modo de vestir, nos utensílios usados por eles, dentre outros.

De acordo com Goulart, a “indumentária” usada pelo tropeiro era resultado das condições de clima (sol escaldante, tempestades), estradas empoeiradas, vegetações espinhosas, a qual estavam submetidos. Desse modo, o autor menciona que em Goiás e Minas, os tropeiros usavam na cabeça um chapelão de feltro de cor cinza com abas viradas,

[...] vestiam camisa e calças marrons, de pano forte, e usavam botas de couro flexível, tão compridas que alcançavam a metade da coxa, com o objetivo de proteger as pernas dos peões contra galhos e espinhos que ficavam ao longo do caminho e [...] jogada sobre os ombros, uma grande manta de baeta, com uma abertura no centro para enfiar a cabeça. (Goulart, 1961, p. 119).

Nas descrições apresentadas na coletânea de Hugo de Carvalho Ramos, cuja publicação se deu em 1917, ressaltou vários elementos relacionados a maneira de viver do roceiro e do lugar onde passou sua infância e adolescência. Como já foi mencionado acima, o autor era filho de um juiz e que devido a sua profissão tinha que deslocar pelos sertões goianos até as comarcas vizinhas de sua cidade.

Mesmo sendo uma criança, Hugo de Carvalho De acordo com as narrativas que compõem a obra *Tropas e Boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos, é possível que o leitor se depare com uma temática relacionada à biografia do autor, descrita por seu irmão Vitor de Carvalho Ramos. Segundo a biografia Ramos, nasceu em 21 de maio de 1895 em Villa Boa, que na época era a capital do Estado de Goiás, hoje conhecida por cidade de Goiás. Hugo de Carvalho era filho do então juiz municipal de Direito e poeta Manoel Lopes de Carvalho Ramos que fora nomeado por D. Pedro II e de Mariana Loiola Ramos, sendo que o mesmo veio a falecer no Rio de Janeiro em decorrência de suicídio (enforcou-se) devido a uma grave crise de depressão, no dia 12 de maio de 1921, poucos dias de completar 26 anos de idade.

Ramos tivera inúmeras oportunidades de acompanhar seu pai nessas longas viagens. Nessas andanças, ele passou a vivenciar a dura realidade que o sertanejo enfrentava no dia-a-dia, e, como ele próprio menciona,

[...] apegando-se às coisas da terra, com suas tropas e boiadas, ao guizalhar da cabeçada da madrinha, e ao chiar dos carros de bois pelas estradas ensolaradas, numa nuvem de poeira. Em cada pouso observava como se amilhava a tropa, se descansavam os bois carreiros, se preparava a “boia” no tripé da “Mariquita” e se cosia uma cangalha suada (Ramos, 1984, p. 13).

É importante ressaltar que foi justamente durante essas viagens que o futuro escritor coletou dados mais que satisfatórios para produzir os enredos que comporiam seus contos. Tais contos refletiam contextos sócio-históricos extensos, formas de vida, as relações de poder e de pensamento, as práticas sociais e os costumes do habitantes das terras goianas.

Durante o período em que realizou seus estudos com o então educador Aires Feliciano, Hugo começou a apresentar dificuldades relacionadas à disciplina de matemática e ainda mostrara-se um garoto bastante conflituoso em relação aos colegas. O mesmo era causador de desavenças e bastante explosivo e ainda se juntava com alguns colegas visando afrontar alguns estudantes que, por algum motivo, causava-lhes desafetos. Eram brigas que sempre acabavam em agressões físicas. É importante mencionar que todos os insultos que ele recebia de seus desafetos, era, segundo nota biográfica elaborada por Victor de Carvalho Ramos, minuciosamente “anotado em um caderno, cuja leitura, por ele feita em casa, provocava boas gargalhadas das pessoas da família” (Ramos, 1984, p. 14)

Após sua transferência para o Colégio Liceu, Hugo de Carvalho mudou seu comportamento relento para viver de forma recalcado, carrancudo e bastante antissocial no convívio com diversas pessoas. Devido ao seu retraimento social, sua convivência era limitada aos familiares e poucos amigos que tinham as mesmas convicções literárias. Era um leitor

assíduo do Gabinete Literário, como foi criado em um meio voltado para a leitura e escrita literária, chegava a ler até três volumes cotidianamente. Sempre chegava atrasado para as aulas no Liceu, devido estar envolvido em leituras de diversos autores, como Coelho Neto, Balzac ou Flaubert. A nota biográfica sobre Hugo de Carvalho Ramos, elaborada por Victor de Carvalho Ramos, aduz que “Os goianos viam nêlo um rapazola esquisito, excêntrico, amalucado. É que Hugo não era da mesma raça dos demais. Constituía uma exceção à parte no meio aburguesado daquela gente acostumada ao terra-a-terra de todos os dias” (Ramos, 1984, p. 14-15).

Já em agosto de 1912, Hugo de Carvalho Ramos muda-se para o Rio de Janeiro, onde se juntaria à sua família, para dar continuidade aos seus estudos. Dessa forma ele abandona os estudos literários para dedicar-se à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. É importante ressaltar que, vivendo em uma cidade bastante agitada como a cidade do Rio de Janeiro e uma das cidades mais desenvolvidas culturalmente, Hugo não consegue adaptar-se à vida de uma cidade agitada, já que estava acostumado a viver em uma cidade tranquila do interior desde a infância, continuava um rapaz acanhado e antissocial.

Em 1915, ele torna-se mais afável, ele abandona as leituras que tanto lhe faziam mal, para dedicar às questões regionalistas de sua terra natal. Em 1916, ele passa a escrever para a revista da faculdade, onde despertou a atenção de vários intelectuais que enxergavam nele um promissor renovador da literatura regional. Segundo Victor de Carvalho Ramos,

Em 1916, já no 2.º ano jurídico, começou a colaborar n’A Época, revista da Faculdade, sob a direção de Cláudio S. Ganns. Seus trabalhos literários chamavam logo a atenção dos condiscípulos, que viam nêlo um dos renovadores das letras nacionais. Recebendo constantemente a visita de Gomes Leite e Eduardo Tourinho, comparecendo raramente às aulas da Faculdade, ia no silêncio da noite, preparando as páginas de *Tropas e Boiadas*, silenciando, corrigindo os contos que trouxera de Goiás e escrevera no Rio (Ramos, 1984, p. 18-19).

Hugo de Carvalho só retoma a literatura devido à reprovação na cadeira de Prática do Processo Civil e Comercial. Com a desilusão em sua carreira universitária, ele “mergulha de corpo e alma na Literatura” (1984, p. 21), com o intuito de acrescentar à obra *Tropas e Boiadas* mais três contos: *Caçando perdizes*, *Alma das aves* e *Peru de roda*. O autor ainda é comparado a outros escritores como Álvares de Azevedo, Castro Alves e Fagundes Varela, que morreram sem a conclusão de seu curso de Bacharelado em Direito.

Ao analisar a obra de Hugo de Carvalho constatamos que ele ainda era bastante jovem no momento da publicação de seu primeiro e único livro em vida, ele tinha apenas 22 anos de idade. Posteriormente, de acordo com o jornal *Opção*, na seção opção cultural “seu irmão Victor

de Carvalho Ramos publicaria um livro póstumo intitulado “Plangências”, com o arrazoado de coisas escritas pelo jovem escritor, incluindo cartas, ensaios, artigos e apontamentos para publicações futuras”.

É importante ressaltar que mesmo sendo jovem, ele não era um principiante em relação à literatura, pois permeava o mundo literário desde os 12 anos de idade. Ainda em sede de nota biográfica, Victor de Carvalho Ramos afirma que

Em fins de fevereiro de 1917 estava pronta a primeira edição de *Tropas e Boiadas* e Hugo logo distribuiu os exemplares pela Imprensa e livrarias. A ótima impressão causada pela leitura dos contos foi unânime. Todos viram no autor o renascimento da literatura sertanista em nosso país (Ramos, 1984, p. 19).

Em relação às obras de Hugo de Carvalho Ramos, constata-se através do Dicionário do escritor goiano José Mendonça Teles, que outros escritos foram deixados. Assim, segundo Teles, o escritor de *Tropas e Boiadas* “Deixou escritos e inacabados vários ensaios sobre costumes goianos. Escreveu durante o período de 1910 e 1914, mais de oitenta contos publicados nos jornais: A Imprensa, Gazeta de Notícias, Lavoura e Comércio e revista Fon-Fon” (Teles, 1999, p. 166).

Tropas e Boiadas descreve com exatidão o ambiente natural e social do sertanejo a partir de relatos de cunho regionalista. Dessa forma, o autor, em seus contos, consegue descrever, de maneira ímpar, o modo de vida do homem goiano, destacando seu legado, seus hábitos, suas crenças e, ao mesmo tempo, indagando a vida dos personagens mencionados ao longo da obra em análise, sobretudo a apresentação do caipira goiano no cenário narrativo.

É necessário ressaltar que há uma valorização do termo *caipira* no livro *Parceiros do Rio Bonito*, destacando que o caipira é apresentado como um homem simples que trabalha no campo, no interior do Brasil, em uma sociedade basicamente homogênea com princípios bastante comuns, sendo, portanto, consequência do avanço histórico relacionado ao grupo social residente em São Paulo, em uma região conhecida como Paulistânia.

Neste sentido, o caipira se apresenta, em sua constituição, como um ser demarcado pela pluralidade étnica racial, o que lhe confere particularidades sobretudo no uso que faz da linguagem, o que é sobretudo demarcada na obra literária em análise, ao apresentar os tropeiros e condutores de gado em Goiás. Assim, analisar as relações entre literatura e sociedade possibilita checar que as transformações sociais do período foram influenciadas pelo fenômeno da urbanização. Neste cenário, o destaque atribuído à observação do caipira ocorre pelo fato de que,

mesmo sem ser proprietário de terras, ele representa bem o homem do campo, com sua autonomia e cultura tradicionais. Neste sentido, Candido desta que:

A pesquisa foi aguçando no pesquisador o senso dos problemas que afligem o caipira [...]. Querendo conhecer os aspectos básicos, necessários para compreendê-lo, cheguei aos problemas econômicos e tomei como ponto de apoio o problema elementar da subsistência. E assim foi que, tendo partido da teoria literária do folclore, o trabalho lançou um derivante para o lado da sociologia dos meios de vida [...] (Candido, 2017, p. 11-12).

A inter-relação entre o homem e o meio em que vive (terra) apresentada pela literatura permite compreender que a cultura caipira é demarcada pela economia de subsistência, uma vez que o homem sobrevivia a partir de uma agricultura itinerante (semifechada e seminômade), que era marcada pelo caráter provisório. Nesse sentido, é possível remontar à influência do fenômeno das bandeiras e entradas e à fusão de herança portuguesa e indígena, como salienta Candido:

No caso brasileiro, rústico se traduz praticamente por caboclo no uso de estudiosos [...] e com efeito aquele que exprime as modalidades étnicas e culturais do referido contacto do português com o novo meio. Entretanto no presente trabalho o termo caboclo é utilizado apenas no primeiro sentido, designando o mestiço próximo ou remoto de branco e índio, que em São Paulo forma talvez a maioria da população tradicional. Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não se ambíguo [...] e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inverterado, à área de influência histórica paulista... (Candido, 2017, p. 27).

O texto de Hugo privilegia os assuntos ligados ao meio rural, pela boca dos condutores de tropas e dos boiadeiros é narrado por uma linguagem simples, mas que ao mesmo tempo pode nos fornecer indícios sobre seus valores, sua cultura, seus dramas e seu modo de viver, bem como possibilita ao leitor se apropriar de um situação econômica e social do início do século XX. Fomentando a discussão, Almeida destaca que:

O Regionalismo situa-se na literatura de maneira relevante, tomando assento, em primeiro plano, no quadro da ficção. Os aspectos de sua temática oferecem argumentos para que coloquemos em lugar de destaque. O que anima, o que dá vida é nosso povo, nosso meio, nossos problemas, nosso modo de ser e de viver. (Almeida, 1985, p. 15).

Nesse sentido, Nelly Alves de Almeida aduz que “[...] o escritor regional [...] lança mão de maneira clara para expor suas ideias e de linguagem fácil de se expressar. [...] a linguagem é o mais belo dom do homem; ele o reconhece [...] fala a língua de seu meio, de sua profissão” (Almeida, 1985, p. 24).

Assim, o escritor, que é marcado pelo regionalismo de sua época, retrata o meio em que vive e apresenta ao leitor o seu estado de Goiás, possibilitando, aos estudiosos em geral, o conhecimento de suas nuances, além de permitir que, em seus contos, o goiano e suas características naturais se evidenciem. Acerca da obra de Hugo de Carvalho Ramos, Almeida afirma que

Nenhuma literatura reflete melhor a alma, a consciência, a filosofia do povo que a regionalista. Espontânea, natural, revela toda a beleza, toda a pureza da alma simples e atesta que o escritor moderno é arcaizante. A filosofia, modernamente, “situa a língua falada acima da língua escrita”. Na narrativa de ficção, em que reponta o nível social e cultural das personagens que falam, as maneiras de expressão são vistas a todo instante (Almeida, 1985, p. 27).

Como podemos observar no recorte abaixo, desde que fora publicada, em 1917, *Tropas e boiadas* alcançou prontamente o êxito de público e dos críticos literários. Como já destacado, *Tropas e Boiadas* foi a única obra publicada por Hugo de Carvalho Ramos, com a utilização de recursos próprios.

A ótima impressão causada pela leitura dos contos foi unânime. Todos viram no autor o renascimento da literatura sertanista do nosso País. Os primeiros a saudá-lo foram Antônio Tôrres pela A Notícia e Medeiros e Albuquerque pela A Noite. Hugo sentiu-se recompensado com a boa acolhida de seu livro. Mas nem por isto se julgou com direito de impor-se com empáfia nos meios culturais do Rio. Continuou retraído, modesto, arredio de “igrejinhas” literárias. Recusou-se a apresentar-se aos que desejavam conhecê-lo pessoalmente. (Ramos, 1984, p. 19).

A respeito da literatura regionalista, Albertina Vicentini destaca que,

[...] toda literatura regionalista se preocupa com as questões da verossimilhança do seu mundo representado, pretendendo-se o mais documental possível. Os documentos, de seu lado, pretendem-se que sejam todos verificáveis: são a linguagem da região, a fauna, a flora, os ofícios, os espaços, os comportamentos, as roupas, as situações, os climas, o jeito de ser, o nível mental, os problemas regionais, as crenças, o universo ideológico e por aí vai – matéria épica porque matéria pronta recolhida e apresentada para expressar uma identidade regional. (Vicentini, 1997, p. 188)

Assim é que Hugo de Carvalho Ramos traz para as páginas da literatura um retrato representativo do sertão goiano, de suas riquezas e costumes, de seus habitantes e linguagens, fazendo, em cada paragem das tropas, uma brilhante narrativa acerca do modo de vida dos goianos, com suas crenças e ideologias, seus hábitos e costumes. E esses relatos do povo goiano a partir da realidade vivenciada se coaduna com a história, a partir do momento que se torna uma fonte.

Neste sentido, Jacques Le Goff enfatiza que para Fustel de Coulanges a “[...] habilidade

(do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não acrescentar nada do que ele não contém. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos” (Le Goff, 1990, p. 463). Logo, não podemos deixar de mencionar que o texto escrito tornou-se, por muito tempo, a única fonte possível para o trabalho do historiador sendo, portanto, o único caminho para se compreender os fatos passados.

No século XIX, com a revolução documental, não houve modificação na concepção de documento, apenas o ampliou e enriqueceu tal conceito. Vale ressaltar que Le Goff menciona a importância de ampliar a definição de documento para além dos textos escritos. Assim, o autor deixa claro sobre as inquietações dos historiadores em relação aos documentos e que nem sempre é possível recuperar os fatos do passado somente através de textos escritos, mas pode-se recuperar através de outros meios possíveis. Segundo Le Goff, “deve escrutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história” (Le Goff, 1990, p. 465).

Com efeito, perscrutar a construção ficcional tem revelado que a literatura, apesar de afirmar quase sempre que não tem a pretensão de registro para a posteridade, está impregnada de memórias construídas através dos relatos populares. No caso da literatura regionalista, utilizada em nossas pesquisas como fonte histórica, é perceptível que os literatos assumiram um desejo de memória geralmente explicitado, ora nas advertências pré-textuais, ora na própria narrativa, fato que constitui uma das características marcantes de praticamente toda essa literatura.

Portanto, há uma estreita vinculação entre memória, história e ficção, construída à medida que os romancistas escrevem a partir de suas próprias memórias individuais, de suas memórias familiares, da memória social e de um trabalho de pesquisa de arquivos, em alguns casos invejável até ao mais experiente historiador de ofício. Destrinchar essa relação entre História, Memória e Literatura é inquirir também sobre a relação entre ficção e realidade, uma realidade teimosa que as espas não conseguem exorcizar. No momento da produção da escrita, o historiador incorpora o caráter do escritor, haja vista que lida com as palavras, preocupando-se em colocá-las em ordem com clareza de forma que se reforce o convencimento de seus argumentos. Neste sentido, indica o historiador Carlo Ginzburg

Os historiadores, escreveu Aristóteles (Poética, 51b), falam do que foi (verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destripar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo (Ginzburg, 2007, p. 14).

Analisando os contos de Ramos, constatamos que o mesmo era um contemplador sagaz em relação a cultura do homem que vivia no interior goiano. Dessa forma, *Tropas e Boiadas* é uma obra que retrata com riqueza de detalhes os costumes que permeiam a vida do tropeiro, pois o contista detalha desde a maneira como o sertanejo alimentava os animais de carga, como os carreiros descangavam os bois para que os mesmos pudessem repousar, as superstições que permeavam o imaginário do sertanejo, seus males, as credices, as relações sociais e de poder, a miséria, dentre outros. A obra *Tropas e Boiadas* é uma compilação que reúne quinze contos: *Caminho das tropas*, *Mágoa de vaqueiro*, *A bruxa dos marinhos*, *Nostalgias*, *Caçando perdizes*, *Alma das Aves*, *À beira do pouso*, *O poldro picaço*, *Ninho de periquito*, *O sací*, *Peru de roda*, *Gente de gleba*, *A madre de Ouro*, *Pelo Caiapó Velho* e *Dias de chuva*.

No início do conto *Caminho das tropas*, o autor apresenta ao leitor o cotidiano dos tropeiros e boiadeiros durante as viagens no século XIX. “O lote derradeiro desembocou num chouto sopitado do fundo da vargem, e veio a trouxe-mouxe enfileirar-se, sob o estalo do relho, na outra aba do rancho, poucas braças adiante da barraca do patrão” (Ramos, 1984, p. 27). Destaca-se o fato de que, no excerto, a palavra “lote” se refere uma divisão interna dos animais dentro da tropa. Era comum que o tropeiro realizasse essa divisão com a intenção de facilitar o controle dos animais durante as paradas do comboio.

É importante enfatizar que os tropeiros e boiadeiros foram essenciais para a prosperidade socioeconômica e política do Brasil, uma vez que eles faziam com que vários artigos ligados à mineração ligados e à agropecuária, chegassem até as cidades mais distantes e também até o litoral do Brasil. Paes menciona em seu texto que os tropeiros “são identificados como os novos bandeirantes, responsáveis pela movimentação da riqueza do país e continuadores da obra de desbravamento e civilização da terra” (Paes, 2001, p. 21).

Segundo Paes (2001), o Tropeirismo pode ser considerado uma atividade de extrema relevância na História do Brasil, enquanto os bandeirantes foram os responsáveis por alargar as nossas fronteiras, os tropeiros além de intensificar os nossos limites, consolidaram também a história das relações comerciais do país.

Durante as viagens com as tropas e as boiadas, inúmeros povoados surgiam ao longo das estradas goianas. As necessidades dos habitantes dessas localidades também se descortinavam aos tropeiros e condutores de gado, possibilitando que atividades negociais pudessem ser realizadas na região e provocasse o desenvolvimento do consumo interno. Nesta prática comercial, as encomendas de mercadorias eram transportadas no lombo de animais, principalmente de mulas, por serem animais que possuíam maior agilidade para percorrer

lugares longínquos em busca de mercadorias e animais.

É importante enfatizar, que o conto *Caminho das Tropas* é narrado em 1ª pessoa, por um vaqueiro que guia a tropa e seus homens pelo sertão de Goiás. Ele descreve minuciosamente a lida do dia a dia com a tropa e a descarga das mercadorias. Numa das passagens, o narrador assim descreve a ação do sertanejo: “desatou com presteza as bridas das cabresteiros, foi prendendo às estacas a mulada, e afrouxou os cambitos, deitando abaixo arrochos e ligais, enquanto um camarada serviçal dava a mão de ajuda na descarga dos surrões” (Ramos, 1984, p. 27). Descreve também seus costumes durante as paradas:

Assentados sobre os calcanhares, os primeiros chegados – cujos lotes arraçados se coçavam impacientes aos varais – espicaçavam pachorrentamente na concha da mão o fumo dos cornimboques, picavam miúdo no corte do caxerenguengue as rodelinhas finas, esfrangalhando entre os dedos os resíduos, palha grossa de cigarro encarapitada na orelha. O cabra abeirou, apossou-se da cuité fumegante que lhe estendia o cozinheiro; e, enquanto deglutia a beberagem, ia comentando com os demais, voz amolengada, a marcha daquele dia (Ramos, 1984, p. 27-28).

Os tropeiros, por viverem deslocando de um lugar para outro e não terem como armazenar muitos tipos de alimentos, possuíam uma alimentação farta, porém bem restrita. Basicamente, a alimentação “resumia-se quase que exclusivamente à carne-sêca, feijão, angu, de milho, farinha de mandioca, torresmo e café com açúcar” (Goulart, 1961, p. 121). A opção pela carne seca seria em decorrência da facilidade de conservação, já que a carne in natura se deteriorava rapidamente.

De acordo com Goulart, “uma das deficiências que tinha grande reflexo na alimentação daqueles homens era a de sal, cuja escassez nas paragens do Brasil central fazia com que seu preço atingisse cifras elevadíssimas” (Goulart, 1961, p. 121)

Em outra passagem ressalta a conduta dos tropeiros durante o labor com os animais de carga, desde o descangalhamento, a alimentação a base de milho e a cura dos machucados adquiridos durante a viagem por meio do tutano de boi:

O tropeiro empilhou a carga à frente aos fardos do dianteiro, e recolheu depois uma a uma as cangalhas suadas ao alpendre. Abriu após um couro largo no terreiro, despejou por cima meia quarta de milho, ao tempo que o resto da tropa ruminava em embornais a ração daquela tarde. O cabra, atentando na lombeira da burrada, tirou dum surrãozinho de ferramentas, metido nas bruacas da cozinha, o chifre de tutano de boi, e armado dum dedada percorreu todo o lote, curando aqui uma pisadura antiga, ali raspando, com a aspereza dum sabuco, o dolorido dum inchaço em princípio, aparando além com o gume do freme os rebordos das feridas de mau caráter (Ramos, 1984, p. 27).

É indiscutível, que nos contos de Hugo de Carvalho predominam um comportamento hostil que se percebe facilmente em relação ao sertanejo, alguns argumentos comprovam essa hostilidade, seja nos enfrentamentos entre os dados mais primitivos, ou então na tentativa de subjugar a natureza.

No conto *Caminho das tropas*, Ramos exemplifica essa questão de o sertanejo ver na natureza “quase” que um empecilho para desempenhar o trabalho árduo dos tropeiros e boiadeiros, era uma luta constante por caminhos onde a passagem ocorria por meio de estradas em más condições e os atoleiros provocados pela acumulação de chuvas:

O lamedo dera-lhe, no vau do Anicuns, um trabalhão; mal do lote, se não fôra o ramo verde da marmelada que o dianteiro tivera o cuidado de atravessar no caminho, – a burrada embarafustava logo pelo atoleiro e ele não estaria àquela hora no pouso; quando lá passou, ia bem fresco ainda o rastro da tropa no desvio; mesmo assim, o macho crioulo que vinha adestro, não duvidara em meter-se naquela perdição... (Ramos, 1984, p. 28).

Durante as viagens, os tropeiros e boiadeiros possuíam uma rotina de trabalho exaustiva. Além de não contarem com muitos momentos de pouso e descanso, eles ainda enfrentavam sol, chuva, poeira e muitos ficavam enfermos e outros nem conseguiam chegar ao destino final. Nos momentos em que paravam para descansar, seja nos povoados ou até mesmo em suas barracas construídas à beira da estrada, o dono da tropa deveria zelar pela segurança, descanso e alimentação dos animais e também das mercadorias que carregavam em suas bruacas¹ para que não danificassem, evitando assim, também, o roubo das mercadorias ou perda de algum animal pelo caminho. Nesse sentido, segundo Straube,

Durante o período de traslado, o tropeiro precisava se preocupar ainda com o pernoite dele e dos seus contratados, a proteção das cargas, a segurança dos animais durante a noite e seus provimentos. Uma vez determinado o local do pouso, o tropeiro e sua equipe trabalhavam para descarregar todas as bruacas, dando assim também aos animais um descanso. As bruacas eram juntadas na forma de um quadrado e cobertas com cobertas de couro para que, se durante a noite houvesse alguma chuva, a mercadoria não fosse avariada. Era necessário também que se fizessem rondas entre os animais e perto deles, evitando desta forma o roubo ou extravio de algum. Para isso o grupo acendia tochas ao redor do gado, o que facilitava muito o pastoreio improvisado (Straube, 2007, p. 60).

¹ BRUACA cada um dos sacos ou das malas rústicas de couro cru us. para transportar objetos, víveres e mercadorias sobre bestas, e que se prendem, a cada lado, nas suas cangalhas, ou vão atravessadas na traseira da sela (mais us. no pl.); buraca (H). Bolsa, saco ou surrão de couro cru que, antigamente, no tempo das jornadas a cavalo, servia de farnel, sendo carregada atravessada no traseiro da sela. Duas bruacas formavam o cargueiro das tropas (O, p. 125) “O cabra, atentando na lombeira da burrada, tirou dum sorrãozito de ferramentas, metido nas bruacas da cozinha, o chifre de tutano de boi...” (CT, p. 31) (Eliassim, 2014, p. 106).

Para ser um camarada, o indivíduo tinha que ter certos quesitos para exercer tal função: primeiramente tinha que apresentar experiência para realizar as atividades diárias com os animais e habilidade no transporte e manuseio de mercadorias. Além disso, de tais características, o camarada ainda tinha que comprovar sua honestidade, isso pelo fato, do mesmo transportar mercadorias de alto valor, tais como: linhos, veludos, peles, azeites, farinha de trigo, ouros, pratarias, pedras preciosas, dentre outros. Desse modo, a função do tropeiro seria apenas de verificar se a mercadoria havia chegada no destino final em perfeitas condições, como nos mostra Goulart,

A função de camarada exigia conhecimentos “técnicos”, para bem exercê-la, razão pela qual havia uma certa seleção na admissão de seus ocupantes. Precisava, antes do mais, estar afeito ao serviço, saber lidar desembaraçadamente com os animais e com as cargas para não se constituir em estorvo. Tinha que ser homem reto, de honestidade comprovada, em quem o tropeiro pudesse confiar integralmente, pois muita vez, como salientou Calógeras, os camaradas iniciavam a viagem, com numerosos burros transportando uma fortuna nos lombos, e o tropeiro só os ia encontrar dias depois, certo de que a mercadoria estava bem entregue (Goulart, 1961, p. 125)

No conto *Mágoa de Vaqueiro*, o escritor ressalta que depois do pagode que ocorreu na zona rural, o pai Tônico procura pela filha Maria e não a encontra. Como o conto nos mostra, a sociedade desse período era repleta de superstições, o vaqueiro se lembra de ter ouvido o galo cantando na noite anterior, o que pela lenda goiana é sinal uma filha que iria fugir de casa, e no caso seria sua filha única que fugira com o peão Zeca Menino. É possível perceber que Hugo de Carvalho Ramos ressalta que o pai não aceitava a fuga da filha com o peão Zeca Menino pelo fato do mesmo ser um rapaz de temperamento difícil, e nutrido de vícios.

Por esse conto podemos entender alguns elementos históricos importantes. No momento em que o conto menciona o fato da fuga da filha de Tônico com o namorado não podemos deixar de mencionar que no cerne familiar desse período ocorria inúmeras discriminações com regras bastante tradicionalistas, e no caso as atitudes da filha se mostram contrárias ao padrão de família patriarcal. Do ponto de vista jurídico e clerical, somente um tipo de família seria legalmente amparado, aquela que se constituía mediante o casamento. O pai não consegue lidar com a adversidade, e remoendo sua mágoa se entrega à tristeza e morre de desgosto pela ausência da filha “ouvindo os ecos que lá iam do aboiado, a rolar, magoadamente, de quebrada em quebrada” (Ramos, 1984, p. 33-35).

O conto *A Bruxa dos Marinheiros* se passa em uma ambientação bucólica, ressaltando os costumes rurais e exaltando as belezas da vida campestre (árvores típicas do cerrado, pássaros, estradas poeirentas, pequenos morros), assemelhando-se ao arcadismo, sobretudo na

valorização do espaço campesino como um espaço de fuga par ao homem. O conto é descrito por um narrador, que no caso é representado por um personagem secundário, configurando um caso de narrativa encaixada, em que as vozes de narrador e personagem se sobrepõem constantemente. Durante a parada da tropa, ao entardecer, na venda da Bruxa dos Marinheiros, para se refrescar e descansar um pouco, o tropeiro rememora os boiadeiros que passara por aquele sertão adentro remoendo um mal estar em relação a uma mulher com fama de curandeira e feiticeira, dona olhar sedutor, boa de lábia que docemente convidava os boiadeiros a adentrar o recinto.

[...] relembra em quadras toscas, improvisadas ao acaso – algumas de imagens coloridas e nítidas – esses mesmos beijos polpudos, seios sublevados e as faces carnudas da sensual moradora daquele cochicholo - da estrada real – desespero de quantos boiadeiros brônzeos e ricos em trânsito nessas plagas, que se iam sertão em fora ruminando, desaforados e impotentes, quizílias e secretas maldições contra as feitiçarias e quebrantos em que os traziam envotos o riso e olhar felinos da terrível ensalmadora (Ramos, 1984, p. 40).

O imaginário do tropeiro é permeado por superstições e assombramentos. O tropeiro ao narrar um caso, lembra ao avistar uma cruz, que “pela passagem das últimas boiadas, encontraram-se e acabaram a botes de faca, dois cabras da terra, ambos desempenados e amigos, aos quais desnortearam as mandingas da bruxa: filhos do mesmo pai, filhos da mesma mãe... (Ramos, 1984, p. 44) Os tropeiros ao passarem em frente a cruz que segundo eles seria amaldiçoada pela bruxa, fazem o sinal da cruz na tentativa de não serem levados pela feiticeira.

Em relação ao conto *Nostalgias*, o mesmo é uma narrativa sucinta, porém o mesmo apresenta-se vazio de fatos. O narrador, em suas descrições, mostra rastros de sentimentos recheados de tristeza e saudade do lugar, são lembranças da infância em Goiás com os amigos em relação a brincadeiras nos córregos, pescarias, paisagens e animais, casos de “taperas assombradas” e de presídios do Araguaia, os brinquedos no terreiro da casa, da alimentação farta, dentre outros.

Caçando perdizes trata-se de um caso que retrata um estudante da cidade, que vai caçar nas terras do seu amigo-compadre Vicente. Já que Vicente de acordo com sua companheira “não tem tempo para caçadas” (Ramos, 1984, p. 53), incentivou o compadre a ir caçar com o cão perdigueiro Belém. Só que o cachorro na volta da caçada de inúmeras perdizes desaparece no mato, Guilherme acredita que o mesmo teria voltado para casa, mas não foi isso que aconteceu. Guilherme volta para a cidade e Vicente não consegue dormir, angustiado pela falta do cachorro. No outro dia ele procura seguir o mesmo caminho onde Guilherme havia abatido as perdizes, mas quando já estava quase desistindo e voltando para casa ele passou pelo ribeirão

do mosquito onde avistou um tronco de madeira atravessado no caminho, mas logo percebeu que se tratava de uma sucuri, ele deixou o bicho no meio do caminho e retornou para casa. Após o almoço ele retornou para o local, pegou o facão e abriu a barriga da serpente, e comprova seus temores, deparou com o “dentro, todo inteiro, enrodilhado e gosmento, jazia o cão” (Ramos, 1984, p. 55). Dessa forma, termina a caçada pelo animal de estimação, que perdeu a vida duramente para a natureza selvagem do sertão goiano.

O conto *Alma das aves* assemelha-se a narrativa *Caçando Perdizes* pelo fato de que ambos são marcadas por acontecimentos tristes envolvendo ataque de cobras, mesmo não sendo da mesma espécie. Em sua narrativa Hugo de Carvalho menciona que em um terreiro argiloso e duro de fazenda criavam-se várias espécies de galinhas, sendo que algumas galinhas poedeiras chocavam pelo mato, só apareciam para receber o alimento. Um barulho chama atenção dos caseiros que no meio do aceiro veem uma cascavel no ninho sendo atacada pela galinha, o caseiro mata a cascavel, mas não consegue salvar a galinha, que morre envenenada sobre os ovos. A ave deitada sobre o ninho, dormia já, mais negra que carvão, (Ramos, 1984, p. 58 - 59) morreu para proteger os pintinhos que estavam para nascer.

O conto *À beira do pouso* narra um mundo sertanejo marcado pela crença em presságios e assombrações, em que o narrador descreve a paisagem do sertão como sendo friorenta, com uma lua acinzentada diante de uma escuridão repleta de neblina, que gerava um certo mistério nos tropeiros, criando um ambiente propício para causos fúnebres e sangrentos. Apresenta a crença em assombrações já no início do conto, como se destaca na passagem: “O arriero, mestiço traquejado e serviçal, na sua voz grossa e arrastada de cuiabano, arrematava o final dum conto de lobisome” (Ramos, 1984, p. 60). Destaca-se que o período republicano em que se passa o conto, assim como também em outros períodos históricos, é marcado pela existência de pessoas que acreditavam em forças sobrenaturais desconhecidas. No contexto da época, tais pessoas eram taxadas como sendo ignorantes e atrasadas.

O conto narra o pouso de uma tropa ao pé um jatobá, que o narrador descreve como gigantesco. No momento em que eles paravam para descansar eles aproveitavam para descarregar as mercadorias e alimentar a tropa, para descansar, se aquecer a beira da fogueira, a fumar seu cigarro de palha, tomar uma boa aguardente para aquecer e ficar atento aos causos de assombrações narrados por um caburé de nome Aleixo, um caboclo turrão e insolente de acordo com o conto.

O conto *O Poldro Picaço*, narra a lida com o gado no dia a dia. Segundo o narrador, o gado estava reunido no curral, logo que os vaqueiros foram buscá-los na Boca da Mata, o narrador descreve que o gado dera bastante trabalho para chegar até o curral, pois segundo ele

eram animais “espantadiço” e “artificialoso”. Ele descreve que junto ao gado vieram também uns poldros cardões criados soltos a natureza. Como a neta Guiomar se encanta pelo poldro, seu avô pede aos peões que amansem o animal para que a neta possa montá-lo.

O peão Antônio que tinha fama de montador, apresenta-se para domar o cavalo. Depois arriar o animal e amarrá-lo no moirão para que pudesse colocar as esporas e as perneiras com guarda peito para protege-lo dos espinhos caso o poldro o levasse para o mato. O peão ao narrar o conto, descreve que pela primeira vez ele sente um tremor e o coração palpitar. Mas, mesmo assim o peão monta o cavalo e grita para o patrão abrir a porteira, o animal nem esperou que a porteira fosse aberta, pulou por cima e foi para o campo aberto, aos pinotes, procurando morder e dando coices para o ar. Aos pulos do animal, a barrigueira arrebentou e o peão caiu na ponta de umas raízes de gameleira, ele só acorda no banco da varanda da fazenda encostado junto ao joelho da moça, enquanto a mesma cuidava dos ferimentos causados pelo tombo do lombo do poldro. O susto fez com que o peão trocasse a profissão de peão na fazenda por condutor de gados, que segundo ele era uma profissão mais pacífica e sossegada.

Ninho de Periquitos é um conto pouco incomum e que foge a realidade do sertanejo, ele descreve com riqueza de detalhes a fauna e flora do sertão goiano e a relação afetuosa entre pai e filho. O pai é descrito como um caipira rude, porém muito trabalhador que conhece cada pedacinho daquele lugar e um amante nato da natureza; enquanto que o filho é um menino de coração ingênuo, que aproveita que estava na véspera de seu aniversário para fazer um pedido ao pai, o menino pede ao pai que alimente um casal de periquitos como presente, periquitos que estavam no tronco oco de uma árvore.

Ninho de Periquitos ressalta o vocabulário referente a cultura do roceiro do interior de Goiás. Através dessa narrativa desfilam palavras como *piçarra*, *amarelecido*, *coivara*, *aguçado*, *macegas*, *cernes*, *alpercatas*, *forquilha*, *carunchosa*, *jacuba*, *cuia*, *cupinzeiro*, *chispa*, *roça*, *paiol*, e tantas outras. O desfecho do conto, ressalta um caipira simples, que no final de um dia de trabalho resolve apanhar os filhotes para presentear o filho Janjão, porém o mesmo age com valentia contra um ataque vindo da natureza, assim que ele coloca a mão no ninho ele percebe que fora surpreendido com uma picada na palma da mão vindo de uma cobra urutu, como o narrador mesmo diz “a terrível urutu do sertão, para a qual a mezinha doméstica nem a dos campos possuíam salvação” (Ramos, 1984, p. 70). Pela crença do povo simples quando a picada não matava, aleijava a pessoa, e no intuito de salvar sua vida, ele corta primeiramente a cabeça da serpente e posteriormente decepa a própria mão, visando impedir que o veneno percorresse o seu corpo.

Esse conto é permeado de simbolismo: arrancar a cabeça animal e a própria mão para

salvar sua vida é ao mesmo tempo um ato de heroísmo de de sabedoria sertaneja, intrinsecamente ligado ao instinto de sobrevivência. A ação da cobra ao atacar Domingos seria também uma reação à tentativa de ataque praticada por este personagem em desfavor da liberdade dos filhotes de periquitos. Ademais, esse evento retrata o constante confronto tratado entre o homem e a natureza, sendo que por mais organizada que sejam suas ações, acidentes sempre podem acontecer na relação homem e natureza. Todavia, a natureza traz dramas e sobrecalços ao homem e ao mesmo tempo fornece-lhe soluções inesperadas para salvar sua própria vida.

Logo após o ocorrido, o roceiro sente-se um herói selvagem, como se percebe na passagem: “E enrolando o punho mutilado na camisola de algodão, que foi rasgando entre os dentes, saiu do cerrado, calcando duro, sobranceiro e altivo, rumo de casa, como um deus selvagem e triunfante apontando da mata companheira [...]” (Ramos, 1984, p. 70)

O Saci, por ser considerado um conto folclórico, narra a estória do Saci e sua cabaça, tal conto foi escrito por Hugo de Carvalho Ramos quando este tinha 15 anos de idade. O conto inicia mencionando o desespero e nervosismo do Saci, pois haviam lhe roubado a cabaça de fazer mandigas (feitiço). O conto ainda narra a estória de um personagem de nome pai Zé, que era um negro sexagenário, casado com Quitéria, mas era apaixonado por Quirina. O Saci, aproveitando da paixão de pai Zé por Quirina, aproveita para pedir sua ajuda para encontrar a cabaça que havia perdido e em troca ele promete a ele o amor da “mulata”.

Pai Zé mostra se contente com a proposta de Saci e promete ajudá-lo, pois ele sabia quem havia escondido sua cabaça. A cabaça fora escondida por Benedito Galego, que estava cansado das peraltices do Saci e havia escondido a mesma em uma touceira. Só que sua mulher Quitéria não via com bons olhos a paixão que seu marido tinha pela mulata Quirina, então ela ficou de olho no marido para ver o que ele estava aprontando. Ela segue o marido e vê ele entregando a cabaça para o Saci em troca entregou uma fumaça que saía de dentro da cabaça e fala para o pai Zé que ele tinha que dar a fumaça para a mulata cheirar, para que ela se apaixonasse por ele. Quitéria, porém, sai furiosa de um arbusto e os dois começam a brigar, na luta a fumaça mágica que ele adquiriu com tanto sacrifício é inalada por sua mulher, só que a vida dele se transforma em constantes brigas, que segundo as crendices seria porque se alguém visse ou falasse com o Saci que aconteceria algum tipo de azar.

Em *Peru de Roda* há uma exaltação do Coronel Pedrinho, descrito como sendo um jovem elegante alto, valentão, de vestimentas extravagantes (terno de brim, bota de verniz, esporas de pratas, lenço de seda no pescoço), admirado por sua bizarrice e honradez e com a pele morena adquirida através dos raios do sol durante as viagens da tropa no lombo de sua

mula ruana. É importante enfatizar que desde criança, o coronel já estava acostumado a cruzar as estradas de Goiás junto aos tropeiros na condução de sua tropa, levando mercadorias a lugares longínquos. Outra figura que ganha visibilidade no conto é a figura de seu arreeiro e cozinheiro da tropa, chamado Joaquim Percevejo, peão de barba grisalha e longa e de baixa estatura. O arreeiro é descrito como sendo totalmente contraditório aos comportamentos de seu patrão, considerado um covarde, turrão e sempre reprimia os condutores da tropa por ordens mal cumpridas no dia a dia do trabalho árduo e penoso.

O conto descreve os costumes da tropa do coronel Pedrinho pelos caminhos de Goiás, as cargas que eles transportavam e as intempéries que eles sofriam durante as viagens. Assemelham-se aos contos anteriores, *Caminho das Tropas*, e a *Beira do paradás*. O narrador menciona no conto, que a tropa do coronel Pedrinho era a mais solicitada em decorrência da segurança e o zelo que tinham com as mercadorias transportadas “sobre a tampa de pinho dos aparelhos delicados de louçaria e vidro. E, quando em mãos dos destinatários, não havia então reclamações por vias de uma peça partida, ou fazenda desbotada pela chuva na caminhada dificultosa” (Ramos, 1984, p. 74)

O dia dos tropeiros iniciava com o despontar da aurora, o arreeiro Joaquim Percevejo começava com preparação do café, e os demais peões com os cuidados com a alimentação dos animais, alimentação que era feita com uma ração a base de milho quebrado. Logo após o café já era o momento de carregar o lombo dos animais com a carga e seguir viagem. O arreeiro era o último a desmontar o acampamento para depois montá-lo mais à frente. A ambientação do conto passa-se em lugares ermos e abertos com muita vegetação típicas do cerrado, araticum do campo, pequizeiro, lobeiras, marmelada de cachorro, coqueiros de macaúba, dentre outros, ao som das cigarras, com estradas sinuosas, outras muito inclinadas, empoeiradas, passando por vilarejos, terrenos cheios de cupins, serras, atravessando córregos, atoleiros, ora enfrentando chuvas, ora debaixo de um sol escaldante. O pouso era feito ao relento, sempre sob o tronco de uma árvore. Mesmo sendo uma viagem exaustiva, os tropeiros sempre estavam em contato com uma fauna e flora exuberante.

Durante uma das inúmeras paradas da tropa, Joaquim Percevejo procura um dos peões que tinha a função de ponteiro na comitiva, no momento em que este estava trocando a baeta da cangalha que o burro passarinho estava usando, foi então que Percevejo discorda do peão e tenta lhe ensinar o que seria melhor para amenizar a braveza do animal, mas nem fez com que o ponteiro mudasse de ideia e ainda lhe chamou de intrometido, como se percebe na passagem: “Tu 'stás aí, ainda me cheiras a ovo, menino! – Nunca se lhe fizera alguém intrometido no ofício, nem mesmo no tempo do defunto compadre Gominhos. Fizesse o que ordenara, senão”

(Ramos, 1984, p. 79), e ainda fazendo menção ao coronel Gominhos antigo dono da tropa e padrao do coronel Pedrinho.

O coronel Pedrinho não gostando da intromissão do arrieiro, chama para uma conversa longe de todos os peões e solicita que ele deixasse o ponteiro à vontade para realizar seu trabalho, já que ele conhecia muito bem o seu lote. Mas o arrieiro não gostando de o patrão ter chamado sua atenção, pede as contas do trabalho. Como o coronel já estava impaciente com o peão ele atende seu desejo, só que Percevejo diz que voltará a noite com o coronel Ivo, que tinha fama de bravo nas redondezas. Como Percevejo tinha uma dívida com o patrão ele combina que no outro dia ele voltaria para saldar a dívida, mas não é isso que acontece. O coronel resolve ir atrás do peão apenas com um rolo de cipó enrolado e um canivete, só que o coronel Ivo não quisera saldar sua dívida, apenas comprometeu-se em protegê-lo.

Ao longo da narrativa, o narrador desconstrói os esteriótipos e cria um desfecho surpreendente, em que a coronel corajoso vence seu empregado e paralisa enorme grupo de homens armados, reunidos na propriedade de um rival. O estilo conciso ressalta os gestos, a firmeza:

Bateu violentamente a cancela, entrou montado no terreiro, saltou da sela; e, a corda na mão, caminhou direito sobre Percevejo.

Nem um único olhar lançara ao fazendeiro. Pegou o arrieiro pela barba, atou-a num ápice, em nó-de-porco, à embira; prendeu a ponta desta ao rabo da mula e achou-se montado de novo.

O coronel encarava-o aparvalhado, os olhos remelentos, rindo constrangido. Nem um gesto sequer. E ninguém se movera naquele rápido segundo. Olhavam, estarecidos. Viram-no ferrar esporas, a besta arrancar num trote largo. E, ao primeiro puxão, Percevejo se pusera também a trotar atrás, desesperadamente. Sumiram-se na quebra do cerrado. E nenhum tiro se ouviu.

Mais tarde, antes de ser despedido pelo Coronel Pedrinho, Joaquim Percevejo é obrigado a escutar a sentença: “— Vai-te perrengue! Um homem que se deixa amarrar pela barba, não é homem, não é homem! [...]” (Ramos, 1984, p. 83)

Gente da Gleba é o conto mais extenso de Hugo de Carvalho Ramos, o mesmo possui várias tramas subdivididas em 12 partes com estrutura de conto, cujo elo gira em torno do personagem Benedito dos Dourados, popularmente chamado de “Dito”. O conto somente fora publicado por completo a partir da segunda edição de *Tropas e Boiadas*, nesse conto o autor ressalta a dependência dos peões que trabalhavam nas fazendas em relação ao coronel, a quem deviam obediência e fidelidade.

Sobre a ambientação, o conto é narrado em inúmeros lugares, tais como: fazenda, estradas, atravessando córregos, baixadas, quilombos, povoados dentre outros. Enfatiza também uma rica fauna com vários pássaros (garça-real, caburés, noitibós, curiangos), e

inúmeras plantas do cerrado (buriti, catingueiro roxo dos serrotes, fruteiras-de-lobo e pequizeiros da chapada, samambaias). Na primeira parte, o narrador inicia o conto mencionando como era a diversão dos peões no momento em que estavam descansando

Apertando a sobrechinha encarnada por sobre os pelegos da sua boa sela mineira, o Benedito dos Dourados enfreou a mula rosilha e espalmando satisfeito a mão no lombilho dos arreios, voltou ao paiol da fazenda, onde a camaradagem se entretinha ferrada no truque.

– Morro abaixo, morro arriba, urrando como guariba, truco no meio, barriga de coeio – berrava o Malaquias, um negralhão espadaúdo, primeiro braço de foice e machado em derrubadas e demais eitos da roça (Ramos, 1984, p. 85).

O conto ressalta muito as superstições e causos de assombração. Dito, supersticioso, viaja à noite para ver a namorada Chica no vilarejo de Santo Antônio. Ele chega ao povoado pela manhã, encontra a namorada na missa do Divino, vai à casa dela, descansa e retorna a tarde para a fazenda. Na volta passando por uma cruz ele sentira um mal-estar devido a causos contados de assombrações naquele lugar. Ele chega a acreditar que havia visto uma assombração perto da cruz, mas na verdade era o velho carreiro Cristino que estava enterrando o filho que havia morrido devido a uma febre.

Na segunda parte do conto, narra a chegada de “Dito” pela manhã ao povoado onde ficava o rancho dos tropeiros. O narrador relata que era uma manhã fria, com forte neblina. Dito chega no momento em que as mulheres estavam organizando para ir à missa com seus filhos. O rapaz desce da mula, retira-lhe o arreio e vai direto para a capela, encontrar sua amada Chica, a igreja é descrita no conto como sendo bem simples, com chão úmido de terra batida, as imagens eram bem rústicas feitas por artesãos locais, com vários visitantes, morcegos, ratos, pássaros noturnos que deixavam suas fezes no local. O badalar dos sinos convidavam as pessoas para a celebração que iria ocorrer com um padre redentorista vindo de um vilarejo próximo. Depois da missa “Dito” vai à casa de Chica, para descansar.

No início da terceira parte do conto, narra a lida do trabalhador nas lavouras, trabalho que era realizado juntamente com os bois carreiros. O conto ressalta também a realidade desses empregados na fazenda após chegar de um dia duro de trabalho, com crianças brincando no quintal, outros preparando um buraco no meio do terreiro para colocar o mastro da bandeira do Divino

Deixando atrás a longa trilha paralela do ferro das rodas, rolava um carro encosta abaixo, ao passo vagaroso da parelha de bois, o eixo lamuriando à distância ao atrito dos munhões, vindo das plantações do outro lado da baixada.

Aumentara a gritaria dos meninos no terreiro da fazenda. Uns, ao canto, jogavam o betê; escarranchados os demais na gangorra, cujo peão fazia eco ao rechinar distante

do carro, que descia aos solavancos os brocotós do carreiro.

A camaradagem, acorada ao longo dos puxados, comprimidos os pés em chinelões de caititu e botas de veado catigueiro, chupava pachorrentamente cigarradas, manejando o Malaquias uma alavanca no meio do terreiro, a cavar o lugar onde em pouco se aprumaria a bandeira do Divino (Ramos, 1984, p. 101).

João Vaqueiro aproveitando da festança prepara uma chegada triunfal para “Dito”, queria esperá-lo com uma chuva de tiros de roqueiras. Todos chegavam para a reza do Divino, a filha do patrão Nhá Lica enfeitava o altar improvisado e a bandeira do santo para iniciar a ladainha para homenageá-lo e também para pagar suas promessas. Até que “Dito” aparece com sua mula rosilha no fim da estrada, João Vaqueiro começou a atirar para o alto assustando tanto o cavaleiro quanto a mula estradeira. Após a reza do terço, uma ceia farta era servida ao som da viola.

Na quarta parte, narra a chegada dos carros de bois na fazenda carregados de cana de açúcar, para que se realizasse a moagem da mesma. A descrição da fazenda ocorre com perfeição de detalhes, fazendo referência aos canteiros de rosas, hortaliças, árvores frutíferas, com cafezais, com colinas verdejantes e uma variedade de pássaros.

Nhá Lica, filha do coronel fazendo seu crochê junto a janela, lembra com saudosimo dos tempos de menina, das inquietações da adolescência, do colégio Sant’Ana que estudará na capital e dos passeios realizados com as irmãs dominicanas, das brincadeiras, de confecção de artesanatos para serem expostos no fim de ano, das cavalhadas, das congadas, das procissões da Semana Santa, das férias que passava na chácara das religiosas e das orações que eram realizadas durante os tríduos, nas novenas da Boa-Morte, nas folias do Divino.

A Filha do coronel relembra da visita de uma folia junto a fazenda. “Compunham-na um bando de trinta mandriões, cavalgando animais lazarentos, apetrechados de pandeiros e violas, que se tinham deixado ficar em pândega na fazenda oito dias seguidos. Ao aproximar, deram uma descarga de trabucos, que a camaradagem do sítio replicou com salvas de roqueiras” (Ramos, 1984, p. 109-110). Durante a sua estadia, segundo o o narrador, eles abatiam “reses no curral, despovoou-se o chiqueiro de porcos, vários leitões foram assados, e, daquela folia, só guardara lembrança do muito cuidado que lhe dera, e à mamãe, na direção da cozinha” (Ramos, 1984, p. 109-110).

Ela ainda ressalta que após os foliões terem saído da fazenda foram buscar um novo refúgio, que segundo ela seria em uma palhoça de um pobre trabalhador, nos três dias que ficaram “o rancheiro, coitado, ficara certamente na miséria, desertos os currais e poleiros da pequena criação, em folgança devorada pelos tiradores de esmola... Ora, que fazer – dissera o coronel. – Costume da terra! (Ramos, 1984, p. 110). Mas que era uma tradição naquele período.

Na quinta parte do conto, o narrador denuncia a escravidão por dívidas. “Dito” é avisado pelo coronel da fuga de Malaquias e solicita que o mesmo vá em busca do empregado fugitivo, fuga que ocorreu devido a uma dívida com o coronel, condição considerada análoga à escravidão. A temática da exploração do homem do campo por parte dos grandes proprietários de terras é a denúncia que se evidencia neste conto, sendo a liberdade do trabalhador tolhida em função da dívida, como se percebe no excerto:

Caminho andado, João Vaqueiro fizera-o ciente do sucedido – fugira o Malaquias! O nagoa, furtando-se à velha dívida do ajuste, abriu o pala à meia-noite, montado na melhor besta de sela da fazenda.
 – É aprontar-se já e partir sem detença pela madrugada. Não descanso mais uma só noite sossegado, enquanto não ver aquele ladrão na sala do tronco.
 – A Pelintra veio sentida do Mamede, mas não havia de ser por isso que o negro deixaria de vir...
 – Pois é escolher aí no pasto o animal que mais convier. Quanto a dinheiro para despesas, vem aqui ter comigo assim que tudo estiver arrumado. Gaste eu um conto de réis nesta empreitada, mas a fama do Quilombo não há de ficar desmerecida; nesta fazenda cachorro vadio teve sempre ensino, ninguém foge aqui ao trato firmado! É dar em riba do negro e trazê-lo amarrado pelo cangaço ao moirão do curral, que o resto havemos de ver.
 E o cabra, apoiado à cabeceira da cama, entrou a matutar fundamente. Lembrou-se pela vez primeira – ele que a praticava instintivamente – que era livre e movia-se para onde bem queria, prendendo-o apenas àqueles lugares o hábito da meninice e a sua gratidão para com os donos da fazenda, enquanto que a condição dum camarada era muito diferente, tolhida a liberdade pelo ajuste do fazendeiro (Ramos, 1984, p. 118-122).

Através do conto é possível entender como funcionava a escravidão por dívidas. O coronel sempre encontrava um meio para que o empregado ficasse em dívida com o mesmo. Dessa forma o empregado deveria pagar a dívida através do trabalho forçado ou do trabalho compulsório, geralmente caracterizado pela privação da liberdade e de outros direitos, condição considerada análoga à escravidão. A servidão por dívida ocorre no Brasil desde 1870, com a chegada dos imigrantes europeus no país, através do sistema de parceria.

A narrativas de Hugo de Carvalho Ramos descrevem de maneira pormenorizada a prática da escravidão por dívidas como se destaca nos excertos:

Geralmente, o empregado na lavoura ou simples trabalho de campo e criação, ganha no máximo quinze mil-réis ao mês. Quando tem longa prática no traquejo e é homem de confiança, chega a perceber vinte, quantia já considerada exorbitante na maioria dos casos. É essa a soma irrisória que deve prover às suas necessidades. Gasta-a em poucos dias. Principia então a tomar emprestado ao senhor. Dá-lhe este cinco hoje, dez amanhã, certo de que cada mil-réis que adianta, é mais um elo acrescentado à cadeia que prende o jornaleiro ao seu serviço. Isso, no começo do trato; com o tempo, a dívida avoluma-se, chega a proporções exageradas, resultando para o infeliz não poder nunca saldá-la e torna-se assim completamente alienado da vontade própria. Perde o crédito na venda próxima, não faz o mínimo negócio sem pleno consentimento do patrão, que já não lhe adianta mais dinheiro. É escravo da sua dívida, que, no sertão,

constitui hoje em dia uma das curiosas modalidades do antigo cativo. Quando muito, querendo dalgum modo mudar de condição, pede a conta ao senhor, que fica no livre arbítrio de lha dar, e sai à procura dum novo patrão que queira resgatá-lo ao antigo, tomando-o ao seu serviço. Passa assim de mão em mão, devendo em média de quinhentos a um conto e mais, maltratado aqui por uns de coração empedernido, ali mais ou menos aliviado dos maus-tratos, mas sempre sujeito ao ajuste, de que só se livra, comumente, quando chega a morte (Ramos, 1984, p. 122- 123).

O conto ainda narra a questão da política dos coronéis, denominada de voto de cabresto: as práticas políticas sustentaram-se através do controle das eleições, das fraudes, dos favores, da violência e, principalmente, do fato do voto ser aberto, possibilitando um controle do mesmo. Segundo Campos (2003, p. 59), o voto de cabresto, denominado por “política coronelista, é sempre caracterizado como um pacto ou compromisso, que envolve os diversos níveis do poder, sendo o coronel o mediador entre as instituições políticas e a população interiorana.” O coronel trocava até cargos públicos por votos, como se percebe no excerto da narrativa:

Em épocas de eleições, quando o coronel estava contra o governo, então, andava numa corre-coxia dos trezentos, tais os emburlos que surgiam. Na vila, às vezes, dançava alto o pau; não raro, eram os tiros que se não sabia donde partiam, as teimas para convencer o votante contrário, enfim, o costume da terra. Eram ordens pra aqui, ordens pra ali, arregimentando o pessoal da fazenda, garantindo a chapa, o diabo! (Ramos, 1984, p. 121).

Na sexta parte do conto *Gente da Gleba*, inicia com as lembranças de nhá Lica descrevendo o cenário de destruição pelas queimadas da fauna e flora em Goiás no mês de agosto, reduzindo a cinzas os capoeirões e as pastagens naturais, que o autor descreve como “um enorme carvão aceso” (Ramos, 1984, p. 128). O autor em tom de denúncia, menciona que as queimadas ocorrem por negligência do homem, que derruba as matas e coloca fogo para aumentar a fertilidade da lavoura, técnica denominada de coivara. No conto verifica-se também a preocupação com as gerações futuras relacionado com a destruição das florestas devido a insensatez do roceiro. Insensatez que prejudicará as pastagens dos animais, os rios irão secar e as inúmeras árvores do cerrado desaparecerão com as queimadas. A filha do coronel mostra se saudosa, das chuvas que corriam pelos beirais de telha, da bica do monjolo, do mangueiro da fazenda, das árvores frutíferas do quintal, do serviço na cozinha da fazenda, do espetáculo das festividades das cavalhadas, dos frutos recolhidos no cerrado, o cantar das rãs ao anoitecer e da exuberância do cerrado com seus animais e plantas antes das queimadas. O conto não deixa de mencionar da caçada de “Dito” ao empregado Malaquias “talvez do outro lado de Minas, em Mato Grosso quem sabe, Benedito viajava longes terras, nas pegadas do negro fugitivo” (Ramos, 1984, p. 131).

Na sétima parte do conto *Gente da Gleba*, relata as viagens de “Dito” por povoados e cidades em busca de Malaquias, que fugira do patrão em decorrência de dívidas. Na narrativa, menciona que “Dito” durante as viagens, necessitava de pouso para descansar. Enfrentando algumas intempéries durante a viagem, ainda tinha que assimilar algumas informações do paradeiro do fugitivo, “despistado por um correio que lhe dera uns sinais falsos na estrada de Jataí; e desceu margeando o Rio dos Bois, certo já de encontrá-lo no Paranaíba, se se não tivesse o preto embrenhado em Mato Grosso por Coxim, ou escapulido para o outro lado das divisas mineiras, perdidas as pegadas nos centros populosos do Triângulo (Ramos, 1984, p. 136)

“Dito” parava para descansar em ranchos desabitados à beira da estrada, local em que os tropeiros paravam também para repousar e aproveitavam algum pasto fechado nas fazendas na redondeza para colocar os animais até o outro dia, quando seguiriam viagem novamente, ele aproveitava para ajudar na lida com os animais, inclusive fazia o papel de passador ajudando a tropa a atravessar a margem do rio para o outro lado. Haviam casos em que a mula ou cavalo cansava-se e tinha que ser trocado por outro animal, e foi exatamente o que ocorreu com “Dito”.

Na oitava parte do conto *Gente da Gleba*, inicia o conto narrando uma chuva muito forte que caíra durante a noite no sertão de Goiás, com relâmpagos sinuosos, com trovões estridentes, raios que ao cair partiam várias árvores ao meio, enxurradas fortes, capaz de transbordar os ribeirões e com ventos tão fortes capazes de quebrar o milharal plantando pelo roceiro para a sua subsistência. O roceiro aproveitara o cair da chuva para assistir uma apresentação de catira e para beber uns goles de uma boa pinga com gengibre, a sanfoneiro tocando e o povo dançando. A festa é interrompida com alguém batendo a porta, era “Dito” que avista o fugitivo Malaquias e fala que veio buscá-lo. Malaquias pega um facão que estava sobre a mesa e vai para o terreiro e começa a dizer que ninguém o levaria e “Dito” pega a garrucha e dá-lhe um tiro no braço do fugitivo para tentar desarmá-lo. Benedito algema Malaquias com umas argolas de ferro, montou sua mula e foi tocando o preso pelas estradas do sertão.

Malaquias tenta convencer “Dito” que ele não poderia aceitar aquela responsabilidade de captura-lo e que o tempo do capitão do mato já havia passado, referindo-se nos tempos da escravidão e que a escravidão por dívida era injusta, pois, mesmo trabalhando de sol a sol a dívida só aumentava. Segundo Malaquias ou fugia ou tinha o mesmo destino de Torquato, por ter respondido o patrão, foi espancado até a morte:

Seu Dito fez mal, não devia aceitar aquela incumbência... Tempo de cativo e capitão-do-mato já passou... – Estava no seu direito de ir para onde muito bem queria... Labutava na fazenda, trabalhando dia e noite como mouro; e no fim, que é que via? Dívidas e mais dívidas, o patrão de ano em ano mais exigente e desalmado; enfim, aquela vida de cachorro de camarada. De resto, sem garantia no trato. O patrão

abusava de sua falta de letra, esticando como lhe parecia na conta, transtornando os seus arranjos de abatimento do fim do mês; e ela, a danada, a espichar, a espichar, que nem mesmo um imperador era agora capaz de resgatá-la! Ora, nesse pé, não podia haver seriedade no ajuste. Mais valia cair a gente no mundo, como fizera, ou estourar aí para um canto, moído de pancada, como sucedera ao Torquato por meter-se a respondão... (Ramos, 1984, p. 145).

Na nona parte do conto *Gente da Gleba*, narra a volta de “Dito” com o fugitivo Malaquias para a fazenda do coronel. Já era noite quando eles chegaram à fazenda, Malaquias mancando com um espinho no calcanhar, assim que chegaram foram até a casa do João Vaqueiro, para saber as novidades do local. Malaquias fora levado para a casa do tronco onde os escravos eram açoitados, como não havia mais escravidão, este lugar era onde os fazendeiros açoitavam os trabalhadores que desobedeciam às ordens do coronel.

Não sabia por quê, mas aquela mudança contrariou o moço; farejou qualquer coisa no ar. Apressou-se, porém, em recolher o nagoa à casa do tronco, o antigo legado da escravatura, onde, ao capricho dos fazendeiros, recebiam correção os camaradas malandros. Mas a voz do fazendeiro, que mais brava e trovejante se escutava a espaços, arrancou-o de vez à inconsequência daquele vago devanear. Levantou-se numa sacudidela, correu para a casa do tronco, na dependência à banda, onde o coronel, cercado de seus homens, empunhava o rebenque, ameaçando o preto acorrentado ao cepo, que, sem proferir palavra, olhava obstinadamente as cadeias do pulso. O fazendeiro mal correspondeu à sua saudação. Voltado para os camaradas, ordenava imperioso:

Que um de vocês chegue para aí às direitas o relho neste negro (Ramos, 1984, p. 148-149).

De acordo com trechos apresentados acima, é possível perceber que a narrativa demonstra que a violência imperava no território goiano naquele período, sobretudo, por meio da crueldade praticada pelos coronéis. Assim, os resquícios da escravidão são retratados nos modos de vida, nas crenças e nos comportamentos dos personagens que compoem as narrativas. Nota-se a quase inexistência do poder do Estado na vida dos sertanejos nesse período, até mesmo pelo fato de que a lei e a justiça eram de responsabilidade dos coronéis, dentro de sua localidade. Nesse contexto, Carvalho salienta que:

Até 1940, a população brasileira era predominantemente rural (60% nessa data), pobre e analfabeta. Um elementar senso de autodefesa lhe dizia que era mais vantajoso submeter-se ao poder e à proteção do coronel. Fora dessa proteção, restava a lei, isto é, o total desamparo. :“Não havia direitos civis, não havia direitos políticos autênticos, não havia cidadãos. Havia o poder do governo e o poder do coronel, em conluio” (Carvalho, 2001a, p. 04).

Ainda na narrativa, como nenhum dos empregados teve coragem de açoitar Malaquias, o próprio coronel resolveu fazer o serviço. O empregado apanhou como um escravo, com um

açoite, o patrão arrancou sangue em suas costas. Mesmo “Dito” ter se arrependido de ter buscado Malaquias para ser chicoteado, ninguém que estava assistindo se atreveu a questionar tal arbitrariedade do fazendeiro, eles já sabiam que aquele era um costume corriqueiro de quem enfrentava o coronel. O conto mostra também como o empregado se endividava junto ao fazendeiro, como já salientado anteriormente.

Na décima parte do conto *Gente da Gleba*, narra um dia exaustivo de trabalho do vaqueiro “Dito”. Segundo o conto *Fidélis* com a ajuda de “Dito” buscaram várias reses que estavam no meio dos arbustos. Depois que eles encontram todos os animais eles foram encontrar com João Vaqueiro que estava com a outra parte dos animais. O Vaqueiro chegara muito cansado, com o corpo todo doendo, encostou a cabeça sobre a rede com bastante sonolência, tirou um cochilo até anoitecer. Assim que acordou, acendeu um cigarro de palha e logo veio uma saudade de Chica, ele deixou a fazenda e foi encontrá-la, só que ao chegar ao povoado e posteriormente na casa de Chica ele percebeu que havia um homem dentro da casa com sua mulher, o homem percebe que tem alguém do lado de fora, pula a janela e vai embora. “Dito” entra furioso na casa e começa a interrogar Chica sobre quem estava com ela, mesmo ela não respondendo o amante a violentou com selvageria.

Na décima primeira parte do conto *Gente da Gleba*, “Dito” ao acordar por volta do meio dia, lembrou do que havia acontecido no dia anterior e saiu a procura da cabocla Chica pela casa, foi então que percebeu que ela havia fugido de casa e levara consigo alguns pertences. Cansado de procurá-la ele foi até o povoado tomou uma aguardente e saiu rumo a fazenda. Ao longo do caminho, sua mula pelintra assustou-se ao ver um vulto saindo de trás de um toco de árvore, era Malaquias, ele veio encontrar com “Dito” para pedir que ele fugisse pelo mundo, pois o patrão mandou soltá-lo do troco, e o desobrigou de pagar sua dívida, mas em troca ele queria que ele fosse com alguns capangas até o povoado e que deveria conduzi-lo até a fazenda, se caso resistisse era para matá-lo.

Malaquias disse que fingiu aceitar e em troca recebeu uma espingarda e o restante dos contratados pelo coronel ficou preparando uma tocaia no córrego da Estiva, junto a cruz do ambrosino. Foi então que “Dito” percebeu que o amante de Chica era o Coronel e resolver ir de encontro aos jagunços, Zé Vaqueiro do alto de uma árvore laçou o negro e levou rumo ao quilombo. O coronel solicitou aos capangas que o deixasse com pés e mãos amarrados no curral, distribuiu canecas de aguardente aos empregados e iniciou a castração do empregado, logo após a operação, solicitou que o jogassem no quarto escuro do tronco. No fim da tarde chegaram à fazenda uma comitiva de representantes do povo (deputados e senadores), no qual o coronel tratou de contar o ocorrido do dia para seus correligionários.

Na décima segunda e última parte do conto *Gente da Gleba*, narra a saída dos empregados da fazenda, o último a deixar o Quilombo foi a família de João Vaqueiro, com poucas cabeças de gado adquiridas com o que havia recebido do seu acerto de contas. O patrão, colocou a fazenda a venda e foi para Curalinho, onde já estava sua família. O nhó “Dito” ficou enterrado na fazenda, sem imaginar que o ocorrido ceifaria a vida de sua filha que morrera de tristeza por causa do vaqueiro

É que ali, naquele mesmo trato da campina, fizera-lhe tantas vezes acompanhamento o grito triunfante de nhô Dito, que vira crescer e tornar-se homem sob o seu olhar desvanecido, e que – pobrezinho – lá ficava agora esquecido na fazenda, sob os gravatás e ananases da beira da cerca, onde o tinham a mando enterrado, a sonhar o seu sonho de paz e de ventura noutra vida melhor...Morrera o infeliz, após lenta agonia de uma semana sem pão e sem água no fundo da casa do tronco, donde urros de endemoninhado saíam na noite, ao acompanhamento lúgubre das aves de má morte no telhado. E mais dolente e compungido se faria decerto o sertanejo, se soubesse que aquele seu descante agoniado, na tarde que baixava, era a nênia fúnebre que acompanhava, mais além, o enterro de nhá Lica, a filha do fazendeiro, morta em Curalinho de tristeza e paixão (Ramos, 1984, p. 166-167).

O conto *Madre de ouro*, se passa no arraial de Bonfim no final do século XVII e início do século XVIII, uma das mais arcaicas cidades auríferas de Goiás durante o auge do ouro, que atraiu aventureiros de várias regiões do país, principalmente da Bahia. Da exploração das ricas minas auríferas restam apenas a arquitetura colonial, as tradições, as lendas, dentre outros:

BONFIM é uma das cidades mais antigas de Goiás. Como suas irmãs mais velhas, Meia Ponte e Vila Boa de Goiás, guarda ainda, sob muitos aspectos, o cunho dos núcleos coloniais do século XVIII [...]. Ficou-lhe, pois, ainda intacto, o antiquado perfume de antanho, cousas mortas que a mente aviva e a tradição redoura [...]. Da primitiva exaltação, porém, do ouro, restam, como tradição, histórias e lendas. (Ramos, 1984, p. 168-169).

O conto narra que, no arraial de Bonfim há estórias contadas por moradores sobre a lenda da Madre de ouro que, sendo de matéria cósmica, seria fruto da divisão de dois meteoros. Ela é corrompida pela vaidade e ganância humanas, e como castigo seu corpo despedaçou-se no rio. Todos que procuram ouro no Poço da Roda onde ela foi vista, perderam a vida,:

Embalde é a teima porém, que o mistério do sítio, a profundidade do poço, a refrangência, o desvio de seus raios e momentâneo desaparecimento da visão assim lhe pertubem o imoto cristal, zelam, guardam para sempre inviolada em seu retiro, a pedra maravilhosa.

E se um, mais afoito e sôfrego, volve de nôvo à tentação da miragem e mergulha mais uma vez no lençol silencioso e frio, à busca do encantado tesouro-obsuro Alberico a quem faltou o anel dos Niebelungens-logo o pune de morte a Made Gloriosa [...]

Tal é a lenda nesse trecho do território. Se esplende ali a Madre de Ouro sepultada no fundo do Poço da Roda, continua entanto a sua peregrinação através de outras

paragens do rincão goiano, numa viagem aérea, cujo termo é a explosão do meteoro na noite silenciosa (Ramos, 1984, p. 169 - 170).

O conto ainda ressalta a triste realidade da escravidão nesse período, escravos que representavam a principal força de trabalho, viviam em más condições de vida, sujeitos a castigos e atos violentos:

Hoje, minas, lavras, catas, tudo jaz ao abandono. Alveja em montes o pedrouço das formações à beira das estradas; uma coma verde de gordura corre a crista dos valos e carreiros, argilosos e tristes, outrora sacudidos pelo estalo do relho dos feitores e o grito angustiado da escravatura, na lavagem do cascalho (Ramos, 1984, p. 198-169).

No célebre conto *Pelo Caiapó Velho*, Hugo de Carvalho Ramos nos transporta para o sertão goiano onde a lepra ou hanseníase se apresentava como principal temática que marcou a realidade das pessoas que viviam nessa localidade. O conto narra a história de um sertanejo de nome Martinho que relembra uma viagem que ele havia feito com seu tio Hilário pela lagoa dos Xarais, que segundo ele ficava nos fundos de Mato Grosso. Segundo o narrador a viagem estava correndo dentro do esperando, mas quando anoiteceu ocorreu uma forte chuva com trovões e relâmpagos, que fez o sertanejo se perder em meio a escuridão, até que depois de tanto vagar pela escuridão a fora ele consegue chegar até uma pousada que ele descreve como um lugar tenebroso, onde vive uma mulher leprosa, que o recebe oferece-lhe alimentação e abrigo. Só que o sertanejo nem desconfia que a mesma é leprosa devido a escuridão e passa a noite em seus braços:

– Ceei, patrãozinho, e gargarejei a boca com a última guampada que me restava de pinga; e esquentado, com a cabeça zonha pela comida e aguardente no bucho que não via ração desde manhãzinha, deitei e adormeci – quase sem assuntar – no jirau da mulher, mesmo em seus braços, que julgava roliços e macios, mas que eram lisos e escorregadios como bagre fora d'água, beijando suas bochechas carnudas e empapuçadas (Ramos, 1984, p. 174).

Ele só percebeu que a mulher era leprosa no dia seguinte, isso porque ele viu que ela estava decompondo-se em vida.

Patrãozinho – e o sertanejo cuspiu forte para ambas as bandas da estrada – das bochechas e beijos arregaçados num vermelhão de apodrecido da rapariga, corria visguenta e fétida por entre uns tocos de dentes amarelos – patrãozinho – uma baba de empestado... Os dedos da mão, não os havia...

O pangaré piolhento corria agora mais apressado emparelhando-se ao meu fouveiro, num pacatá furta-passo, pela estrada esmaecida e pulverulenta em fora, na cadência monótona, ritmática de viajero, como se quisesse arrancar do amo o peso esmagador daquela recordação do passado – que fazia o caburé contorcer-se em convulsões furiosas de vômitos na cutuca – quando, por uma noite tenebrosa d'invernada, viajava

escoteiro pelas estradas ermas e alagadiças do Caiapó Velho (Ramos, 1984, p. 175).

Dias de Chuva, é o último conto do livro *Tropas e Boiadas*. Esse conto não apresenta fatos narrados, se trata de uma prosa poética, de uma cavalgada solitária em um dia de chuva quando um viajante solitário observa os movimentos da natureza, contemplando animais e plantas do sertão de Goiás. Essa prosa poética é semelhante ao conto *Nostalgia*, são lembranças guardadas na memória pessoal do autor. O escritor é acometido por um saudosismo através das lembranças de sua infância, a chuva que cai no quarto do estudante o faz relembrar as chuvas que caíam nas paisagens de sua terra natal. Infância que ficara marcada pelos passeios junto ao seu alazão e a contemplação do verde das colinas, tomando chuva pelo caminho.

Vejo, através duma tela úmida as paisagens distantes de meu torrão natal, e afaz-se-me a que ando viajando, como antigamente, por esses sertões, sentindo sob o pala de viagem a água cirandar forte, cabriolando e verdascando sobre os serros longes, as saraivadas, ou peneirando grosso, em meio o rendilhado sombrio da floresta por onde vou.

E, no silêncio eterno da minha solidão, prosseguia, sob o pala, ruminando saudades... Ah! viagens e passeios antigos, sob a chuva ou a canícula, nos pagos da minha terra! Quão longe e distantes sois! (Ramos, 1984, p. 176-178).

A ambientação do conto mostra em riqueza de detalhes a fauna e a flora de Goiás. Ele caracteriza Goiás como sendo um lugar ermo, um sertão quase despovoado e solitário. Durante suas viagens rumo ao sítio da família ele encontrava pelo caminho araras, papagaios, carcarás, gaviões, dentre outros animais. Admirava também a beleza das matas fechadas, das serras longínquas, passava por casebres abandonados, contemplava o verde das campinas, passava por sítios, nevoeiros, córregos, plantas (galhos secos, Jaraguá, muricizeiros, pequizeiros, ingazeiros, saputazeiros, baunilha, flores silvestres) e frutos (buritis, marmeladas-de-cachorro) nativos do cerrado.

Nesta perspectiva, as narrativas de Hugo de Carvalho Ramos recriam, em diversas facetas, a vida dos sertanejos, seus hábitos, costumes, suas crenças, bem como apresenta-se como uma fiel descrição de Goiás no final do século XIX e início dos século XX, as relações sociais e econômicas desse período. Todos os contos retratam, em perspectivas distintas, o caminho das tropas percorrendo todo o Planalto Central até atingir as terras mineiras e paulistas, com as conduções de gado como produção econômica dessa região.

CAPÍTULO 2 – CORONELISMO, POLÍTICA E VIOLÊNCIA RETRATADOS NA LITERATURA GOIANA A PARTIR DA ANÁLISE DA OBRA *TROPAS E BOIADAS* NO CONTEXTO DA REPÚBLICA VELHA

Com a intenção de ilustrar de que forma a realidade apresentada pela obra literária em análise contribui para o ensino de História em sala de aula, o presente capítulo partirá da análise de dois contos de Hugo de Carvalho Ramos: *Peru de roda* e *Gente da Gleba*. Estes contos ressaltam as duras condições de vida do sertanejo, os mandos e desmandos dos coronéis, as denúncias de exploração humana e, principalmente, a violência que dominava o sertão de Goiás nos trinta primeiros anos da República.

Desta forma, o estudo partirá do fenômeno político a partir da abordagem literária e historiográfica em relação ao coronelismo, bem como a relação com sua clientela. Ramos, através da produção literária, constrói a identidade do sertanejo através da representação de sua realidade de maneira poética, descrevendo, com detalhes as tradições dos tropeiros, suas condições de trabalho, as ferramentas por eles utilizadas, os utensílios, sua alimentação, vestuário, religiosidade, superstições, enfim, demonstra, no enredo, como eram as condições de vida dos sertanejos marcados pela opressão e violência.

Neste sentido, através da leitura dos contos/novelas escritos por Hugo de Carvalho Ramos, é possível identificar que a questão da violência torna-se um fator determinante nos mesmos, sobretudo nos contos *Peru de Roda* e *Gente da Gleba*. Nestas narrativas encontramos traços marcados pela violência, em trechos quase que imperceptíveis, e outros mais explícitos, em que o enredo faz saltar aos olhos do leitor cenas de exploração e de intimidação física e moral. Através dos contos mencionados, Ramos, ao mesmo tempo que nos apresenta contos permeados por fatos trágicos e cruéis, também ressalta uma postura marcada pela denúncia social, sendo a “literatura engajada” um traço marcante de sua produção. A obra retrata um período da historiografia em que não era comum mencionar as relações estabelecidas através do trabalho entre os sertanejos. Ramos, de forma audaciosa, usa a escrita para descrever tais formas de violência e exploração dos trabalhadores em relação aos coronéis em seus domínios. Como bem salienta Medeiros,

Tais obras literárias têm uma função igualmente estética e de denúncia das injustiças sociais. Retratando neste caso, na década de 1930, um Brasil estruturado em relações de poder onde aparecem as figuras dos coronéis, cangaceiros, donos de grandes propriedades, jagunços. E embora tais obras literárias sejam ficcionais, [...] nos permitem observar e analisar as relações de poder hierarquizadas e centralizadas através da figura do coronel e a decadência da sociedade tradicional rural (Medeiros,

2015).

Por tratar-se de uma obra que reflete o período da República Velha, de acordo com a historiografia, a expressão é conhecida também como Primeira República. Esse período é utilizado por estudiosos para evidenciar o quadro político da história republicana em Goiás e no Brasil, compreendendo o período de 1889 até 1930. É importante ressaltar que quase não houve mudanças com a Proclamação da República em relação à participação na política e na economia de Goiás. Manteve-se, assim, no início da República, o mecanismo de exclusão que impedia a participação popular nas decisões políticas, sendo o direito ao voto garantido aos brasileiros maiores de 21 anos, excetuando-se analfabetos, mendigos, dentre outros. Como salienta Ferreira (1998),

A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 não representou uma mudança significativa na ordem social e econômica do país. A economia brasileira continuou agrária e de exportação. A sociedade excluía da participação política e econômica a maioria da população.

Segundo Emília Viotti da Costa (1970), a proclamação da República não significou uma ruptura no processo político brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais não sofreram alteração: o sistema político permaneceu sendo exercido por componentes ou representantes da elite agrária. Enfim, a organização da sociedade não foi alterada nas suas bases (Ferreira, 1998, p. 51)

Desde o fim da mineração, a produção de gado tornou-se a atividade principal da economia goiana. Nesse contexto, Campos resalta (2003, p 34-40) que, no advento da República em Goiás, devido à ausência dos meios de comunicação, juntamente com a delicada situação das atividades econômicas, a economia continua basicamente caracterizada pelo modelo agroexportador, sendo o gado o principal produto de exportação desta economia goiana. E que, mesmo essa atividade se destacando no Estado como a maior fonte de arrecadação de impostos, tal atividade econômica não se destacava em âmbito nacional. Isso ocorria em decorrência de Goiás não contar com centros urbanos industrializados e por não possuir um produto que se tornava apreciável em relação ao mercado nacional. Sobre a questão de produtos que se destacassem no mercado nacional, Campos ainda cita o exemplo de São Paulo e Minas Gerais que se destacavam pela produção do café e do Rio Grande do Sul com grande produção de charque.

Fomentando a discussão, Palacín (2008) enfatiza que, em Goiás, o anúncio a respeito da Proclamação da República chegou com bastante atraso para os políticos locais e para a população, atraso este proveniente da falta de meios de comunicação e do isolamento da província em relação aos centros mais desenvolvidos economicamente. Ele reafirma que a

Proclamação da República não trouxe modificações para a população local em relação à participação política, sendo que as classes mais pobres e analfabetas continuavam marginalizadas socialmente, ao contrário da elite agrária, que tinha seus interesses (políticos, econômicos e sociais) representados pelos coronéis. Devido à inexistência dos meios de comunicações e à carência de centros urbanos, a agricultura de Goiás torna-se quase que exclusivamente de subsistência, sendo que a produção local era apenas para o consumo dos poucos habitantes que aqui viviam. Neste sentido, salienta Palacín (2008):

Como Goiás ainda não tinha telegráfo, a notícia da Proclamação da República aqui chegou através de uma carta, vinda de França, no dia 28 de novembro, colhendo de surpresa todos os políticos da província. O povaréu não participava da vida política, portanto o 15 de novembro nada representou para ele. Depois de confirmada a notícia pelo Correio Oficial do dia 1º de dezembro, as diferentes facções políticas (liberal, conservadora e republicana) procuravam assumir atitudes que lhes assegurassem o poder na nova ordem constituída.

Os efeitos do 15 de Novembro em Goiás prenderam-se a questões administrativas e políticas. Os fatores sócio-econômicos e culturais não sofreram abalos: o liberto continuou flutuante, caminhando para o marginalismo social; as elites dominantes continuaram as mesmas; não ocorreu a imigração europeia; os latifúndios improdutivos, áreas imensas, continuaram por povoar e explorar; a decadência econômica permaneceu sem que se pensasse em modificar a estrutura de produção; a pecuária e a agricultura continuaram deficitárias; a educação, em estado embrionário; o povo continuou esquecido em suas necessidades, mas usados pelos hábeis políticos, que baixavam decretos em seu nome (Palacín, 2008, p. 125 – 126)

No âmbito político, a Proclamação da República não representou o rompimento na historiografia brasileira, o que houve foi uma maior independência para os Estados, algo que já era almejado por algumas províncias desde o Brasil Império, em particular a província de Goiás. Os políticos goianos, a partir da República, “puderam absorver os resultados de suas receitas de exportação, contrair empréstimos, organizar suas tropas policiais e contar com uma autonomia política” (Chaul, 2010, p. 125)

Com a implantação da República em Goiás, houve o fortalecimento de um grupo de estadistas locais que governavam em defesa dos interesses de uma minoria ligada à elite agrária, excluindo, assim, os mais humildes e marginalizados, gerando, dessa forma, disputas políticas no cenário goiano que favoreciam os mais ricos, considerados donos do poder local. Essa elite era composta por coronéis, que utilizavam da patente adquirida desde o império para identificar os representantes políticos dos municípios goianos e do restante do Brasil. Dessa forma, houve a formação e estabelecimento de latifúndios, em detrimento da maioria da população que vivia no campo e nas cidades, por não ter oportunidade de ser donos de terras e por não desfrutar da produção gerada em tais latifúndios. Estes, além de serem excluídos da vida política, eram excluídos também das riquezas econômicas geradas no/pelo Estado e serviam como mão de obra

para os coronéis. Com os lucros obtidos com a venda do gado, os latifundiários utilizavam o dinheiro para comprar utensílios que não eram produzidos nas fazendas, como sal, armas, pólvora, dentre outros. Como menciona Palacin (2008),

A falta de mercados e de uma economia monetária contribuía para fortalecer o sistema de latifúndio; só as grandes fazendas podiam vender algum excedente (principalmente gado, levado pelos tropeiros à Bahia ou Minas), a dinheiro, com o que se comprava sal, armas, pólvora, chumbo e outras poucas coisas imprescindíveis à vida e não produzidas na própria fazenda.

Do ponto de vista social, estes números indicam a inexistência de uma classe de pequenos proprietários dedicados à lavoura ou à pecuária. Em todo o Estado, encontra-se o domínio da grande propriedade rural em mãos de poucas famílias aparentadas entre si. Dentro dessa grande propriedade, trabalhavam e viviam seus dependentes: sitiantes, vaqueiros, meeiros, camaradas, jagunços, etc; num sistema patriarcal, herdado do período colonial (Palacin, 2008, p. 142)

Chaul (2010), na obra *Caminhos de Goiás*, reafirma, que a pecuária, durante o período mineratório em Goiás, tornou-se uma atividade subsidiária, pois todas as atenções estavam voltadas para a exploração do ouro, que era muito mais rentável. Neste sentido, destaca que

Dentro da expansão pecuarista goiana, é importante destacar que a agropecuária, como um todo, sempre existiu em Goiás, mesmo preterida em detrimento do ouro por ser considerada como atividade econômica complementar ou secundária. Desenvolveu-se longe ou perto das minas, sendo na maior parte do período aurífero, como era natural, uma atividade subsidiária da mineração. Não lhe era dada a atenção merecida, pois o ouro ofuscava qualquer outra atividade (Chaul, 2010, p. 98).

Percebe-se que, com as transformações ocorridas com a decadência do ouro em Goiás e com a economia praticamente estagnada, a pecuária tornou-se uma atividade econômica mais rentável, devido à existência dos latifúndios, com numerosas terras praticamente inabitáveis e abandonadas e com a possibilidade de grandes áreas de pastagens para o gado. Para Chaul (2010) essa atividade econômica se tornava rentável pelo simples fato de que a mesma demandava poucos investimentos para o fazendeiro, pois necessitava apenas de uma quantia necessária para a compra de animais e também para a construção de instalações necessárias para a lida com o gado, situação essa que era bem diferente da exploração das minas de ouro, que exigia exorbitantes investimentos na compra de escravos para sua exploração e pagava-se altíssimos impostos para o governo central, principalmente através do quinto. Assim Chaul (2010) deduz que, a atividade voltada a pecuária era mais vantajosa e mais viável com a decadência da mineração, como bem destaca:

Assim que o ouro deixou de representar o principal produto da economia goiana, um processo de “êxodo aurífero” fez com que um grande contingente populacional

abandonasse a província para se dedicar à lavoura e a pecuária. Foi por meio desse processo de ocupação que a economia goiana se tornou agrária. A parca produção do período, logo após o colapso da mineração tornou a economia de Goiás praticamente estagnada. A historiografia goiana atesta que a pecuária foi o caminho encontrado para se manter ativo o sistema de produção mercantil, abastecendo de gado os mercados do centro-sul e norte-nordeste do país. Sem dúvida, o imenso curral goiano era propício à multiplicação do rebanho. Capital disponível não se tinha, mas pouco era preciso. A criação demandava pouco mais do que as condições naturais existentes lhe propiciavam. As maiores exigências eram de fácil oferta, como as construções elementares nas fazendas e os processos de criação de pouca técnica e relativa rentabilidade (Chaul, 2010, p. 96-101).

Dentro desta perspectiva, é salutar destacar a obra *Tropas e Boiadas* de Hugo de Carvalho Ramos, que se caracteriza por ser uma literatura com características regionalistas, possibilitando ao leitor o contato com várias informações atribuídas ao homem livre, responsável pelo pouso e abastecimento das caravanas em áreas mais exploradas e em regiões mais distantes no espaço rural em Goiás no final do século XIX e do início do século XX. Neste contexto Franco destaca que:

Muito embora preso a esse mundo, o tropeiro foi um dos tipos humanos para o qual mais se abriram as possibilidades de integração ao outro lado da sociedade [...]O movimento de tropas foi, em larga medida, também responsável por outra ocupação proporcionada ao homem livre, ligada ao pouso e abastecimento das caravanas. As crônicas dos viajantes estão pontilhadas de referências a estabelecimentos destinados a esse serviço. Não é apenas nas áreas já mais exploradas que eles são frequentes, de modo que “não se vence um quarto de légua sem encontrar uma venda e um rancho”. O mesmo acontece nas zonas mais afastadas, onde também “apesar da solidão e do aspecto em geral inculto da região, em cada quarto de légua (se encontra) um grande rancho num vale, geralmente cheio de tropeiros e mulas”. Multiplicam-se logo nas regiões pioneiras, onde “quase em cada milha de estrada se apresenta uma hospedaria brasileira, o rancho (Franco, 1997, p. 72-73).

Tropas e Boiadas, por ser uma literatura de cunho regionalista, em seus enredos fazem-se presentes várias características que permeiam o sertão goiano no final do século XIX e início do século XX, são representações que envolvem conceitos como violência, mandonismo, autoritarismo por parte dos coronéis, resquícios da escravidão na sociedade. Além disso, destaca-se na narrativa, a representação dos costumes do sertanejo, do seu imaginário, de seu fervor religioso, dos diferentes trabalhos executados, o que permite ao leitor conhecer a identidade dos habitantes do interior do país.

O coronelismo, por ser um fator de destaque na história do Brasil, bem como na história de Goiás, encontra-se também presente na literatura através de diversos autores goianos, sendo Hugo de Carvalho Ramos apenas um destes que se debruça fidedignamente sobre a realidade do sertão goiano. Dessa forma, os acontecimentos relacionados ao coronelismo em Goiás é perpetuado através da história por meio da escrita e também da visão atribuída pelos diversos

autores que registraram a trajetória dos coronéis em solo goiano. De acordo com Hugo de Carvalho Ramos, os coronéis por mais que dependessem do governo estadual e central, monopolizavam o poder local, obtendo, assim, o controle político e social de seus domínios espaciais. Isso ocorria principalmente por meio da manipulação eleitoral, sobretudo pela existência do voto de cabresto, da fraude, e do uso da violência, que serviam para validar o poder das elites. O conto *Gente da gleba* retrata esta realidade, como se observa no excerto:

Em épocas de eleições, quando o Coronel estava contra o governo, então, andava numa “corre-coxia” dos trezentos, tais os embulhos que surgiam. Na vila, às vezes, dançava alto o pau; não raro, eram os tiros que se não sabia donde partidos, as teimas para convencer o votante contrário, enfim, o costume da terra. Eram ordens pra aqui, ordens pra ali, arregimentando o pessoal da fazenda, garantindo a chapa, o diabo! [...] Mandassem-nos assaltar a urna no povoado, sob o ferro dos contrários, correr com um bando de ciganos que talasse os campos da redondeza, e estavam ali todos prontos a enfrentar o perigo, pagando mesmo com a vida, se preciso fosse, o seu devotamento (Ramos, 1984, p. 121 a 149).

Conforme observa-se no trecho acima, o controle das eleições era exercido por meio da manipulação das comissões, da compra de votos, do furto de urnas, dentre outras formas de perpetuação do poder político e social. Sobre tais manipulações, Campos (2003) ressalta que:

A lei eleitoral, por um lado, mesmo tornando o sufrágio mais amplo, manteve os vícios anteriores, continuando a dar acentuado valor àqueles elementos possuidores de voto – os coronéis. E, conforme Carone (1972), o sistema eleitoral permitiu o controle do eleitorado, da oposição e das reivindicações gerais pelos situacionismos estaduais. Vale lembrar que a política dos Estados, de Campos Sales, utilizava recursos eleitorais, ou seja, a manipulação das comissões que deviam reconhecer os candidatos eleitos. [...] Em âmbito estadual, o arranjo coronelista é estabelecido pelo compromisso entre os grupos políticos municipais sob o controle do executivo estadual, sendo dada carta branca aos coronéis nos seus domínios (Campos, 2003, p. 23-24).

Em Goiás, o sistema eleitoral era determinado por uma comissão executiva, denominada de engrenagem política. Essa organização só foi possível graças às contribuições dos representantes do poder executivo a nível estadual e federal, em que cada elemento teve sua relevância no arranjo e no controle do poder político local. A Comissão, nomeada por uma convenção, tinha como função realizar a indicação de representantes para os cargos eletivos no executivo e no legislativo estadual e federal. Ela contava com um número bastante reduzido de membros, geralmente de sete a nove nomes eram indicados que, segundo Campos (2003), facilitava o controle dos cargos, bem como da própria política, por uma oligarquia mais influente. É importante ressaltar que era por meio da Comissão que os principais grupos políticos em Goiás exerciam o seu controle político em seus domínios, principalmente através

do voto de cabresto e do uso da violência. Por fim, é necessário ressaltar, que a Comissão mencionada anteriormente ficou nas mãos dos três coronéis/políticos mais renomados no Estado: José Leopoldo de Bulhões, José Xavier de Almeida, Antônio Ramos Caiado, conhecido como Totó Caiado (Campos, 2003, p. 63-64).

De acordo com Chaul (1998), com o passar dos anos, o voto de cabresto é substituído pelo voto como mercadoria, modificando assim a relação entre coronel e seus agregados, mas sendo quase que insignificante para a literatura regional. As fraudes e a violência continuaram. Porém, com o advento do capitalismo, o voto passa a ser considerado uma mercadoria e não mais como era antes, caracterizado pela troca de favores. Como eram poucas pessoas que estavam habilitadas a votar, o voto era bastante concorrido entre os candidatos e o processo eleitoral não era nada transparente, além do fato de que não havia uma Justiça Eleitoral para zelar pelo cumprimento das eleições, sendo recorrentes práticas que intimidavam os eleitores. Os coronéis controlavam o voto já que este era aberto e não secreto. Assim, Ferreira (1998) destaca que:

[...] No entanto, com o passar dos anos, um complexo mecanismo de mercado começa a definir o voto como mercadoria. Desta forma, a relação coronel-clientela sofre alterações. O coronel continua intimidando sua clientela, anulando urnas, destruindo documentos eleitorais, dando largo uso ao “bico-de-pena” e à “degola” de seus adversários políticos. Porém, as eleições começam a ficar dispendiosas, com o advento das relações capitalistas, pois o voto de cabresto, de acordo com as novas regras, passa a ser objeto de compra e venda, mercadoria; diante dessa lógica a clientela descobre seu poder de barganha, passando a pedir e a exigir o que julgava de direito. É claro que ainda não dá para pensar em prática de cidadania, mas o favor começa a ruir a partir dessa modificação. Assim, num sistema eleitoral em que antes funcionava apenas uma reciprocidade de favores, a eleição passa a se constituir em um momento de escolha não do mais capacitado, tornando-se uma oportunidade de uma barganha (Ferreira, 1998, p. 78-79).

Outro fator que merece destaque na obra de Hugo de Carvalho Ramos é a questão da violência. Na narrativa, os personagens retratados eram submetidos ao poder dos coronéis. De acordo com Alves (2021), desde a colonização do Brasil, a história realizou inúmeros registros referentes ao uso da violência nos meios sociais, seja no processo de colonização, na violenta política de subjugamento dos indígenas, na escravização dos africanos, através dos mandos e desmandos dos coronéis, e do autoritarismo, dentre outros. O autor ainda ressalta que a violência, a exploração, os castigos, a miséria, se fazem muito presentes através dos textos literários de autores regionalistas e que tais aspectos abordados deixaram marcas evidentes na sociedade sertaneja. Nesta perspectiva, mesmo que o enredo literário se distancie do tempo e do espaço retratados, é possível descrever os comportamentos e as torturas sofridas pelos

sertanejos, uma vez que as experiências retratadas perpetuaram no tempo. Assim, o escritor, por ser um ser político e social, consegue demonstrar aspectos da vida social passada, como é o caso da questão da violência. Neste sentido, Alves ressalta:

A intensa presença da violência na história do Brasil está intimamente articulada com formas, temas, modos de produção, circulação e recepção de obras literárias, e demonstra como essa sociedade foi construída desde a colonização por meios violentos, em que a destruição, a barbárie, a escravidão, o autoritarismo e o mandonismo, constituíram aspectos intrínsecos à formação do Brasil.

A narrativa da violência descrita pelos autores regionalistas é caracterizada como parte integrante do processo que constitui a exploração colonial, a organização predatória imperialista, o genocídio indígena, a escravidão ainda presente no início do século XX em algumas regiões brasileiras, o patriarcado, as penalizações e mutilações, os estupros, os linchamentos, os abusos do poder, a exclusão social, a truculência, os massacres, e os desmandos dos governos. Pode, também, em alguns casos, reverberar mecanismos de controle social e educacional e, por sua vez, os regimes de transmissão em que obras e autores podem ser expressões de interesses autoritários. Portanto, não está ausente nessas obras o interesse em abrir a discussão dedicada às relações entre literatura, violência e política, visto que muitos elementos sociais são considerados decisivos para a compreensão de tais obras literárias (Alves, 2021, p. 116).

Cabe destacar que história e literatura, juntas, são uma fonte de estudo infundável, compondo dois campos do conhecimento que atualmente mantem relações próximas, o que leva a uma multiplicidade de estudos sob diferentes pontos de vista, como mostra Sevckenko (1989),

As décadas situadas em torno da transição dos séculos XIX e XX assinalaram mudanças drásticas em todos os setores da vida brasileira. Mudanças que foram registradas pela literatura, mas sobretudo mudanças que se transformaram em literatura. Os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir [...] Fruto das transformações, dedicada a refletir sobre elas e exprimi-las de todo modo, essa literatura pretendia ainda mais alcançar o seu controle, fosse racional, artística ou politicamente. Poucas vezes a criação literária esteve tão presa a própria epiderme da história tout court. Era em grande parte uma literatura encampada por homens de ação, com predisposição para a liderança e a gerência político-social: engenheiros, militares, médicos, políticos, diplomatas, publicistas [...] dessa forma, lê-se a história simultaneamente ao ato de ler-se a literatura, reproduzindo como que pelo avesso o movimento de quem faz história fazendo literatura (Sevckenko, 1989, 236-241).

Logo, convém destacar que Hugo de Carvalho Ramos, em sua obra, procura descrever o modo de vida, os costumes e os problemas do homem simples que vivia no sertão de Goiás e, nesse caso, a literatura torna-se indispensável ao historiador à medida que a mesma contribui para pesquisas relacionadas ao lugar em que se passa a obra, seu estilo literário, a linguagem utilizada, a ambientação social e cultural enfatizada, dentre outros.

Assim, a literatura representa a realidade de tal forma que se aproxima muito mais de um testemunho, tal a situação de verossimilhança com que ela se apresenta. Esses significados

e representações da realidade social, tal qual ela se apresenta, possibilita a valorização da literatura na historiografia. Neste contexto, é mister que o historiador exerça um olhar crítico sobre esta fonte, perscrutando na linguagem e nos elementos da narrativa (personagens, espaço, trama narrativa) a visão de mundo descortinada pelo autor. A literatura, portanto, permite ao leitor analisar a realidade, a partir da sensibilidade e da mentalidade narrativa. Neste contexto, Sevcenko ainda aduz que:

Instituição viva e flexível, já que é também um processo, ela possui na história o seu elo comum com a sociedade. O ponto de intersecção mais sensível entre a história, a literatura e a sociedade estão concentrado evidentemente na figura do escritor. Eis porque uma análise que pretendia abranger esses três níveis deve se voltar com maior atenção para a situação particular do literato no interior do meio social e para as características que se incorporam no exercício do seu papel em cada período. [...] Há contudo, uma dimensão incorpórea de grande amplitude que, por curioso que pareça, condensa a substância mais expressiva da experiência literária, por atravessar com maior profundidade o conjunto de agrupamento humano na sua história, nos seus conflitos, nos seus anseios projetados (Sevcenko, 1989, p. 246-247).

Os textos narrativos que compõem a literatura goiana, de maneira geral, apresentam ao leitor uma visão de coronelismo, marcada, sobretudo, por atitudes que garantiram a perpetuação do poder. Neste sentido é que a história e ficção literária aproximam-se e coadunam-se, possibilitando meios de interpretação da sociedade. Desta forma, compreender o coronelismo a partir da ficção literária possibilita uma ampla perspectiva de conhecimento acerca desse fenômeno social.

Destaca-se, portanto, que a abordagem literária fornecerá subsídios para um estudo dos registros históricos e sociológicos desse período, por se tratar de uma abordagem mais ampla e interdisciplinar. Os elementos da narrativa, sobretudo os personagens e os fatos que compõem a trama, apresentam uma visão mais ampla sobre uma temática, permitindo que ficção e realidade ampliem o alcance do estudo. Neste sentido, a obra literária de ficção somada à capacidade criativa do autor sempre apresentará referências diretas a acontecimentos políticos e sociais com viés histórico. Nesta perspectiva, convém destacar os apontamentos de Galvão:

De certa forma, adentrar o estudo do coronelismo pela porta da ficção traz uma perspectiva mais ampla acerca do fenômeno social, uma vez que a pesquisa não se deterá apenas nos registros históricos e sociológicos, mas receberá a grande contribuição da análise literária e das múltiplas possibilidades de abordagem do tema que a literatura de ficção pode oferecer. Personagens e fatos que transitam entre ficção e realidade podem apresentar um horizonte bem mais amplo sobre a temática, ampliando o alcance do estudo (Galvão, 2018, p. 15).

Assim, o coronelismo enquanto uma prática política dentro de um contexto histórico

marcou uma fase muito importante da história política de Goiás, a partir de traços característicos nos indivíduos e na sociedade. O coronel é representado nas obras literárias e na historiografia com características bem semelhantes e marcantes, “[...] eram homens enérgicos, fortes, temidos, que pautavam suas ações de acordo com o modo de viver no sertão segundo o qual, ofensa não se leva para casa [...] empregado não foge do ajuste (contrato de trabalho verbal)” (Chaul, 1998, p. 75-76).

Desse modo, a obra literária em análise nos mostra que o caminho percorrido pelos personagens está explicitamente ligado aos acontecimentos que envolvem as questões sociais pelos coronéis, que eram donos de latifúndios, controlavam as leis e comandavam a política da sua localidade. Conforme salienta Ferreira, “no código cultural do coronel, a lei, a norma ganha outros significados, apresentam-se através do derramar sangue, da “honra”, da violência, do dever cumprido, da obediência civil, da arrogância do potentado local” (Ferreira, 1998, p. 95). É possível identificar esses traços descritos anteriormente no conto “Peru de Roda”, como pode-se observar:

O Coronel Ivo era um famanaz temido nas redondezas. Braço direito dos chefões estaduais, ferrador de burros e antigo tropeiro como o maioral dêles, quando ia à cidade, os babaquaras da terra interrompiam a palestra e safavam-se pelos cantos, ao assomar na esquina o seu vulto apessoado de anta brava. [...]
Também, as suas façanhas contavam-se pelos anos de vida; e, entre os menores, registrava-se o castramento por suas mãos de uma pobre “pancada” em Goiabeiras, o estoíro de outro – de quem suspeitara meter-se-lhe a engraçado com sua mulher, em Currallinho, à fôrça de infusões de malagueta e salmoura deitadas goelas abaixo, por intermédio de um funil...
[...] Como todo chefe sertanejo, era fundamentalmente autoritário (Ramos, 1984, p. 81- 82).

Para Campos (2003), com a decadência da monarquia, a política goiana passou por um momento de intensa fragilidade, devido a vários fatores que ocorreram pelo controle político do Estado provocados pela recusa de Guimarães Natal em ocupar a Presidência do Estado, alegando que o cargo exigia inúmeras responsabilidades. Dessa forma, ele propõe organizar uma junta governativa com todos os representantes das correntes políticas (republicanos, conservadores e liberais) situadas em Goiás desde o Brasil Império, culminando em um novo partido político denominado de Partido Republicano de Goiás, popularmente conhecido por “Centro Republicano”. Com a nomeação de Deodoro da Fonseca para a Presidência do Brasil, em 1889, o mesmo, por não se interessar pela política estadual, muito menos pela política goiana, faz com que essa junta deixe de existir, nomeando assim um militar, conhecido como Rodolfo Gustavo da Paixão, que não tinha nenhum interesse pela política do Estado (Campos, 2003, p. 81). Fatores confirmados por Chaul (2010):

A vida política de Goiás foi conturbada na primeira década do século XX. [...] A história dos partidos políticos em Goiás, na Primeira República, tem seu início na cisão do antigo Partido Liberal Clubista, dirigido pelos Bulhões, enquanto o outro partido (Partido Liberal Histórico) ficou sendo comandado pelos Fleury. Em 1887, é fundado por Guimarães Natal o Partido Republicano de Goiás, mais conhecido como Centro Republicano. Apesar da falta de expressão, este entra em ascensão com a proclamação da República. Já em 1890, os Bulhões e seus coligados passam a integrar o Centro Republicano, que elegeu cinco de seus membros para a Constituinte da época. Houve uma segunda cisão, ou segundo cisma partidário, em que Leopoldo de Bulhões, ao apoiar Prudente de Moraes, viu-se derrotado pelos Fleury, que apoiaram Deodoro. Este se une ao Partido Católico, fundando, em 1891, o Partido Republicano Federal. Com a ascensão de Deodoro da Fonseca, o estado de Goiás se vê numa situação desconfortável: o presidente e o vice eram escolhidos pelo governo central e, posteriormente, eleitos pelo Partido Republicano Federal, enquanto a Assembleia era dominada pelo Partido Republicano de Goiás (Chaul, 2010, p. 131).

De acordo com Chaul (2010), é mister destacar que o presidente e o vice, considerados cargos máximos do executivo de Goiás, eram nomeados pelo poder central. Nesse caso, os Bulhões, que não eram representados por Deodoro, praticamente ficaram excluídos da vida política, situação que só iria mudar quando Floriano Peixoto chegasse ao poder devido à renúncia de Deodoro (Chaul, 2010, p. 132).

Em 1891, Deodoro renuncia à presidência e sobe ao poder o Marechal Floriano Peixoto. Neste contexto, como ressalta Palacín (2008), a política goiana sofre inúmeras transformações: Constâncio Ribeiro é destituído do cargo e em 19 de fevereiro de 1892 Braz Abrantes, que fazia parte da oligarquia dos Bulhões, assume a Presidência do Estado, ficando no cargo até 18 de julho daquele ano. Após seu mandato, seguindo o que determinava a Constituição, foram realizadas eleições diretas para o cargo de Presidente do Estado. A oligarquia dos Fleury, por não ter apresentado candidato para concorrer às eleições, fez com que os Bulhões se consolidassem no poder. Contudo, ele não assume a presidência, alegando que já exercia mandato no Congresso Nacional e que os deputados exigiam o seu retorno imediatamente. Após a renúncia, seu vice, Antônio José Caiado, popularmente conhecido por Totó Caiado, assume a administração do Estado, enfrentando sérios problemas financeiros e sociopolíticos, o que levou ao fim de seu mandato. Após o Governo de Totó Caiado, Leopoldo de Bulhões é eleito para comandar o Estado. Depois de sua renúncia, Xavier de Brito é nomeado para concluir o mandato de Leopoldo de Bulhões (Palacín, 2008, p. 126-129).

Em maio de 1895 ocorrem novas eleições em Goiás e novamente os Bulhões exercem a sua influência e prestígio junto aos eleitores e o coronel Francisco Leopoldo é aclamado Presidente do Estado. Os Bulhões ficaram no poder até 1898 através de mais duas gestões, até que o grupo dos Caiado inicia uma acirrada luta política, mas não contava com o prestígio que

os Bulhões havia conquistado em âmbito estadual e Federal. É importante destacar que mesmo os Bulhões não sendo donos de terras, eles se destacaram como os representantes do setor ligado a agropecuária, como nos mostra Campos:

Na sua articulação inicial, o bulhonismo se apresentava ligado aos chefes locais através de seu líder principal, Leopoldo de Bulhões. Mesmo não possuindo terras, os Bulhões tornaram-se porta-vozes nacionais de Goiás e defensores dos interesses da pecuária e dos demais setores da economia regional. Mantiveram o princípio da cartabranca às lideranças locais, satisfazendo exigências e não interferindo nos negócios municipais, além de, em termos de política fiscal, não sobrecarregarem os produtos agropecuários, em a posse da terra (Campos, 2003, p. 84).

Por meio de um lento processo, os Bulhões começaram a perder espaço na política de Goiás, e seu poder foi enfraquecendo cada vez mais. Isso ocorreu em decorrência da preocupação de Leopoldo de Bulhões apenas com a política em âmbito nacional, deixando assim a política estadual de lado e, conseqüentemente, perdendo apoio de importantes representantes das principais oligarquias estaduais. A falta de compromisso com a política estadual fez com que houvesse uma articulação de políticos estaduais, dando notoriedade para Xavier de Almeida que se torna o presidente do Estado até 1905. Em seu governo, Xavier procurou aproximar-se de políticos que faziam oposição ao seu governo e por esse fato, sua administração ficou conhecida como “política do congraçamento”, que causava bastante incômodo à oligarquia dos Bulhões (Chaul, 2010, p. 87-135).

Xavier rompe com os Bulhões em 1904, à medida em que o prestígio dos Bulhões entra em crise, e uma nova oligarquia, denominada de caiadismo, começa a ganhar espaço na política goiana, mas enfrentando um período turbulento, com a possibilidade de uma intervenção federal ou até mesmo de uma revolução com o objetivo de destituir o executivo e legislativo de Goiás, alegando fraudes no processo eleitoral. Porém, essa solicitação é rejeitada pelo Congresso Nacional. Em 1908, o governo de Xavier de Almeida sofre com uma grave crise financeira que assolava o país, gerando assim uma enorme descontentamento por parte dos coronéis, resultando na Revolução de 1909 e no fim do poder político de Xavier de Almeida. Essa revolução foi primordial para a ascensão de dois importantes nomes para a política de Goiás, Eugênio Rodrigues Jardim e de Totó Caiado (Chaul, 2010, p. 135-137).

Segundo Palacín (2008), Urbano Coelho de Gouvêia torna-se presidente do Estado em julho de 1909, marcando o renascimento do mandonismo dos Bulhões em Goiás através de seu cunhado até 1913, como nos mostra no excerto:

No ano de 1904, ocorreu o fracionamento do grupo, sob a liderança de Xavier de

Almeida, que conseguiu afastar momentaneamente os Bulhões do poder. No entanto, em 1908, em decorrência da sucessão senatorial, Goiás viveu um clima de intranquilidade política, que desaguou em uma revolução, em 1909. Nesta luta os Bulhões mais uma vez saíram vitoriosos, a esta altura apoiados por Eugênio Jardim e Antônio Ramos Caiado, que posteriormente tornara-se influentes políticos não só na área regional como na nacional.

Maio de 1909 pode ser conhecido na história política de Goiás como o reencanto do mandonismo dos Bulhões. Foi reconhecido presidente do Estado, para o quadriênio 1910-1913, Urbano de Gouvêa, cunhado de José Leopoldo, que se elegeu mais uma vez senador da República por Goiás, permanecendo nesta função até o ano de 1918 quando não mais conseguiu se eleger (Palacín, 2008, p. 129-130).

Após a saída dos Bulhões da presidência do Estado, surge um novo arranjo político em oposição ao Partido Republicano em Goiás. Desse modo, a política goiana ficaria nas mãos dos Jardim-Caiado até a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder a nível Federal, através de um movimento armado e em Goiás marca o início da administração de Pedro Ludovico Teixeira.

Os democratas contavam com o suporte da agropecuária e tiveram como supremo chefe da política estadual Antônio Ramos Caiado, que exercia mandato federal desde 1909. Foi um chefe que comandou com pulso firme e energia política a vida administrativa de Goiás de 1912 a 1930 (Chaul, 2010, p. 155).

Tentando explicar a presença e permanência da família dos Caiado na política em Goiás, é notório que a agropecuária tenha sido o fator determinante para tal conjuntura. A dúvida surge devido ao fato da família ser proprietária de extensos latifúndios em Goiás, mas segundo Ribeiro (1998), esse fator não é determinante, nem capaz de explicar isoladamente tal questão. A autora argumenta que a atividade agropecuária, mesmo sendo subsidiária, ocorre em Goiás desde o fim da mineração, não sendo uma atividade exclusivamente da família em análise. Mesmo os Caiados terem desempenhado forte expressão nessas atividades econômicas, eles também ganharam destaque na agroindústria, na produção de bens de consumo, dentre outros. Neste sentido, salienta Ribeiro:

Consideramos que, sendo uma família proprietária de grandes extensões de terra e de numeroso rebanho bovino, a sua expressão política estaria automaticamente assegurada. Em que pese ser esse um fator realmente decisivo, ele não é, entretanto, capaz de explicar, sozinho, a permanência e intervenção política da família. Ocorre que as atividades pecuária e , posteriormente, agrícola acompanharam a história de Goiás desde o fim do predomínio da mineração e se expalharam pelas diversas regiões do Estado, não podendo, portanto, ser qualificadora de uma única família, muito menos única diferenciadora dela perante o conjunto dos setores dominantes.

Os Caiado viabilizaram-se tanto do ponto de vista da expressão econômica quanto da intervenção política. Ademais, a política em Goiás não foi nem é dirigida apenas por famílias que possuem o que chamaríamos de “tradição ruralista”, embora se articulem, enquanto componente das classes dominantes, a esses interesses. A expansão capitalista em Goiás levou o Estado a ampliar suas atividades para a agroindústria,

para a produção de bens de consumo e para a instalação de pólos industriais. Mesmo incipientes, articulados a interesses ruralistas e dependentes dos grandes centros, esses novos setores da economia ampliaram o universo dos atores do cenário político. Ainda assim, os Caiados permanecem na disputa do poder em Goiás (Ribeiro, 1998, p. 210-211).

Visando responder sobre os fatores que contribuíram para a permanência dos Caiados no poder em Goiás, foi preciso antes de tudo, que se realizasse uma contextualização histórica, remetendo dessa forma à noção de temporalidade (objeto da história), partindo de um caráter interdisciplinar abordando vários elementos, como: casamento, profissão, educação, trabalho, partido político, propriedade da terra, relações de produção e memória. Não adentraremos nesses assuntos, ficando para pesquisas posteriores (Ribeiro, 1998, p. 213-214).

Embora *Tropas e Boiadas* seja uma obra publicada em um período de transição do sistema aristocrático para o sistema republicano, ainda é possível encontrar nessa mesmo período resquícios da escravidão africana em relação ao homem do campo que vivia em Goiás. Em decorrência da abolição da escravatura e da falta de mão de obra, os coronéis implantaram um rígido sistema de exploração bastante semelhante ao sistema escravagista. Geralmente o empregado não ganhava o suficiente para a sua subsistência, tendo, portanto, que tomar emprestado uma quantia além do seu salário para manter suas despesas. Com isso, ele sempre ficava devendo ao coronel, o que o tornava subjugado à escravidão por dívidas. Desta feita, o empregado nunca conseguia saldar sua dívida com o patrão, a não ser que outro coronel comprasse tal dívida e se tornasse seu dono, ou se o mesmo morresse. Tal situação é evidenciada na narrativa “Gente da Gleba”:

Geralmente, o empregado na lavoura ou simples trabalho de campo e criação, ganha no mínimo quinze mil réis ao mês. Quando tem longa prática no traquejo e é homem de confiança, chega a receber vinte, quantia já considerada exorbitante na maioria dos casos. É essa a soma irrisória que deve prover as suas necessidades. Gasta-se em poucos dias. Princípiam então a tomar emprestado ao senhor. Dá-lhe este cinco hoje, dez amanhã, certo de que cada mil réis que adianta é mais um elo acrescentado à cadeia que prende o jornaleiro ao seu serviço. Isso, no começo do trato; com o tempo, a dívida avoluma-se, chega a proporções exageradas, resultando para o infeliz não poder nunca saldá-la, e torna-se assim completamente alienado da vontade própria. Perde o crédito na venda próxima, não faz o mínimo negócio sem pleno consentimento do patrão, que já não lhe adianta mais dinheiro. É escravo da sua dívida que, no sertão, constitui hoje em dia uma das curiosas modalidades de antigo cativo. Quando muito, querendo de algum modo mudar de condição, pede a conta ao senhor, que fica no livre arbítrio de lhe dar, e sai à procura dum novo patrão que queira resgatá-la ao antigo, tomando-o a seu serviço. Passa assim de mão em mão, devendo em média de quinhentos a um conto a mais, maltratado aqui por uns de coração empedernido, ali mais ou menos aliviado dos maus tratos, mas sempre sujeito ao ajuste, de que só se livra comumente quando chega a morte (Ramos, 1984, p. 122 -123).

Observa-se, contudo que a escravidão acaba por se tornar parte do sistema social e

econômico em voga, uma vez que a situação de endividamento do empregado seria uma tática explorada pelo patrão para manter o poder exercido sobre aquele. Neste sentido, Franco (1997) destaca que, “parte em que se pode encontrar, nem mais nem menos que em outra do sistema considerado, relações sociais em cujo curso se procede à unificação dos diferentes e contraditórios elementos nele presentes” (Franco, 1997, p. 13).

Nesse contexto, as relações sociais e econômicas praticadas durante a República Velha nos latifúndios contribuiu para ampliar a presença de uma sociedade demarcada pela existência de senhores e povos subjugados, sendo que, os “homens livres” e expropriados seriam os responsáveis pela produção agrário-exportadora do latifúndio, mas não foram incorporados ao modo de produção capitalista. Assim, Franco (1997) menciona que:

A escravidão constituía o princípio unificador do sistema social, a determinação fundamental da forma de sua integração e de seu destino, preferindo colocá-la como instituição submetida a outras determinações que lhe imprimiram seu sentido. [...] parte em que se pode encontrar, nem mais nem menos que em outra do sistema considerado, relações sociais em cujo curso se procede à unificação dos diferentes e contraditórios elementos nele presentes.

[...] uma das mais importantes implicações da escravidão é que o sistema mercantil se expandiu condicionado a uma fonte externa de suprimento de trabalho, e isto não por razões de uma perene carência interna (efetiva de início) de uma população livre que poderia virtualmente ser transformada em mão-de-obra.

Esta situação deu origem a uma formação *sui generis* de homens livres e expropriados, que não foram integrados à produção mercantil (Franco, 1997, p. 13-14).

Rodrigues (2021), ressalta que durante a República Velha houve a formação de uma classe dominada, a qual ficava sob seu domínio economicamente e estavam sujeitas ao poder e truculência dos coronéis, que exerciam forte influência na sociedade goiana, aos seus mandos e desmandos. Faziam parte das classes subjugadas os escravos, negros e homens pardos livres, que se submetiam ao poder dos coronéis. Nesse sentido, Rodrigues menciona:

Nesse contexto, formava também uma classe dominada, sujeita a esses poderosos locais. Essa classe era composta por escravos e negros e pardos livres que, de uma forma ou de outra, dependiam economicamente das decisões, dos mandos e desmandos, dos grandes proprietários de terra. Dessa forma, percebe-se que as raízes do coronelismo são muito mais profundas do que uma análise superficial poderia propor, uma vez que as bases do sistema coronelista, como conhecemos hoje e que foram determinantes no cenário político da Primeira República, deixando resquícios de seu funcionamento até nos dias de hoje (Rodrigues, 2021, p. 20).

Em *Gente da Gleba*, encontramos indivíduos que representam o universo rural, cujas características físicas e psicológicas são demonstradas através da narrativa. Compreendemos que através da obra literária, especificamente na novela citada, a trama é muito fascinante, que mexe os sentimentos dos leitores, despertando uma série de sensações como angústia, fúria,

desejo de justiça, raiva, dentre outras. Tais sensações ocorrem devido às inúmeras atrocidades cometidas pelos coronéis em relação aos seus empregados, causadas principalmente, pela tentativa de escapar ao “ajuste de contas” e também em decorrência do envolvimento amoroso do patrão com Chica, que vivia um romance com “Dito”, cuja morte foi inevitável.

Como pode ser observado, no século XIX e início do século XX, período abrangido enredo da obra, é possível deparar em Goiás e no Brasil a existência da denominada de escravidão por dívida. Tal escravidão conserva as marcas deixadas pelo trabalho escravo, que vigorou no Brasil do século XVI ao século XIX, trabalho este que visava a acumulação de riquezas por meio do trabalho forçado, em condições análogas à escravidão. Tais trabalhadores estavam sujeitos aos grandes fazendeiros. As vítimas da escravidão por dívidas são os sertanejos com baixa renda, geralmente com pouca instrução e que contraíam dívidas com seus patrões como saída para as condições precárias a que estavam sujeitos e até mesmo como forma de garantir a sua sobrevivência. Acerca da escravidão por dívidas, Lopes aduz que:

Os fatores determinantes da escravidão por dívida no Brasil estão relacionados, com a própria expansão do capital em direção à fronteira, porque há uma escassez da mão-de-obra, além de dificuldade de acesso, o que irá promover relações de poder, subjugando o trabalhador ao domínio do latifúndio. A própria condição de pobreza em que se encontram os trabalhadores nas periferias das cidades, por terem sido expropriados do campo, é um fator determinante para condição da peonagem em direção aos lugares de aliciamento para trabalharem nas fazendas e serem as vítimas da escravidão (Lopes, 2009, p. 272).

Na obra *Tropas e boiadas*, Ramos descreve um caipira marcado pela violência, um sujeito apático e principalmente descontente com as condições impostas pelo patrão, e preso ao latifúndio pelo ajuste de trabalho e pelas constantes ameaças por parte do latifundiário. A relação de trabalho entre o empregado e o coronel baseava-se em acordos verbais, sendo que, geralmente, o contrato entre coronel e o empregado era realizado sem as formalidades escritas, fazendo com que os fazendeiros explorassem ainda mais os trabalhadores, provocando o endividamento destes em relação aqueles, quando do ajuste de contas. Este trabalhador considerava-se incapaz de saldar sua dívida, a não ser que encontrasse outro fazendeiro disposto a saldá-la, e fizesse deste trabalhador um de seus camaradas, como retromencionado. Sobre a escravidão por dívidas, Chaul ressalta que,

[...] Era, porém, por meio da opressão que se mantinha o trabalhador atrelado à terra. A exploração era resultado do inevitável endividamento do trabalhador em relação a seu patrão. As dívidas eram lavradas em cartório e, somente após a sua quitação, podia o trabalhador romper os vínculos que o uniam aos patrões (Chaul, 2010, p. 115).

Nesse contexto, o empregado se via preso a um patrão por um longo período e não conseguia romper facilmente esse vínculo. Esta relação de exploração se acentuava ainda mais por fatores identitários do próprio sertanejo, que não era alfabetizado e encontrava-se totalmente desinformado, o que possibilitava que a desonestidade do coronel para com ele fosse ainda maior. É evidente que manter essa situação era viável ao coronel, pois perpetuava a exploração de seus empregados. Nesta seara, Ribeiro (1995) destaca que:

Os subprodutos mais característicos desse sistema foram o coronel fazendeiro e o cabra, gerados socialmente como tipos humanos polarmente opostos, substituídos hoje pelo gerente e pelo bóia-fria. O primeiro, nas grandes cidades, comercia sua produção, onde vive temporadas e educa seus filhos. É um homem em todo o valor da expressão, um cidadão prestante de sua pátria. O segundo, nascendo e vivendo dentro do cercado da fazenda, numa casa feita com suas próprias mãos, só possuindo de seu a tralha que ele mesmo fabrica, devotado de sol a sol a serviço do patrão, é mantido no analfabetismo e na ignorância. Jamais alcança condições mínimas para o exercício da cidadania, mesmo porque a fazenda é sua verdadeira e única pátria. Escorraçado ou fugido dela é um pária, que só aspira a ganhar o mato para escapar ao braço punitivo do patrão, para se possível submeter-se ainda mais solícito ao "amparo" de outro fazendeiro (Ribeiro, 1995, p. 91).

Essa relação, marcada pela exploração e pelo endividamento do trabalhador, tinha como pressuposto a existência da violência que, nesse caso, se manifestava principalmente na existência de acordos verbais de trabalho, aos quais o trabalhador se submetia, não tendo outra forma de conseguir seu sustento e, em alguns casos, o sustento de sua família. Esses acordos não tinham nenhuma garantia para os trabalhadores e eram marcados por relações conturbadas, injustas e exploratórias. Desse modo, a violência não ocorria apenas no período em que se dava as eleições, ela era corriqueira na vida dos trabalhadores. Ferreira salienta que “neste tipo de sociedade, os ajustes violentos não eram esporádicos; apareciam associados a circunstâncias banais, imersos no cotidiano dos indivíduos. O uso da força, da violência, era largamente reforçado e utilizado” (Ferreira, 1998, p. 83).

É indiscutível, portanto, que a violência foi um fator corriqueiro na vida das pessoas durante a República Velha. Franco (1997) ressalta que tais atos sempre ocorriam em decorrência de razões insignificantes e que os homens livres e pobres, apesar de serem violentos, possuíam também características marcadas pela valentia. A vida caipira torna-se demarcada pela prática da violência como forma de resolução dos conflitos, além de ser uma forma de aceitação da dominação social existente no período. A vida do sertanejo marcada pela simplicidade e pela exploração exarcebada demonstra a penúria social a que os sujeitos eram submetidos na região. Nesse sentido, a existência da violência é inerente à dinâmica das relações sociais daquela época na região de Goiás. Franco ainda destaca que,

A violência, integrada à cultura no nível de regulamentação normativa de conduta, pode ser observada ainda na atitude de aceitação das situações antagônicas, como se fossem parte da ordem natural das coisas. Tanto isto ocorre que o comportamento dos expectadores de contendas é, na maior parte das vezes, no sentido de não interferir nelas.

De toda a situação analisada surge uma moralidade que incorpora a violência como legítima e a coloca mesmo como um imperativo, tendo efetividade e orientando constantemente a conduta nos vários setores da vida social. A emergência desse código que sancionou a violência prende-se às próprias condições de constituição e desenvolvimento da sociedade de homens livres e pobres [...] como ajustes violentos se ligavam ao estado de penúria a que ficou relegado esse grupo (Franco, 1997, p. 55-60).

Dentro desta perspectiva, os homens pobres e livres perdiam a sua autoconsciência de ser humano e, sobretudo, de liberdade. O analfabetismo e a pobreza faziam perpetuar a dominação pessoal, assim ocorreu durante o regime escravocrata. Ademais, como bem destaca Franco (1997) a existência de “Homens livres e pobres” pressupõe, de outro lado, a existência de homens livres e ricos, assim como a existência daqueles que não são livres. Neste sentido, complementa que:

[...] Para aquele que se encontra submetido ao sistema pessoal, inexistem marcas objetivadas do sistema de constrições a que sua existência está confinada: seu mundo é formalmente livre. Não é possível a descoberta de que sua vontade está presa à do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo [...] Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa criatura domesticada: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos. Assim, para aquele que está preso ao poder pessoal se define um destino imóvel, que se fecha insensivelmente no conformismo (Franco, 1997, p. 95).

Em decorrência de tal ajuste encontramos no conto “Peru de Roda” a descrição minuciosa de como era feita a cobrança da dívida contraída pelo sertanejo junto ao seu patrão. No caso, o personagem, sertanejo e trabalhador, estava solicitando que outro coronel pagasse sua dívida e lhe desse proteção. No entanto, o patrão disse que não saldava dívida de desafetos do coronel e que se Percevejo quisesse ele lhe daria apenas proteção. Veja:

Percevejo, a tropa está há quatro horas de saída, e não quero saber de mais tardança. Avia essa conta ou volta para o pouso [...] Pegou o arriero pela barba, atou-a num ápice, em nó-de-porco, à embira. [...] ao primeiro puxão, Percevejo se pusera também trotar atrás, desesperadamente (Ramos, 1984, p. 84).

Na novela *Gente da gleba*, o enredo tem como personagem principal Benedito dos Dourados, mais conhecido por “Sô Dito”. As cenas de violência em decorrência da escravidão por dívidas são mais constantes e mais cruéis, primeiro mostrando o personagem “Dito” que

sai à procura de Malaquias, que fugira em decorrência de uma escravidão por dívidas. O peão só ficou surpreso com a pena destinada ao fugitivo: “Não sabia por quê, mas aquela mudança contrariou o moço; [...] Apressou-se porém em recolher o nagoa à casa do tronco, o antigo legado da escravatura [...] (Ramos, 1984, p. 148). Além do fugitivo ser amarrado ao tronco, que era o principal símbolo da escravidão, o mesmo ainda sofreu diversos tipos de violência: “– Que um de vocês chegue para aí às direitas o relho neste negro. [...] Enrijado, o azorrague estalou no ar e desceu sibilando sobre o lombo nu de Malaquias, donde não tardou em pouco o sangue a ressumar” (Ramos, 1984, p. 149-150).

Em “Gente da Gleba” (1984), o autor descreve com riqueza de detalhes como era a vida do empregado sob o domínio e opressão por parte do coronel. Este empregado tem a sua liberdade ceifada pelo ajuste do patrão. Isso ocorria quando o camarada percebia que não daria conta de resgatar sua dívida junto ao fazendeiro, o mesmo preferia fugir, como foi o caso de Malaquias. Benedito, como era o empregado da confiança do coronel, é incumbido de procurá-lo e trazê-lo até de volta à fazenda, não importando os meios para fazer tal resgate: “Os meios, pouco importavam; morto ou vivo, filado à gola pelo sedenho ou apenas o par de orelhas como prova, havia de vir (Ramos, 1984, p. 123).

Na mesma novela, constata-se mais cenas de violência por parte do coronel. Tal violência ocorre quando o coronel decide, através de um ato de punição, castrar Benedito com as próprias mãos, deixando-o, após o ocorrido, jogado em um quarto escuro, sem alimentação até sua morte.

Amarrem o homem no curral, tirem-lhe os estorvos do corpo, deixem apenas pés e mãos manietados.

Então o fazendeiro despiu o paletó e arregaçando as mangas da camisa, saiu ao terreiro, uma comprida folha de quicê debaixo do braço. Deteve-se a amolar o ferro à piçarra do rego, [...]

Depois, mordendo os beiços, zombeteiro quase, rosnou à companhia:

– Que diacho de estupor é esse! Isto é lá coisa do outro mundo? É esta a primeira vez que trazem à porteira um poldro madraço em vias de capação? Pois as éguas do meu pasto não foram apuradas para roncolho dessa laia! [...]

Para Benedito, atado ao poste de tortura qual novo São Sebastião, as palavras do fazendeiro ressoavam-lhe à orelha sem significado, como um vago e longínquo zumbido de maribondos... [...]

Num gesto rápido, o coronel desabotoava-lhe de alto a baixo as braguilhas da calça. A roupa caiu-lhe balofamente aos pés, em papos fofos. [...]

A operação foi demorada, cruenta, dolorosa, a julgar pela contração intermitente de seus lábios convulsionados. [...]

Dados os dois talhos longitudinais, o operador espremera os testículos, e repuxando os cordões, aos quais deu em cruz a laçada de uso como se faz aos marruás, separou-os de vez, num corte hábil.

Estava consumada a operação.

Entretanto, o coronel, finda a tarefa, recolhia os despojos sangrentos de sua vítima num caco de telha, que depôs num moirão do cercado, onde já vojavam moscas varejeiras, e foi lavar as unhas sujas no limo do rego. Deu mais uma vez ordem a que

atirassem com aquela rês pesteadada no quarto escuro do tronco, e fechou-se na casa-grande, sem mais palavra (Ramos, 1984, p. 162-165).

Na obra *Tropas e Boiadas*, evidencia-se uma prática costumeira da época dos coronéis: os empregados serem chicoteados por seus patrões. Isso ocorria quando o empregado fazia algo que não agradava ao seu patrão, qualquer desvio de comportamento, o “camarada” era penalizado pelo coronel ou a mando dele. Não havia desobediência nem questionamentos sobre as atitudes violentas do coronel em relação aos seus empregados: “nem por sombra lhe passou pelo juízo contrariar as ordens do Coronel. Desde pequeno, achara as cousas naquele pé...” (Ramos, 1984, p. 123). Em relação à questão da violência em que as pessoas estavam submetidas no período coronelístico, Lopes aduz que:

A desqualificação profissional, a falta de escolaridade e a pobreza são ingredientes que se combinam para os trabalhadores se tornarem vítimas da escravidão por dívida. Trata-se de elementos que condicionam um estado de conformidade, de submissão, de alienação. É a negação da própria existência do trabalhador como ser humano, que tem direitos e deveres perante a lei. A violência física contra os trabalhadores é praticada nas fazendas como forma de amedrontar, de obrigar e mostrar o domínio perante o outro, numa demonstração de poder econômico, social e político que vem desde o Brasil colônia e atravessou vários séculos, chegando ao século XXI com relações servis de dependência, de maus tratos e até de morte. Neste contexto, a violência é uma das características peculiares do trabalho escravo por dívida no Brasil, com condições piores que a escravidão moderna colonial. São homens e mulheres que sofrem com as atrocidades existentes no campo brasileiro, por conta de uma estrutura agrária que perdura, concentrada em uma hegemonia de classe, os ruralistas, agora com novas relações de trabalho pautadas em condições de trabalho ilegais, como a escravidão por dívida (Lopes, 2009, p. 277).

Neste sentido, a obra literária descortina ao público leitor a realidade dos sertanejos submissos e alienados ao poder dos coronéis, descrevendo a violência física contra tais trabalhadores e o poder imperativo sobre estes sujeitos. Desta forma, a visão apresentada por Hugo de Carvalho Ramos é extremamente crítica, com viés questionador que lhe é característico. Sobre essa responsabilidade moral do escritor Gomes (2020), destaca que:

O que consideramos a respeito da visão crítica de Hugo de Carvalho Ramos sobre a literatura brasileira leva-nos a ponderar sobre o juízo que este autor estabelece sobre si e sobre o próprio fazer literário. Possuindo percepção questionadora sobre a cultura de seu tempo e sensibilidade literária na sua representação, ele manifesta em sua produção a impressão do seu juízo crítico referente ao ofício próprio de escritor. Como já demonstramos, em vários textos o autor chama a atenção sobre a responsabilidade moral do escritor para com a literatura nacional. Mas quando escreve seus contos, nos quais trabalha com temas da nacionalidade como o sertão e o sertanejo, o autor o faz de maneira que a brasilidade ali percebida seja natural e naturalizada a ponto de não se notarem as arestas típicas de uma literatura empenhada nos temas e valores nacionais, exceção feita, talvez, ao conto “Gente da gleba”. Nele, Ramos aprofunda a análise social e política do contexto nacional, denunciando a violência reinante no sertão, sobressaindo ainda o cuidado artístico que o autor dedica

à sua escritura (Gomes, 2020, p. 56).

O texto literário de Hugo de Carvalho Ramos retrata o controle que os coronéis exerciam sobre os sertanejos. Nesta perspectiva, convém destacar que, durante a República Velha em Goiás, era imprescindível a presença de uma força armada a serviço de um latifundiário, como forma de garantir os mecanismos de controle do sistema coronelista. Eles representavam a força armada dos coronéis e seus contratados para torturar e matar desafetos, e, conseqüentemente, garantir o resultado das eleições, mesmo que fosse por meio de fraudes e intimidações do eleitorado.

[...] é tradição brasileira secular a presença de uma força armada a serviço de um proprietário rural, grupo de função defensiva e ofensiva, presente dentro da propriedade, para garantir os limites, mas igualmente importante por seu desempenho em eleições, seja pelo número de votos que representa, seja pelos votos que pode conseguir por intimidação ou mediante fraude. O braço armado serve para prevenir conflitos e para resolvê-los; a violência é uma prática rotineira, orientando o comportamento dos seres humanos em todos os níveis (Galvão, 1972, p. 21).

Alves (2021), reitera a posição de Galvão (1972), ao afirmar que o poder dos coronéis era mantido pela figura dos jagunços. Neste sentido, aduz que:

Em uma complexa estrutura de poder, composta por bandos de homens armados, arregimentados para obedecer às ordens dos coronéis locais, a figura do jagunço aparecia como parte imprescindível para que as engrenagens desse sistema funcionassem. A ausência de condições de sobrevivência fazia com que o jagunço obedecesse a quem o concedesse emprego, proteção, moradia e alimento ainda que a preços altos.

O poder dos coronéis era exercido por meio de seus jagunços. Nos mandos e desmandos por terras tão encharcadas de sangue eles assumiam da mesma forma o que movia o Brasil de norte a sul: a ambigüidade do bem e do mal encarnada nas mais variadas microrrelações interpessoais da sociedade do século XX (Alves, 2021, p. 117).

Em relação à política, a mesma ficou sob o domínio das oligarquias mais influentes, dos quais se destacaram até o ano de 1912, os Bulhões e os Jardim, e os Caiado a partir de 1912, dominando assim o poder até 1930. É importante enfatizar que tais oligarquias políticas, além de influenciarem o processo histórico do período mencionado acima, influenciam também os escritores literários, que retratam, em suas obras, a figura dos coronéis no cenário político, evidenciando seu domínio e prestígio na vida da população de Goiás.

Convém destacar que no final do século XIX e início do século XX, a política coronelista adotada no Estado de Goiás se diferenciou do restante do país, sobretudo pelas características rurais do interior, que se contrapunham ao restante do país já com evidências

urbanizadas. Nesse aspecto, Rodrigues (2021) destaque que:

O coronelismo prevaleceu no estado de Goiás durante o período da Primeira República (1889-1930) e, como é discutido por Campos(1987), teve características distintas da política coronelista de outros estados brasileiros, por causa de dois motivos principais: sua situação rural e periférica e seu sistema político, que já estava relativamente bem desenvolvido.

Para chegar no caso específico de Goiás, o autor distingue o coronelismo que aconteceu em regiões já urbanizadas, onde a sociedade política já estava desenvolvida, e o coronelismo de regiões rurais, em que a sociedade política já estava numa situação de pré-desenvolvimento. Os coronéis, no primeiro caso, defenderiam seus interesses através de um partido dominante, enquanto os do segundo caso utilizaram os meios privados para expandir e proteger seus próprios interesses (Rodrigues, 2021, p. 38-39).

Nesta perspectiva, a obra de ficção de Hugo de Carvalho Ramos possibilita a abordagem e estudo do tema, uma vez que apresenta, por meio da ficção, personagens e fatos que vivenciam essa realidade rural das terras goianas, permeada pelas relações de violência e poder do coronelismo. É neste sentido que a ficção possibilita uma compreensão daquela realidade abordada sobre o viés literário, permitindo um alcance maior do estudo histórico e das ideologias que permeavam as relações sociais. Assim, Galvão (2018) destaca que

De certa forma, adentrar o estudo do coronelismo pela porta da ficção traz uma perspectiva mais ampla acerca do fenômeno social, uma vez que a pesquisa não se deterá apenas nos registros históricos e sociológicos, mas receberá a grande contribuição da análise literária e das múltiplas possibilidades de abordagem do tema que a literatura de ficção pode oferecer. Personagens e fatos que transitam entre ficção e realidade podem apresentar um horizonte bem mais amplo sobre a temática, ampliando o alcance do estudo. Mas, conforme os registros historiográficos e ficcionais, esse poder não se limitava ao âmbito eleitoral: esses comandantes se revestiam de uma autoridade que muitas vezes ia além dos ditames legais, percorria todos os setores da sociedade e se impregnava até mesmo de uma aura quase divina na crença de seus fiéis seguidores. Toda essa ideologia chega até os dias de hoje atenuada, através de um discurso contínuo, que constitui a imagem do coronel marcada pela violência e pelo clientelismo político, e que pode ser identificada nas obras em análise (Galvão, 2018, p. 15).

As práticas coronelistas que perpassaram o período da República Velha se perpetuaram no tempo e ainda permanecem arraigadas na sociedade contemporânea, sobretudo através de práticas e acontecimentos que, mesmo disfarçados, continuam existindo. A compra de votos, o intimidamento de eleitores, o deslocamento clandestino do eleitorado são apenas alguns exemplos de que a política coronelista ainda perdura nos dias atuais, sobretudo em localidades onde os eleitores possuem pouca formação intelectual e muitas vezes encontram-se privados de informações.

Desta feita, o coronelismo, enquanto prática política, configura-se como um elemento

de destaque na formação da nação brasileira, retratados em diversas obras de ficção, que guardam intrínseca relação de semelhança com a realidade. São enredos, personagens, comportamentos recriados pela ficção e que bem representam a realidade de outrora e dos tempos atuais.

CAPÍTULO 3 – A CULTURA TROPEIRA NO CONTEXTO DA OBRA *TROPAS E BOIADAS* ATRAVÉS DE AULAS-OFICINA

3.1 Conceito de Aula-Oficina de Acordo com Isabel Barca

Enquanto professora de História em escola pública, deparo-me constantemente com diversos obstáculos relacionados a aspectos sociais e políticos que marcam a nossa trajetória enquanto docente. É evidente que as políticas públicas estão previstas na Constituição Federal, com o objetivo de assegurar direitos, assistência ou prestações de serviços à população, mas sabe-se que tal constatação são incompatíveis com a nossa realidade e, de certa forma, torna-se um impasse para o êxito do trabalho docente, principalmente pela precariedade em que nossas escolas se encontram e com uma prática de ensino defasada em relação a realidade de nossos alunos. Conseqüentemente, o que temos é um método conteudista, em que o docente é detentor do conhecimento e suas aulas são ministradas através do fornecimento de informações, causando um prejuízo a aprendizagem dos estudantes, uma vez que não lhes são apresentadas a aplicabilidade prática do que está sendo informado.

Sabe-se que a educação do nosso país enfrenta vários problemas complexos relacionados a questões administrativas e pedagógicas, que causam inúmeros prejuízos aos professores e alunos, dentre eles: a defasagem na aprendizagem dos alunos, a precariedade da infraestrutura, baixa qualidade no ensino, os salários baixos dos professores, o desinteresse por parte dos alunos, a carência ou quase inexistência de equipamentos multimídia, de internet, de laboratórios que possam facilitar o trabalho dos docentes para a melhoria do ensino, dentre outros. Percebe-se que são inúmeros os desafios para desenvolver uma educação de qualidade e sabemos que a solução destes problemas é de competência de nossos estadistas. Porém, enquanto professores da rede pública do Estado, temos a responsabilidade de repensar a nossa prática de ensino, procurando realizar uma reflexão teórico-metodológica sobre o processo educacional e a aprendizagem histórica no âmbito da formação inicial de nossos estudantes.

Dessa forma, desde que os capítulos dessa dissertação foram pensados, o objetivo inicial seria de produzir um material didático a parte, visando enriquecer a pesquisa e também dar um suporte pedagógico aos professores de História acerca do tema abordado. Mas, no decorrer das leituras e escrita, mudou-se a rumo da pesquisa e optou-se por criar um material pedagógico através de aulas-oficina em forma de capítulo, tendo como orientação o texto de Isabel Barca, intitulado *Aula-Oficina: do Projeto à Avaliação*, com o objetivo de desenvolver em nossos discentes a noção de consciência histórica por meio da interpretação de diversas fontes

históricas, bem como, possibilitando aos mesmos a compreensão histórica de sua realidade. Sobre a Consciência histórica, Gago ressalta que,

A consciência histórica atende a uma interconexão complexa de várias demandas de fazer sentido da vida. Assim, conjuga-se a interpretação histórica para que seja possível construir ponte(s) entre passado, presente e futuro, concebendo-se o todo temporal significativo e significante, com a experiência de olhar para o passado e compreender a sua qualidade temporal específica, diferenciando-o do presente, e através deste processo de construção de sentido nortear a ação do eu e do nós através dos sentidos/significados das noções de mudança temporal, articulando a identidade humana com o conhecimento histórico (Gago, 2016, p. 78).

Assim, levando em consideração os argumentos de Gago (2016) em relação a compreensão da consciência histórica em relação as narrativas escritas, percebe-se a necessidade de fomentar uma visão de mundo aos estudantes, para que possam se situar no tempo e projetar sua vida futuramente. Ele enfatiza que há uma conexão em relação à consciência histórica e ao conhecimento histórico, que torna-se essencial para determinar a concepção de um tempo bastante significativo, capaz de contribuir para que os estudantes possam identificar a diferença entre as temporalidades, permitindo assim, que o docente faça uma reflexão a partir dos conhecimentos prévios dos alunos e que esta sirva como orientação para sua prática pedagógica. Nesta esteira, Pivatto destaca que “os conhecimentos prévios tornam possível a aquisição de ideias que podem ser utilizadas no universo das categorizações de novas situações, bem como, serve de pontos de ancoragem e descobertas de novos conhecimentos” (Pivatto, 2014, p. 45).

Cerri (2011) também destaca que o conhecimento histórico e a consciência histórica são elementos interligados, interdependentes. Sabe-se que a formação da consciência histórica não ocorre da noite para o dia, mas à medida que o estudante vai adquirindo o conhecimento histórico, simultaneamente ele forma sua consciência histórica. Desse modo, Cerri (2011) justifica que

Mobilizar a própria consciência histórica não é uma opção, mas uma necessidade de atribuição de significado a um fluxo sobre o qual não tenho controle: a transformação, através do presente, do que está por vir no que já foi vivido, continuamente. Embora seja teoricamente imaginável estar na corrente temporal sem atribuir sentido a ela, não é possível agir no mundo sem essa atribuição de sentido; como deixar de agir também parte de uma interpretação, na prática também não há opção de atribuir ou não significado ao tempo que passamos ou que passa por nós. Para Rösen, o homem tem que agir intencionalmente, e só pode agir no mundo se interpretá-lo e a si mesmo de acordo com as intenções de sua ação e de sua paixão; agir (incluindo deixar-se estar e ser objeto da ação de outrem) só ocorre com a existência de objetivos e intenções, para os quais é necessária a interpretação: há um “superávit de intencionalidade” com o qual o homem se coloca para além do que ele e o seu grupo são no presente imediato. Agir, enfim, é um processo em que continuamente o passado é interpretado à luz do

presente e na perspectiva do futuro, seja ele distante ou imediato. Assim, a diferença entre tempo como intenção e tempo como experiência compõe uma tensão dinâmica que por sua vez movimentava o grupo (Cerri, 2011, p. 99-100).

Em vista dos argumentos concebidos acima, as narrativas que compõem a obra *Tropas e Boiadas* faz com que os alunos se situem no tempo e adquiram conhecimento, bem como desenvolvam sua consciência histórica em relação a fatos que permeiam o cotidiano dos tropeiros no final do século XIX e início do século XX, e que são narrados por Hugo de Carvalho Ramos. Sabendo da importância dos tropeiros enquanto peça fundamental para o desenvolvimento da cultura de Goiás e do Brasil, pretende-se por meio do material pedagógico a ser construído (análise de fontes iconográficas, de documentos escritos e de documentos audiovisuais), mostrar as origens do tropeirismo, os tipos de tropas e suas funções, o seu cotidiano, as relações estabelecidas por esses sujeitos em suas viagens e em seus pousos, suas vestimentas, os objetos usados por eles, bem como suas relações políticas e econômicas. Paes (2001) descreve as atividades do tropeiro, destacando que

O tropeiro foi peça importante na ligação do interior com o litoral do Brasil. Ele era comerciante, era emissário oficial, era correio, intermediário de negócios, portador de bilhetes, recados, aviador de encomendas e receitas. Era um traço de união entre os centros urbanos afastados. Os tropeiros deram continuidade ao desbravamento das regiões afastadas do litoral, seguindo o caminho dos bandeirantes e sertanistas, primeiros desbravadores das terras do interior do Brasil (Paes, 2001. p. 57).

Paes (2001) descreve as inúmeras atividades referentes ao tropeiro e sua importância no contexto histórico da época. Segundo nos relata Paes (2001), os tropeiros não foram responsáveis apenas pelo transporte de riquezas e mercadorias, eles também levavam notícias a populações que viviam em regiões distantes, eram habilidosos contadores de causos e importantes desbravadores do sertão brasileiro, bem como de Goiás, sem falar na importância da culinária como legado dos tropeiros. No conto “Nostalgias”, podemos notar a diversidade de alimentos que os mesmos consumiam durante suas paradas: “Surgiam o angu de caruru nos tigelões pintalgados, a feijoada, o ensopado de peixe, farto, em travessas e pratos estanhados. Ao lado, o garrafão de caninha e o frasco de malagueta para os mais velhos...” (Ramos, 1984, p. 47). Como importantes emissários da cultura tropeira, eles nos deixaram um legado através de seus costumes e crenças, que foram fatores primordiais para a formação da identidade histórica regional de Goiás. Desta forma, conhecer a cultura dos tropeiros é uma forma de conhecer como era formada a sociedade goiana daquela época, bem como seus hábitos, costumes, trabalhos, crenças.

Antes de enfatizar sobre o modelo pedagógico defendido por Barca para a elaboração

de oficinas sobre o tema *A cultura tropeira no contexto da obra Tropas e Boiadas através de Aulas-Oficina*, considera-se pertinente realizar uma breve análise sobre o DC -GO (Documento Curricular para Goiás – Ampliado - Ensino Fundamental - Anos Finais), uma vez que este servirá como suporte pedagógico no momento da elaboração das aulas-oficinas. Através de uma análise minuciosa sobre o Documento Curricular Ensino Fundamental (Anos Finais) de Goiás, constata-se que o mesmo foi elaborado de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e com as habilidades e competências de cada componente curricular. É importante ressaltar que a elaboração do documento ocorreu em 2018, logo após a publicação pelo MEC da última versão da BNCC, sendo aprovado posteriormente pelo Conselho Estadual de Educação (CEE).

O DC-GO Ampliado foi elaborado a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, aprovada em 2017 e tem por objetivo explicitar as aprendizagens essenciais que todas as crianças e estudantes têm o direito de se apropriarem ao longo da Educação Básica. A elaboração do Documento inicialmente denominado, Documento Curricular para Goiás (DC-GO), começou em março de 2018 com a criação pelo Ministério da Educação (MEC) do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), que instituiu uma Equipe de Currículo em cada Estado, em Regime de Colaboração entre Consed e Undime, com o propósito de com textualizar a BNCC a partir da realidade local, observando seus aspectos históricos, culturais, econômicos, políticos e sociais. Esse processo de construção participativa durou dez meses e culminou com sua aprovação pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), em 2018 (Goiás, 2018).

Portanto, a partir do momento em que ocorreu a aprovação da BNCC, em 2018, o Estado de Goiás por meio de uma equipe de currículo composta por professores da educação básica da rede municipal e privada, quilombolas, indígenas, professores universitários, dentre outros, iniciaram a construção do documento Curricular para Goiás de forma coletiva com o objetivo de inclusão da BNCC em um único texto a partir da realidade específica do Estado, dando ênfase para seus aspectos históricos, culturais, econômicos, políticos e sociais (Goiás, 2018 p. 428).

De acordo com a diretriz curricular voltado para a área de humanas, em específico o componente da disciplina de História, identificamos a busca por um ensino de história voltado para problematização, em que o professor objetiva, por meio de questionamentos, levar seus alunos à reflexão de sua realidade social, por meio de atividades investigativas, interpretações de diversos tipos de textos e documentos, dentre outros, visando romper com o que Barca (2004) denomina de *pedagogia tradicional*. Desse modo, o conhecimento histórico é construído a partir da vivência dos estudantes, da sua realidade, da sua história local e regional. Por meio de atividades investigadoras, o professor contará com um universo de possíveis *feedbacks*

adquiridos através da vivência dos alunos, buscando, assim, alternativas de aprendizagem que atenda às aspirações dos estudantes e que darão fundamento à elaboração dos conhecimentos, além de possibilitar que os estudantes realizem conexões entre presente e passado, dando significado a sua aprendizagem (Goiás, 2018, p. 74).

Dessa forma, Hobsbawm (1998), enfatiza que o passado é fonte de conhecimento, e em decorrência desse fator, sempre estamos recorrendo ao mesmo, seja por meio “dos álbuns de fotos de família ou filmes domésticos. Não podemos deixar de aprender com isso, pois é o que a experiência significa (Hobsbawm, 1998, p. 36). O historiador deverá levar o aluno a reconhecer que, por meio do passado, pode-se estabelecer uma comparação com o presente, a fim de compreender sua própria realidade. Segundo ele, o passado é a única forma de se estudar a história. Desse modo, nota-se que as relações entre passado, presente e futuro são imprescindíveis para a construção do conhecimento histórico, bem como a compreensão da realidade em si.

Outro fator a ser mencionado sobre a proposta curricular de Goiás é que a mesma reflete algumas características do movimento proposto pelos Annales, como: a perspectiva da história-problema, a interdisciplinaridade, as novas formas de conceder o tempo, argumentando que o mesmo apresenta compassos distintos em relação aos acontecimentos, a história enquanto uma ciência em construção, relação passado/presente e a busca por uma história total. Em relação às características da Escola dos Annales, Burke enfatiza que

A revista, que tem hoje mais de sessenta anos, foi fundada para promover uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações. As ideias diretrizes da revista, que criou e excitou entusiasmo em muitos leitores, na França e no exterior, podem ser sumariadas brevemente. Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras (Burke, 1992, p. 7).

Portanto, a Escola dos Annales inaugura a perspectiva da história-problema. Desse modo, o historiador ao iniciar uma pesquisa histórica precisa partir de uma reflexão fundamentada através de questionamentos sobre o objeto de pesquisa, ou seja, toda pesquisa histórica é iniciada através de um problema de pesquisa. E para que isso ocorra, é preciso estabelecer um diálogo com as outras disciplinas (interdisciplinaridade), havendo assim uma identidade entre História e as Ciências Sociais. Não podemos deixar de mencionar também que o objeto da história passa a ser os homens no tempo, possibilitando aos historiadores investigarem os homens e o modo pelo qual eles constroem o conhecimento histórico.

Essas características irão perpassar as três gerações dos Annales, o que Peter Burke (1992) denomina de Movimento dos Annales. Dentro do contexto, Burke (1992) apresenta o Movimento dos Annales mencionado as suas três diferentes fases, bem como ressaltando as principais características teóricas de cada uma delas. Assim,

Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do establishment histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel.

Na história do movimento, uma terceira fase se inicia por volta de 1968. É profundamente marcada pela fragmentação. A influência do movimento, especialmente na França, já era tão grande que perdera muito das especificidades anteriores. Era uma “escola” unificada apenas aos olhos de seus admiradores externos e seus críticos domésticos, que perseveravam em reprovar-lhe a pouca importância atribuída à política e à história dos eventos. Nos últimos vinte anos, porém, alguns membros do grupo transferiram-se da história socioeconômica para a sociocultural, enquanto outros estão redescobrimo a história política e mesmo a narrativa (Burke, 1992, p. 8).

Mesmo sabendo que a obra *Tropas e Boiadas* de Hugo de Carvalho Ramos não tem a pretensão de retratar fielmente os fatos do passado tal como ocorreram, ela consegue nos retratar fatos do passado, através da apresentação de acontecimentos, lugares e personagens marcados pela ficção, tornando assim importante fonte para a História. Dessa forma, ela nos apresenta um produto de seu tempo, retratando características do período em que ela foi produzida e também por ser influenciada pelo contexto sociocultural de Goiás. O professor, ao trabalhar uma obra literária em sala de aula, no ensino de História, deve ter a preocupação em fazer com que os estudantes percebam a linguagem utilizada pelo autor em sua narrativa, as simbologias que perpassam a obra em questão, identificando o seu contexto histórico e social, percebendo as tensões e os conflitos de uma sociedade em determinada época.

Assim, o historiador, ao utilizar uma obra literária como fonte histórica, deverá primeiramente realizar o levantamento de algumas questões, tais como: o assunto presente no texto literário, as principais ideias em torno do tema, a relação do autor com o tema abordado. Sempre preocupando-se em realizar uma problematização em torno do texto literário, levando os estudantes a questionarem algumas características que envolvem a leitura e para que os mesmos possam compreender o contexto em que ela foi escrita. Desse modo, PIRES (2006) aduz que:

O principal é saberem que a forma literária contém uma temporalidade e de que modo ajuda na compreensão de alguns aspectos de determinada época que se quer estudar. Nesse sentido, o professor deve propor problemas a serem refletidos durante a leitura de determinado fragmento de uma obra literária; sempre com o intuito de um convite à leitura mais ampla, assim, esse tipo de iniciativa tem como objetivo muito mais propor problemas do que resolver questões históricas e/ou historiográficas a partir da literatura. Noutro sentido, é preciso que a problematização proposta constitua uma relação com o presente, com a realidade por nós vivida, sobretudo porque a questão, específica do professor de história, não é recuperar do passado literário um conjunto de textos que não aludem a uma especificidade histórica ou não estabelecem qualquer relação com o nosso presente (Pires, 2006, p. 10).

Em relação ao material pedagógico a ser construído usando a literatura goiana como suporte, optamos pelo modelo pedagógico denominado de Aula - Oficina, proposto por Isabel Barca (2004) em seu texto *Aula - oficina: do projeto à avaliação*. O texto de Barca, notadamente clássico, é utilizado como referência em pesquisas, principalmente, no campo da educação histórica. Assim, quando pensamos na perspectiva do ensino de história na educação básica e como professores podem se libertar desses modelos de aulas tradicionais enfatizado pela autora, verificamos o quanto os educadores tem sido omissos em relação à construção de sua aprendizagem, conhecimento este centrado unicamente na figura do professor.

Portanto, através desta pesquisa não temos a pretensão de elaborar planos de aula, mas sim realizar uma reflexão através de inúmeras alternativas de trabalhar o conteúdo selecionado, tendo a preocupação em apontar práticas pedagógicas que despertem nos estudantes o interesse pela pesquisa e desenvolvimento de narrativas históricas, em que a função do professor seria apenas de orientar o processo de pesquisa, da análise de fontes e desenvolvimento da narrativa histórica, etapas protagonizadas pelo estudante. Dentro dessa perspectiva, identifica-se que as ideias históricas dos alunos são mais valorizadas e a aprendizagem histórica passa a ter mais sentido para os mesmos. Nos ensinamentos de Gasparim, percebemos que “o ponto de partida do novo método não será a escola, nem a sala de aula, mas a realidade social mais ampla. A leitura crítica dessa realidade torna-se possível apontar um novo pensar e agir pedagógico” (Gasparin, 2009, p. 03).

Diante do exposto, Barca (2004) salienta que o professor pode utilizar diversos recursos metodológicos (por meio de uma série de questionários impressos e eletrônicos, através de sua escrita, dentre outros) afim de verificar os conhecimentos prévios dos estudantes, bem como a formação da consciência histórica de cada um. Ressalta ainda que se o trabalho de sistematização pelo professor for realizado corretamente, os dados coletados contribuirão para que seja realizada uma análise em relação a quais conceitos históricos são predominantes na turma em questão, apontando assim indícios em relação a cultura e consciência histórica dos estudantes. Segundo a autora,

Ora se o professor estiver empenhado em participar numa educação para o desenvolvimento, terá de assumir-se como investigador social: aprender a interpretar o mundo conceitual dos seus alunos, não para de imediato o classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceitualização dos alunos, tal como o construtivismo social propõe. Neste modelo, o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação (Barca, 2004, p. 132).

Por esse motivo, Barca (2004) defende que o modelo pedagógico baseada na aulas-oficina seja capaz de romper com tais modelos de aulas (aula-conferência e aula colóquio) em que o aluno se encontra excluído de situações que promovam a construção de sua própria aprendizagem, desprezando assim, o seu conhecimento, não respeitando dessa forma, as ideias prévias do aluno. Desse modo, o certo seria instruir o estudante para que deixe de realizar atividades repetitivas e procurem despertar nos mesmos um comportamento investigativo visando desvendar as dificuldades e os obstáculos do seu dia a dia. A autora saliente que

Até a década de 1980, os modelos de ensino predominantes no sistema escolar ocidental foram o tradicional e o não-diretivo. No caso específico das aulas de História, o primeiro tipo caracteriza-se predominantemente pela aula-conferência e pouco mudou desde aquele contexto até a atualidade. O professor assume o papel de detentor do conhecimento, enquanto os alunos se ocupam em ouvir, anotar, ler e memorizar informações que mais tarde serão cobradas em avaliações convencionais. Já no segundo modelo, a aula característica ocorre em forma de colóquio, oportunizando problematizações do saber histórico, porém mantendo a estrutura de uma aula tradicional, em que o professor ainda ocupa o centro do processo de ensino e aprendizagem (Silva; Mendes; Nicolini, 2021, p. 102).

Nesse sentido, quando nos referimos ao campo de pesquisa voltado para a Educação Histórica, identificamos que as investigações nesse campo vem se destacando em países como a Inglaterra, Portugal e Espanha, dentre outros, desde a década de 1970. As investigações realizadas a partir desse período pautam-se em métodos de aprendizagem histórica no âmbito escolar, de modo que tais propostas passem a reestruturar o ensino de História nas escolas, argumentando que o pensamento histórico parte de uma racionalidade e fundamentando-se através de uma epistemologia específica.

No Brasil, as pesquisas voltadas a Educação Histórica surgem com mais veemência no final dos anos 70 e início dos anos 80, em período determinado pelo fim do regime militar e início da redemocratização política. Nesse caso, tanto os professores da rede pública e quanto os professores da rede privada iniciaram suas pesquisas partindo de experiências que foram adquiridas em sala de aula, porém se preocupando em desenvolver novas perspectivas teórico-

metodológicas. Como nos mostra Santos,

Desenvolvida a partir dos anos de 1970 na Inglaterra, a Educação Histórica objetivou analisar as ideias históricas de estudantes e professores. Desde então, expandiu para outras regiões do mundo, como Portugal, Espanha, Estados Unidos, Canadá e Brasil. A iniciativa desta nova concepção da História veio para rebater uma visão da disciplina que consistia em algo pouco atraente e que não havia uma utilização prática para os estudantes. Neste sentido, professores ingleses iniciaram um trabalho objetivando superar essa visão, tornando a História mais interpretativa para os estudantes, partindo de questões mais específicas para os seus estudos. A Educação Histórica trouxe consigo uma nova postura metodológica, tendo em vista que o trabalho com fontes em sala de aula tornou-se uma ferramenta importante para a análise contextual e de habilidades interpretativas de documentos. Neste sentido, a Educação Histórica vai além do ensino da História baseado nos chamados conceitos substantivos, abrindo espaços para os chamados conceitos de segunda ordem, vinculados à ciência da História (Santos, 2019, p. 3).

Como podemos perceber, as pesquisas voltadas para a Educação Histórica passam a priorizar o processo-aprendizagem entre alunos e professores como parte ativa da produção do conhecimento histórico. Desse modo, Isabel Barca, durante suas pesquisas, percebe a necessidade de priorizar o aluno como responsável pela sua própria aprendizagem, levando em consideração suas ideias prévias e as suas experiências diversas no processo de construção do conhecimento histórico.

Para Barca (2004), no padrão de aula pautado no modelo de aula-conferência, cujo princípio é determinado pelo método tradicional, o professor torna-se o único ser capaz de transmitir informações (conhecimento verdadeiro) ao aluno que, por sua vez, torna-se um mero expectador da aula, um sujeito que não é capaz de refletir sobre sua realidade. Ele apenas tem a função de memorizar e reproduzir o que foi repassado pelo professor por meio de testes escritos, que tem por objetivo averiguar a quantidade de informações que o aluno consiga relembrar. Segundo Barca, “entre os profissionais ligados à Educação, este modelo de aula expositiva não é considerado pedagogicamente correta, embora haja indícios de ser ainda largamente praticada” (Barca, 2004, p. 132).

Em relação ao modelo de aula-colóquio, Barca (2004) destaca que esse modelo é determinado pela pedagogia dos objetivos e a ação educativa deve ser planejada e organizada para além da preparação dos conteúdos. Nesse modelo de aula, há uma preocupação em inovar as estratégias de ensino, porém o conhecimento ainda continua restrito ao professor. Esse modelo de aula configura-se em aulas elaboradas usando a criatividade de recursos e estratégias, mas o saber ainda encontra-se centrado no professor. As aulas são centradas na criatividade de recursos e estratégias, nas quais “o saber pode ser problematizado e partilhado, mas a atenção continua a centrar-se na atividade do professor. Desse modo, as ideias prévias dos estudantes

não são levadas em consideração” (Barca, 2004, p. 132).

Barca (2004), quando enfatiza os modelos de aula, nos mostra as principais diferenças entre os modelos pedagógicos (aula conferência, aula colóquio e aula oficina), enfatizando a função de cada uma em torno da lógica, dos métodos utilizados, dos recursos de avaliação e, principalmente, dos efeitos sociais em relação a cada paradigma, sendo que uma das principais críticas apontadas por ela se refere ao improviso ocorrido nas aulas. De acordo com o texto, a autora não se mostra adepta ao improviso, mas apresenta um modelo de aula baseada através de aula-oficina, em que a aula deve ser planejada, organizada por meio do trabalho do professor, que deve se organizar e planejar esse trabalho para que haja resultados.

Metodologicamente, através de seu ponto de vista em relação ao modelo pedagógico referente a Aula Oficina, Barca (2004) defende esse modelo de aula nos mostrando a real importância do planejamento do professor em relação à busca pelas ideias prévias de seus alunos, no planejamento de atividades problematizadoras, através de um diálogo constante entre alunos e professor e não se esquecendo que o aluno é sempre um agenciador do seu próprio conhecimento. Desse modo, ele traz para a escola diversas experiências a partir de seu cotidiano. Assim, por meio da aula-oficina, o professor tem a possibilidade de elaborar oficinas com base nos conhecimentos prévios dos alunos, e é preciso que cada etapa seja desenvolvida através das oficinas, demonstrando que o grau de dificuldade tem que ser ampliado para que o conhecimento histórico sobre o tema abordado seja ampliado também.

Em relação à valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, Pivatto (2014), menciona que:

Os estudantes trazem à sala de aula um conjunto de explicações sobre determinado assunto, conhecido como conhecimentos prévios, muitas vezes diferente dos saberes científicos apresentados pela escola. Este ponto é essencialmente importante, uma vez que possibilita ao professor desacreditar que a apropriação de um conhecimento acontece pela simples transmissão. Os conhecimentos prévios são explicações funcionais para os objetos e fenômenos, muitas vezes pouco elaborados que precisam ser identificados e levados em consideração pelos professores... (Pivatto, 2014, p. 1).

Barca menciona ainda destaca que até se chegar a uma aula oficina é necessário um extenso planejamento por parte do professor, pensando além dos conteúdos, pensando na aprendizagem do seu aluno acerca do tema que está sendo abordado. Ela compara a tarefa de planejar do professor com a organização cirúrgica de um médico, obedecendo cada etapa do processo. Segundo ela, “no planejamento das aulas as tarefas são organizadas de forma cirúrgica, em sequência de ensino por cada uma das instrumentalizações [...] de acordo com o nível de organização prévia do trabalho, do stock de materiais existente...” (Barca, 2004, p. 134-

135). Portanto, entende-se que as etapas são estruturadas pelo professor de acordo com os objetivos propostos, visando atingir à aprendizagem almejada em relação aos seus alunos.

Barca (2004) enfatiza que deve haver por parte do professor uma percepção em relação aos objetivos de ensino de um determinado tema a ser trabalhado, facilitando a elaboração das perguntas no intuito de averiguar os conhecimentos prévios dos estudantes para uma posterior problematização, que deverá ocorrer em sala de aula juntamente com os alunos, dando oportunidade para que eles possam identificar suas respostas e até podendo confrontá-las com as interpretações dadas por seus colegas.

Como foi ressaltado acima, pensando no conceito de Aula Oficina e na questão de o professor direcionar sua aula através da busca pela interpretação das ideias prévias de seus alunos, percebemos que o aluno deve ser sujeito ativo em relação à aprendizagem, em que o conhecimento é construído por meio de atividades problematizadoras, implicando em um diálogo constante entre alunos e professor. Cabe ao professor analisar cuidadosamente as respostas dos alunos e a partir de suas ideias prévias conduzir a aula, mas sempre atento aos objetivos propostos no momento de formulação das perguntas. É importante ressaltar que o professor só irá detectar traços referentes a cultura histórica, bem como o grau de literacia histórica a partir dos resultados prévios dos alunos. A respeito do conceito de literacia histórica Schmidt (2009), aduz que:

[...] pode-se caracterizar a literacia histórica como a construção de sujeitos historicamente letrados, que sejam minimamente capazes de [...] ter uma imagem do passado que lhes permita orientarem-se no tempo, a qual exige o domínio de determinados conteúdos históricos ou uma compreensão substantiva coerente do passado. (Schmidt, 2009, p. 17)

Diante do que já foi exposto acima sobre Aula-oficina, Barca (2004) ainda nos fornece outra importante contribuição para o ensino de História referente ao trabalho com documentos históricos. Ela ressalta que os alunos, através das aulas de História, deverão ter a capacidade de

I Interpretação de fontes:

‘ler’ fontes históricas diversas – com suportes diversos, com mensagens diversas; cruzar as fontes nas suas mensagens, nas suas intenções, na sua validade; selecionar as fontes com critérios de objetividade metodológica, para confirmação ou refutação de hipóteses descritivas e explicativas.

II Compreensão contextualizada:

entender – ou procurar entender – situações humanas e sociais em diferentes tempos, em diferentes espaços; relacionar os sentidos do passado com as suas próprias atitudes perante o presente e a projeção do futuro; levantar novas questões, novas hipóteses a investigar – o que constitui, em suma, a essência da progressão do conhecimento.

III Comunicação:

expressar a sua interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo com inteligência e sensibilidade, utilizando a diversidade dos meios de comunicação atualmente disponíveis (Barca, 2004, p. 133,135).

Para que os alunos possam adquirir as habilidades mencionadas acima é preciso que o professor seja capaz de acompanhar as transformações conceituais. Tal postura, segundo Barca (2004), é de extrema relevância ao professor, uma vez que o planejamento de suas aulas mencionará as tarefas a serem desenvolvidas para o sucesso da aprendizagem. Ela ressalta também o fato de que, no decorrer da organização do planejamento, o professor deverá focar na perspectiva das instrumentalizações que serão desenvolvidas *a priori* e não somente nos conteúdos abordados. Para que o planejamento das aulas possa desenvolver o pensamento histórico nos alunos, a autora sugere um roteiro a ser seguido: primeiramente é preciso verificar os conhecimentos prévios dos alunos; problematizar situações que envolvam a realidade dos alunos e que estas os desafiem. O professor no decorrer da execução das oficinas terá que interromper vários momentos das aulas, a fim de conceber uma avaliação acerca do desenvolvimento das ideias históricas dos alunos (Barca, 2004, p. 134-135).

De acordo com Isabel Barca, “o planejamento das atividades de aula pode ser mais ou menos formal, mais ou menos minucioso, de acordo com o nível de organização prévia do trabalho, do *stock* de materiais existente e de experiências do professor” (Barca, 2004, p. 135). Desse modo, cabe ao professor determinar o formato do planejamento, sendo mais condensado ou não, e isso dependerá do decorrer das aulas e da aprendizagem dos alunos. O professor deverá atentar-se ao conteúdo ministrado, pois o planejamento deve seguir o Currículo Referência proposto para cada etapa de ensino de acordo com os documentos legais, sempre preocupando-se com o desenvolvimento de questões problematizadoras baseadas em experiências dos estudantes, além de realizar a avaliação contínua, dentre outros.

Barca (2004), expõe em seu texto assevera que o objetivo principal da aula oficina seria desenvolver o pensamento histórico dos estudantes a partir da observação das mudanças conceituais. Desse modo, ela propõe para os professores um roteiro visando o desenvolvimento das ideias históricas dos alunos. Segundo a autora, o professor, no momento do planejamento, deverá: definir a temática, de acordo com o Documento Curricular; organizar o planejamento, levando em consideração a aplicação e análise dos conhecimentos prévios dos estudantes, tendo por base os objetivos de ensino; realizar a problematização da temática juntamente com os estudantes para posterior intervenção pedagógica; planejar e propor atividades que desenvolvam as habilidades desejadas, realizar a aplicação de instrumentos de meta cognição;

e, por fim, socializar as produções dos estudantes em relação a unidade temática investigativa e realizar uma avaliação contínua referente ao avanço das ideias históricas dos estudantes.

Portanto, nossa pretensão é trabalhar com aula oficina a partir da obra *Tropas e Boiadas*, destacando o contexto histórico dos tropeiros em Goiás. De acordo com a análise do Documento Curricular para Goiás, os conceitos que serão trabalhados por meio de tais aulas são condizentes ao conteúdo do 9º ano do Ensino Fundamental, como podemos perceber através do documento,

No 9º ano consolida-se a República Brasileira e sua contextualização mundial é o foco do ato de historicizar a contemporaneidade. Para compreender as mudanças ocorridas no Brasil, após a proclamação da República, e o protagonismo de diferentes grupos e atores históricos neste período, faz-se necessário compreender os processos ocorridos na História Geral dos séculos XX e XXI, reconhecendo as especificidades e aproximações entre diversos eventos (Goiás, 2023, p. 95).

3.2 Material Pedagógico

O material proposto através de oficinas pedagógicas foi pensado com o objetivo de apoiar o professor no momento de planejar e ministrar suas aulas de forma prática e concisa. E terá como fonte o livro de Hugo de Carvalho Ramos, *Tropas e Boiadas*, com o intuito de identificar e analisar os conhecimentos prévios dos alunos em relação ao tema abordado. Para isso realizaremos um questionário visando identificar quais conhecimentos os alunos possuem sobre o cotidiano dos tropeiros em Goiás e suas contribuições culturais para a nossa sociedade. Sobre a função de pensar historicamente nesse contexto, o Documento Curricular de Goiás menciona que:

As questões que nos levam a pensar historicamente como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na instituição escolar, são originárias do tempo presente, de forma contextualizada e valorizando o protagonismo do estudante e do professor nas práticas pedagógicas. Ao considerarmos a necessidade de explicação do mundo em que vivemos, em seus múltiplos sentidos, é fundamental que a relação passado/presente impulse a dinâmica do ensino-aprendizagem. Tal processo acontece, dialogicamente, na busca do desenvolvimento formativo do sujeito de direito, a partir de seu arcabouço de experiências socioculturais vivenciadas. Este exercício possibilita ao estudante analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes, relacionando sua existência social, política, econômica, cultural e identitária com o mundo dinâmico e globalizado em que vive (Goiás, 2023, p. 91).

Desse modo, as oficinas pedagógicas que compõe esse material foram elaboradas por meio da contextualização dos conteúdos, tendo como princípio o abandono do ensino tradicional, baseado em aulas expositivas e tendo o professor como o detentor do conhecimento, sendo este transmitido como verdade absoluta, cabendo aos estudantes a função de responder

exercícios de fixação e memorização. Segundo Vasconcellos, nesse caso, “o educando não tem campo psicológico para se expressar, já que o que importa é a exposição do professor. São comuns frases do tipo: “Não gosto de ser interrompido quando estou falando!” (Vasconcellos, 1992, p. 2)

De acordo com as sugestões de oficinas abaixo, é importante ressaltar que as mesmas tem por objetivo identificar os conhecimentos prévios dos estudantes do 9º Ano. Partindo desse pressuposto, aplicaremos um questionário contendo diversas perguntas relacionadas à cultura dos tropeiros em Goiás, como: significado e palavras relacionadas a tropeirismo, principais atividades desenvolvidas por eles, principais contribuições culturais para a sociedade, como eram as viagens e o pouso, principal meio de transporte, objetos usados por eles e como era sua alimentação.

Posteriormente, realiza-se uma análise de diversos documentos (escritos, pictóricos e audiovisuais), relacionados à cultura dos tropeiros em Goiás.

Finalizando as oficinas, será aplicado um questionário de autoavaliação visando identificar como foi a participação dos estudantes e o desenvolvimento das atividades no decorrer das aulas. Desse modo, considera-se que, a autoavaliação em questão permitirá ao estudante analisar o seu próprio desenvolvimento nas atividades propostas pelo professor e que o mesmo consiga registrar suas opiniões em relação ao tema abordado, além de ser protagonista da sua própria aprendizagem, visando vencer os obstáculos e planejamento metas para o futuro.

3.3 Planejamento: A Educação Histórica, aprendizagem de conceitos e tropeirismo: uma experiência com Aulas-Oficina

ESCOLA:
DISCIPLINA: História
PROFESSOR (A):
TOTAL DE AULAS: 08 aulas
SÉRIE: 9º Ano
UNIDADE TEMÁTICA: O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX.
OBJETO DE CONHECIMENTO/CONTEÚDO: - A Primeira República e suas características.
OBJETIVOS GERAIS: - (EF09HI01) Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos

da emergência da República no Brasil;

- (GO-EF09HI02-A) Analisar os processos políticos, econômicos e sociais que levaram ao domínio político das oligarquias brasileiras no período conhecido como Primeira República, identificando particularidades da história local e regional;
- (GO-EF09HI05-B) Conhecer e analisar o coronelismo no Brasil, seus impactos e contradições no contexto nacional e regional;
- Compreender a relação entre a atividade dos tropeiros no período colonial e a circulação de pessoas, mercadorias e ideias;
- Relacionar a consolidação de um mercado interno colonial à atividade tropeira;
- Conhecer aspectos da cultura dos tropeiros, identificando o contexto histórico, local e regional;
- Compreender a dinâmica da História de Goiás, a partir de aspectos locais referentes ao pouso de tropeiros;
- Identificar os objetos (bens materiais e imateriais) constitutivos de memória.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.

PROBLEMATICA:

Na maioria das escolas, há uma defasagem em fazer com que os estudantes se envolvam nas aulas de História. É preciso que os docentes tenham a preocupação em desenvolver metodologias em que o ensino de História seja mais compreensível aos estudantes. É preciso desenvolver uma prática em que os estudantes consigam atribuir significados aos conteúdos, e por meio da construção do conhecimento histórico, ele torna-se capaz de desenvolver a sua consciência histórica e consiga interpretar a realidade em que estamos inseridos. O professor, dessa forma, tem um papel primordial em tentar investigar o que o estudante pensa em relação a determinado conteúdo e quais conceitos foram trazidos por ele por meio de sua vivência.

Nesse contexto, percebe-se que a sala de aula, durante a aplicação de uma aula-oficina torna-se um local de pesquisa, e nesse caso, o professor faz com que os alunos questionem o que estão analisando, e investiguem diversas fontes utilizadas pelo professor, através dos conhecimentos prévios. Isso possibilita que o conhecimento dos alunos seja aprimorado, além de permitir a construção do conhecimento por meio da execução de atividades específicas e através de duplas.

METODOLOGIA:

As aulas-oficina serão desenvolvidas da seguinte maneira:

- **Atividade 1-** Aplicação de questionário visando detectar os conhecimentos prévios dos alunos e

socialização do mesmo. (Apêndice I, pág. 99)

- **Atividade 2** – Interpretação de fontes históricas - documentos escritos, pictóricos e audiovisuais. E socialização dos mesmos (Apêndice II pág. 101)

- **Atividade 3** – Realização de autoavaliação. (Apêndice III, pág. 111).

FONTES HISTÓRICAS/MATERIAIS DIDÁTICOS:

- Cópias do conto “Caminho das Tropas”;

- Textos complementares;

- Imagens;

- Vídeos temáticos;

RECURSOS MATERIAIS:

- Notebook;

- Projetor;

- Quadro;

- Caixa de som;

- Celular;

- Xerox das imagens e textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARCA, Isabel. Aula oficina: do projeto à avaliação. *In: JORNADA DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA*, 4., 2004, Braga. *Atas* [...]. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131-144.

GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961. Disponível em: <https://archive.org/details/tropas-e-tropeiros-na-formacao-do-brasil/mode/2up>. Acesso em: 18 ago. 2023.

RAMOS, Hugo de Carvalho. **Tropas e Boiadas**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1986.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa com a obra *Tropas e Boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos, proporcionou uma série de conceitos que puderam ser trabalhados de forma minuciosa com o propósito de realizarmos uma conexão possível entre a literatura abordada e os vários segmentos históricos identificados através da mesma. Assim, o rancho, o pouso e as tropas são alguns dos elementos que integram simbolicamente os conjuntos identitários abarcados pelos espaços daqueles aos quais denominamos “sertanejos”.

Hugo de Carvalho Ramos é um escritor que se destaca dentro do cenário da literatura regionalista, sobretudo no que diz respeito ao regionalismo pragmático, cuja tendência é perpassada pelo realismo. A observação direta da realidade nacional e, principalmente, da vida dos tropeiros e boiadeiros permitem descortinar aos olhos do leitor a realidade regional do início do século XX.

Nesse período, o estado de Goiás passou por várias transformações de caráter econômico, cultural e social, em decorrência do movimento tropeirismo no Brasil Central. O tropeirismo é assim chamado em virtude da existência das tropas constituídas por muares que conduziam gados pela região, estabelecendo rotas comerciais ao longo do estado de Goiás e também com outros estados do Brasil.

Além das mulas e do gado, a mercadoria mais valorizada na época, os tropeiros (proprietários e/ou condutores de tropas) transportavam também gêneros alimentícios, produtos manufaturados, inclusive os importados da Europa, e também faziam intercâmbio de informações, já que o tropeiro teve importância cultural relevante como veiculador de idéias e notícias entre as regiões distantes entre si, numa época em que não existiam bons acessos de estradas no Brasil. Esse movimento tornou-se um importante fator de formação sócio-político-econômica nas regiões em que ocorreu, razão pela qual é considerado por historiadores como uma das atividades mais relevantes de nossa história.

Enquanto os trilhos da estrada de ferro não chegavam a Goiás, não podíamos contar nem com estradas de rodagem, os poucos caminhos que os tropeiros encontravam eram abertos através do trabalho dos peões. Em terrenos pouco acidentados, usavam o carro de bois para auxiliar no transporte de cargas. Através da obra *Tropas e Boiadas* identificamos que as tropas de muares foram responsáveis por resolver a aflição dos tropeiros em relação à falta de transporte no território goiano. Com sua chegada houve um desbravamento das terras goianas, facilitou transmissão de notícias, o deslocamento de mercadorias que chegavam quase sempre da Europa, até mesmo para regiões distantes do Brasil, dentre outros. Neste sentido, Goulart

destaca que “a tropa de muares foi sistema de transporte de capital importância para o desenvolvimento econômico e social do Centro-Sul (São Paulo), do Centro-Oeste (Minas Gerais) e do Extremo-Oeste (Mato Grosso), assim como o foi lombo de cargueiro”, (Goulart, 1961, p. 49).

Desse modo, através da leitura e análise da obra *Tropas e Boiadas* nota-se que a tropa de muares contribuiu significativamente para o trabalho que os tropeiros realizavam no transporte e controle do gado de uma região para outra. Observa-se que, graças ao conhecimento que eles adquiriam com a experiência, facilitaram a compreensão e o domínio advidos da natureza, das técnicas utilizadas no manejo com o gado, bem como a importância de seu viver como percepção sobre o valor cultural exercido durante sua atividade e na transformação dos lugares por onde passavam, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás e até mesmo do Brasil.

O movimento tropeirista, em Goiás, demonstra que, em virtude da necessidade de paradas para o descanso e para alimentar a tropa e os tropeiros, foram tendo origens povoados, os quais foram se transformando em cidades. Este fato por si só possibilitou, de maneira gradativa, a integração entre as economias regionais e a população brasileira, constituindo-se, um dos elementos essenciais de uma estrutura organizacional, que se apresenta em diversas formas de inter-relacionamentos ou entrelaçamentos sociais que permitem melhor compreensão do processo de transformação social.

Estamos certos de que a riqueza cultural que perpassa as páginas da obra literária *Tropas e Boiadas* foi parcialmente resgatada por meio de um estudo como este, que possibilita a compreensão desta variedade cultural. Esperamos que este trabalho possa contribuir para que os leitores e leitoras da atualidade consigam chegar aos caminhos trilhados pelos tropeiros e condutores de gado no sertão goiano, desvendando os aspectos físicos e culturais dos habitantes e trabalhadores deste sertão e formando uma representação que expresse os valores, a cultura, os dramas e o modo de viver desses desses personagens históricos.

A construção dos textos de Hugo de Carvalho Ramos privilegia a temática do mundo rural, sendo o modo de vida no campo, na lida com as tropas e as boiadas a característica constitutiva de seus personagens. Pela boca dos tropeiros, dos boiadeiros, surgem termos característicos do linguajar da região central do Brasil, carregado das nuances formatórias daquela população. Os bandeirantes de outrora das regiões de Goiás são aqui apresentados como tropeiros e boiadeiros que perpassam as beiras das cidades, vilas e povoados goianos.

É neste sentido que a identidade criada por Hugo de Carvalho Ramos é a identidade de um sertanejo produtivo e diferenciado por seu trabalho. As atividades exercidas por este

sertanejo são importantes, sobretudo, para o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste goiano. Ora lidando com as tropas e com as boiadas, ora lidando com as plantações e colheitas, este sertanejo é um ser produtor, que contribui para o desenvolvimento econômico de sua região. É neste sentido, que no contato direto com a natureza, o sertanejo também retira dela sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que garante também a sobrevivência de outros membros da sociedade.

FONTE

RAMOS, Hugo de Carvalho. **Tropas e Boiadas**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1986.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Amélia Garcia. A identidade sertaneja na literatura regionalista. **Revista de História Regional**, v. 17, n. 1, p. 89-111, 2012. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/3274/3053>. Acesso em: 02 fev. 2023.

ALMEIDA, Nelly Alves de. **Estudos sobre quatro regionalistas**. 2. ed. Goiânia: UFG, 1985.

ALVES, Denise de Fátima Lessa Alves. A Jagunçagem em algumas obras regionalistas. **Revista Versalete**, v. 9, n.16, p. 115-132, jan.-jun. 2021. Disponível em:

<http://www.revistaversalete.ufpr.br/edicoes/vol9-16/7-lessa,-denise-de-fa%cc%81tima.-a-jagunc%cc%a7agem.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BARCA, Isabel. Aula oficina: do projeto à avaliação. *In*: JORNADA DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA, 4., 2004, Braga. **Atas** [...]. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131-144.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, v. 1, n. 3, p. 94-109, 2010. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658/16073>. Acesso em: 03 out. 2021.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CAMPOS, Francisco Itami. Goiás, formas de ocupação. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 71-80, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/1772/2142>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. As metamorfoses do coronel. **Política democrática: revista de política e cultura Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-21, 2001. Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/artigos-de-periodicos/item/78801-as-metamorfoses-do-coronel.html>. Acesso em: 19 out. 2023.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV,

2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência ao limite da modernidade. 3. ed. Goiânia: UFG, 2010.

ELIASSIM, Cristiano Curtis. **Léxico relativo às profissões dos tropeiros e condutores de gado em Tropas e Boiadas, de Hugo de Carvalho Ramos**. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Departamento de Letras, Universidade Federal de Goiás, Catalão/GO, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3817/5/Disserta%20c3%a7%20a3o%20-%20Cristiano%20Curtis%20Eliassim%20-%202014.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

GAGO, Marília. Consciência histórica e narrativa no ensino da História: lições da História...? Ideias de professores e alunos de Portugal. **História Hoje**, Porto, v. 5, n. 9, p. 76-93, 2016. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/239/167>. Acesso em: 17 abr. 2023.

GALVÃO, André Luis Machado. **O coronelismo na literatura**: espaços de poder. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2018.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GASPARIN, João Luís. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Documento Curricular para Goiás/ DCGO**. Goiânia: Consed: Undime, 2018. Disponível em:

https://www.cidadeocidental.go.gov.br/res/midias/outros/80d3d5d8ac56f920562e29f5ef9785df.pdf?_ga=2.114820932.276497606.1619452211-1954095212.1606217088. Acesso em: 23 mar. 2023.

GOMES, Luciana Coelho. **Hugo de Carvalho Ramos – uma obra no intervalo entre a tradição e a modernidade**. 2020. 160 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Departamento de de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30215/1/HugoCarvalhoRamos.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2023.

GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961. Disponível em: <https://archive.org/details/tropas-e-tropeiros-na-formacao-do-brasil/mode/2up>. Acesso em: 18 ago. 2023.

GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. Considerações sobre o método. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 291-300.

HOBSBAWM, Eric. O que a História tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea? *In*: HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 36-48.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul.-dez. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/LY8JzHPGjwqBrvdPp7Qxr5t/?lang=pt&format=pdfb>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MEDEIROS, Alexsandro M. Coronelismo e relações de poder na literatura. **Sabedoria política**, Parintins, AM, 2015. Disponível em:

<https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/coronelismo-e-relacoes-de-poder-na-literatura/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PAES, Jurema Mascarenhas. **Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no alto sertão baiano**. 2001. 165 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2001.

Disponível em:

https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/7_tropas_e_tropeiros_na_primeira_metade_do_seculo_xix_no_alto_sertao_baiano.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant' Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. 7. ed. Goiânia: UCG, Vieira, 2008.

PEREIRA, Gilberto G. Os cem anos de “Tropas e Boiadas” e o banquete de palavras em sua homenagem. **Jornal Opção**, Goiânia, 23 dez. 2017. Disponível em:

<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/os-cem-anos-de-tropas-e-boiadas-e-o-banquete-de-palavras-em-sua-homenagem-113313/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. **Nuevo-mundo – mundos nuevos**, n. 6, 2006. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>. Acesso em: 19 ago. 2022.

PIRES, Sidney Oliveira Júnior. A obra literária como recurso no ensino de História. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 18., 2006, Assis, SP. **Anais [...]**. Assis, SP: ANPUH/SP – UNESP, 2006. CD-ROM. Disponível em:

<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/cd%20xviii/pdf/ordem%20alfab%20c9tica/sidney%20oliveira%20pires%20junior.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PIVATTO, Wanderley Brum; SILVA, Sani de Carvalho Rutz da. Os conhecimentos prévios dos estudantes como ponto referencial para o planejamento de aulas de matemática: análise de uma atividade para o estudo de geometria esférica. **REVEMAT**, v. 9, p. 43-56, 2014.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/view/1981-1322.2014v9n1p43/27618>. Acesso em: 28 mar. 2023.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. Considerações sobre a construção da história escrita, ensinada e divulgada através da matriz disciplinar de Jörn Rüsen. **Diálogos**, Maringá. v. 22, n. 3, p. 32-54, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/45349>. Acesso em: 19 out. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Leonardo José. **Honra e infâmia no cerrado**: Representações do coronelismo em herança de sangue de Ivan Sant' Anna. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades – Saberes e expressões culturais do cerrado) - Departamento de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis/GO, 2021. Disponível em: <https://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/699>. Acesso em: 02 fev. 2023.

RÜSEN, Jörn. **História Viva** – Didática – funções do saber histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2007b.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado** – Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: UnB, 2007a.

SANTOS, Flávio Batista dos; CAINELLI, Marlene Rosa. Educação histórica e temporalidade: campo e categoria do ensino e aprendizagem em história. **HISTEDBR Online**, Campinas, SP, v. 19, p. e019032, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654355>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é esta? *In*: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender história**: perspectivas da educação histórica. Ijuí/PR: Unijuí, 2009. p. 21-51.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Literacia Histórica: um desafio para a educação histórica no século XXI. **História & Ensino**, Londrina, v. 15, n. 0, p. 9-22, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11424>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SILVA, Diogo da Roiz. A 'nova História Cultural': questões e debates. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 2, p. 181-186, jan./ jun. 2008. Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/02/09.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SILVA, Maria da Conceição; MENDES, Breno; NICOLINI, Cristiano. A aula-oficina e suas possibilidades: vinte anos depois, 1999-2019. *In*: ALVES, Luís Alberto Marques; GAGO, Marília; LAGARTO, Mariana (coord.). **Vinte anos das Jornadas Internacionais de Educação Histórica**. Porto: CITCEM, 2021. p. 101-114. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18604.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

STRAUBE, Kelly von Knoblauch. **Estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro** – o caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória/PR. 2007. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/GEOGRAFIA/Dissertacoes/disserta_tropeiros.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

TELES, José Mendonça. **Dicionário do escritor goiano**. Goiânia: AGEPEL, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia Dialética em sala de aula. **Revista de**

Educação AEC, Brasília, n. 83, abr. 1992. Disponível em:
<http://www.celsovasconcellos.com.br/Textos/MDSA-AEC.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

VICENTINI, Albertina. **O Regionalismo de Hugo de Carvalho Ramos**. Goiânia: UFG, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. Ensino de História, participação da comunidade e cultura histórica. **Saeculum – Revista de História**, n. 6/7, p. 49-58, jan./dez. 2000/2001. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/download/11263/6378/>. Acesso em: 19 out. 2023.

APÊNDICE I - Atividade 1 – Questionário das ideias prévias dos estudantes

Total de aulas: Duas (02) aulas de 50 minutos cada;

Objetivo Geral: Identificar as ideias prévias dos estudantes em relação ao tema;

Objetivo Específico: Salientar a necessidade de identificar e analisar os conhecimentos prévios dos estudantes para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem;

Metodologia: Aplicação de questionário

Descrição da atividade:

Questionário – identificação das ideias prévias dos estudantes (A cultura tropeira em Goiás)
ESCOLA:
NOME:
PROFESSOR:
DISCIPLINA: História
SÉRIE: 9º Ano
1. Você sabe o que significa a palavra tropeiro? () Sim () Não Caso a resposta seja sim, justifique:
2. Qual outra palavra você relacionaria a palavra tropeiro?
3. Que tipo de atividade ou trabalho você imagina que um tropeiro faz?
4. Quais as maiores dificuldades que os tropeiros enfrentavam durante as viagens?
5. Qual foi a maior contribuição dos tropeiros para a sociedade goiana?
6. Quais mercadorias eram transportadas pelos tropeiros?

7. Qual o meio de transporte os tropeiros mais usavam?
8. Como você descreveria o pouso dos tropeiros?
9. Cite alguns instrumentos/objetos utilizados pelos tropeiros.
10. Descreva alguns alimentos que eram consumidos pelos tropeiros em suas viagens e que fazem parte da nossa alimentação.
11. Você saberia dizer o tempo que os tropeiros gastavam nas viagens?

OBS: Na próxima aula o professor deverá realizar a socialização das respostas dos estudantes a partir dos questionamentos apresentados;

APÊNDICE II - Atividade 2 – Análise de fontes históricas (escrita, pictórica e audiovisual)

Objetivo Geral: Aguçar e ampliar o conhecimento sobre a cultura histórica dos estudantes em relação ao tema abordado por meio da análise de diversas fontes históricas, suscitando à compreensão do passado dos tropeiros, bem como de sua influência cultural em nossa sociedade no presente.

Objetivos Específicos: Despertar sob diferentes pontos de vista expressos através das fontes em análise, levando a compreensão das diversas práticas sociais dos tropeiros em diferentes épocas e lugares.

Metodologia: Análise de fontes históricas diversificadas (escrita, pictórica e audiovisual). Em relação a análise de diversos tipos de fontes relacionadas ao tropeirismo, temos por objetivo estimular nos estudantes a compreensão em relação a cultura dos tropeiros no final do século XIX e início do século XX, bem como identificar traços dessa cultura em nossa sociedade nos dias atuais. Ao todo serão analisadas três fontes históricas, dentre elas, uma fonte escrita, outra pictórica e a última audiovisual.

FONTE 01

Total de aulas: duas (02) aulas de 50 minutos cada.

Descrição da atividade – Análise do conto *Caminho das Tropas*.

Em relação a primeira fonte em análise, a mesma refere-se a um conto obtido através da obra *Tropa e Boiadas* de Hugo de Carvalho Ramos, texto este que tem como narrador um tropeiro, que por meio de sua descrição procura narrar a rotina das tropas com seus muares. Por meio de uma minuciosa descrição, o narrador procura mostrar como era o caminho percorrido pelas tropas no final do século XIX e início do século XX, retratando como era o dia a dia dos tropeiros (as viagens, os momentos de descanso, o preparo da alimentação, a lida com os animais, os causos contados por eles, principalmente de assombrações, as intempéries enfrentadas, dentre outros).

Conto disponível em: <http://www.poeteiro.com/2017/10/caminho-das-tropas-conto-de-hugo-de.html> Acesso em: 15 ago. 2023.

- Entregar uma cópia do conto original e da vida e obra de Hugo de Carvalho Ramos para que a atividade seja realizada através de duplas.

Textos auxiliares para a análise da FONTE 01

https://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1367858467_ARQUIVO_texto_deapresentacao.Doc.pdf

<http://www.tropeirosdasgerais.com.br/historia3.htm>

<https://opopular.com.br/magazine/no-centenario-da-morte-de-hugo-de-carvalho-ramos-sua-memoria-n-o-recebe-devida-importancia-1.2246717>

Ficha de análise de fonte histórica 1 (Conto - Caminho das Tropas)

ESCOLA:
NOME:
PROFESSOR:
DISCIPLINA:
SÉRIE:
IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO:
<p>1. Especificar o documento analisado:</p> <p><input type="checkbox"/> fonte 1</p> <p><input type="checkbox"/> fonte 2</p> <p><input type="checkbox"/> fonte 3</p> <p><input type="checkbox"/> fonte 4</p> <p>2. Tipo de fonte analisada:</p> <p><input type="checkbox"/> escrita</p> <p><input type="checkbox"/> pictórica</p> <p><input type="checkbox"/> oral</p> <p><input type="checkbox"/> material</p> <p>3. Característica da fonte:</p> <p><input type="checkbox"/> político</p> <p><input type="checkbox"/> jurídico</p> <p><input type="checkbox"/> religioso</p> <p><input type="checkbox"/> literário</p> <p><input type="checkbox"/> jornalístico</p> <p><input type="checkbox"/> testemunho</p>

Ler o conto *Caminho das Tropas* (entregar uma cópia do texto original) para responder as próximas questões.

4. Autor da fonte 1: _____

5. Época retratada através da obra: _____

6. Mostre a relação do autor com a temática em questão:

7. Ano em que a obra foi produzida: _____

8- Cidade e ano em que o autor nasceu: _____

9. Ao ler o conto você notou que algumas palavras ou expressões não fazem parte do nosso vocabulário. Caso você não conheça cite-as e pesquise os seus significados.

IDENTIFICAÇÃO DO TEMA (Caso necessário utilizar os textos auxiliares mencionados acima).

1. Temática principal retratada através da fonte:

- Retrata o desenvolvimento socioeconômico e político do Brasil;
- Retrata a origem do tropeirismo no Brasil e em Goiás;
- É um conto regionalista, onde estão presentes os costumes de uma época e lugar, onde a rotina dos tropeiros e boiadeiros é retratada ao longo da narrativa.
- Retrata rastros de sentimentos recheados de saudade, vontades de permanecer naquele lugar narrado.

Identificação do contexto histórico

1. Contexto histórico que a fonte se refere:

- A enredo se passa durante o Governo Vargas.
- A narrativa em questão remete ao período imperial.
- A narrativa retrata questões políticas, econômicas e culturais em fins do século XIX e início do século XX.
- A narrativa aborda elementos políticos, econômicos e culturais em fins do século XVII e início do século XVIII.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE

1. Objetivo do documento

- É uma espécie de carta, em que as reminiscências do sertão são desfiadas em diálogos que contam aventuras na beira do Araguaia;
- O conto mostra um recorte da jornada do boiadeiro Joaquim Culatreiro, tangendo o gado pelo interior de goiás, por meio de diálogos e contação de causos;
- Por meio da fonte podemos compreender as engrenagens dos sertões profundos do Brasil de tempos passados;
- Ressalta a dureza da vida do sertanejo de Goiás, ao sobreviver no cerrado em um momento em que o coronelismo ditava as regras e os coronéis as descumpriam de acordo com suas necessidades como forma de dominação e repressão.

2. Quais ideias defendidas no conto por Hugo de Carvalho Ramos?

- Ele promove uma abordagem inédita sobre mentalidades e os laços sociais dos homens da roça, das pequenas cidades e dos fazendeiros sem fim.
- Hugo surpreende por sua genialidade, ressaltando através do conto, a lida na condução do gado pelo interior de goiás, como era o pouso dos tropeiros, enfatizando os causos, a alimentação, os utensílios usados por eles, os momentos de descontração, dentre outros.
- Enfatiza a rusticidade do homem da roça, as tradições familiares, as aventuras do passado e principalmente o ataque de animais durante as viagens;
- Por esse documento, é possível percorrer muitas regiões do estado, desde o rio Araguaia, passando por famosos caminhos tropeiros, como os que levam a curralinho, atual Itaberaí, onde ficaram famosas as concentrações de boiadas.

Avaliação: o professor só deverá seguir para a próxima atividade após a correção da ficha. os eventuais erros deverão ser retomados em sala para possibilitar uma melhor compreensão das fontes pelos alunos.

OBS: Na próxima aula o professor deverá realizar a socialização das respostas dos estudantes a partir das respostas apresentadas.

FONTE 2

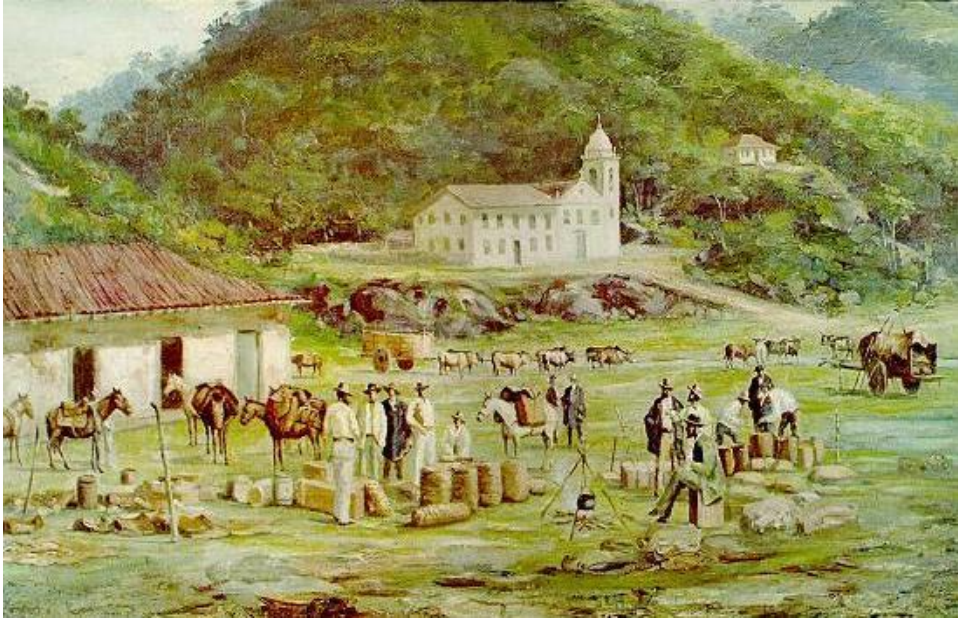
Orientações: Apresentar cada imagem com apoio de um projetor de imagens.

Figura 1



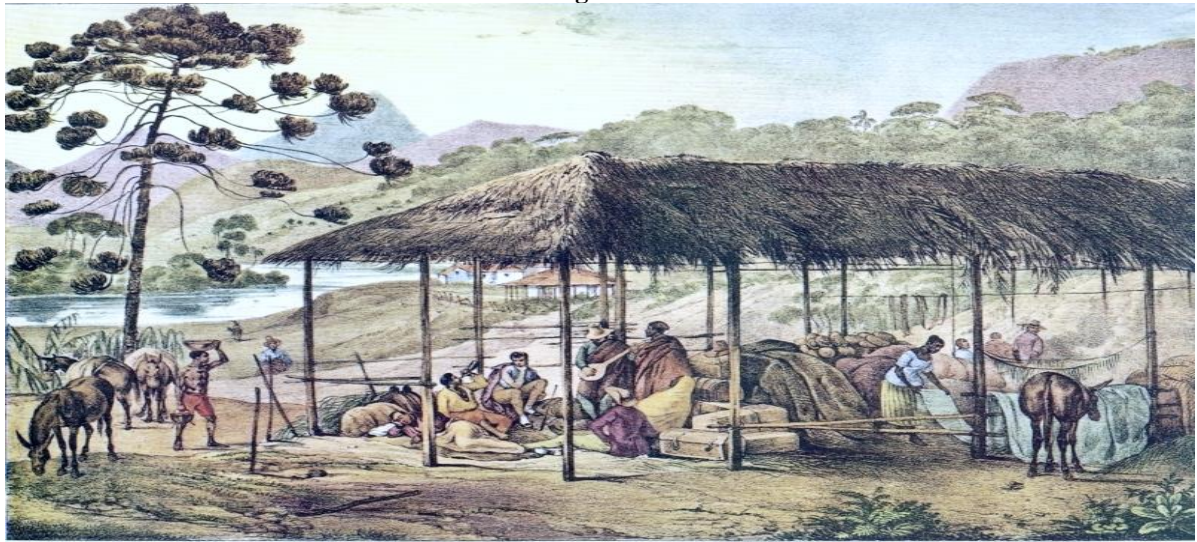
Fonte: <http://mttvirtual.org/conteudos/visualizar/Caminho-do-Tropeiro>

Figura 2



Fonte: https://m.facebook.com/azzeando/photos/a.302007940274458/1126954987779745/?type=3&_rdr
<https://www.novomilenio.inf.br/santos/calixt08.htm>

Figura 3



Fonte: Johann Moritz Rugendas -
https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1624108975_arquivo_6797d8b794a03f278736690040a92796.pdf <https://journals.openedition.org/confins/49220?lang=pt>

Ficha de análise de fonte histórica 2 (Fontes pictóricas)

ESCOLA:
NOME:
PROFESSOR:
DISCIPLINA:
SÉRIE:
IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

1. Especificar o documento analisado:

- fonte 1
- fonte 2
- fonte 3
- fonte 4

2. tipo de fonte:

- escrita
- pictórica
- oral
- material

Observe atentamente as imagens e responda as questões a seguir:

1. Tema retratado em cada imagem:

2. Autor de cada imagem:

3. Ano de cada imagem:

4. Local em que foi produzida cada imagem:

5. Assunto principal de cada imagem analisada de forma detalhada.

FONTE 3

Assistir o seguinte vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=h-lA--jP3K0>

Vídeo auxiliar para a fonte 3: <https://www.youtube.com/watch?v=qIKueDDMduE>

Ficha de análise de fonte histórica 3

ESCOLA:
NOME:
PROFESSOR:
DISCIPLINA:
SÉRIE:
Identificação do Documento Observe atentamente as imagens e responda as questões a seguir: 1. Documento analisado: <input type="checkbox"/> fonte 1 <input type="checkbox"/> fonte 2 <input type="checkbox"/> fonte 3 <input type="checkbox"/> fonte 4 2. tipo de fonte: <input type="checkbox"/> escrita <input type="checkbox"/> pictórica <input type="checkbox"/> audiovisual <input type="checkbox"/> material 3. natureza da fonte: <input type="checkbox"/> político <input type="checkbox"/> jurídico <input type="checkbox"/> religioso <input type="checkbox"/> literário <input type="checkbox"/> jornalístico <input type="checkbox"/> testemunho

Após assistir o vídeo responda:

4- De acordo com o vídeo qual a origem do tropeirismo?

5- Relacione o tropeirismo com a descoberta das minas de ouro em Minas Gerais.

6. Em quais regiões surgiram cidades com o movimento dos tropeiros?

7. Cite algumas contribuições culturais deixadas pelos tropeiros em nossa sociedade.

8. Como era a alimentação dos tropeiros de acordo com o vídeo 2?

OBS: Na aula seguinte, o professor deverá realizar a socialização das respostas dos estudantes a partir das respostas apresentadas.

APÊNDICE III – Autoavaliação - Ficha para Autoavaliação

SOBRE AS ATIVIDADES EXECUTADAS Leia e marque um X na opção que você considera adequada em relação ao seu desempenho ao longo das atividades desenvolvidas.	Sim	Mais ou menos	Não
1. Pesquisei em outros materiais além do solicitado pelo professor (a)			
2. Pedi ajuda a outra pessoa (pai, mãe, irmão etc.)?			
3. Gostei do tema e fui além do que o professor pediu?			
4. Utilizei o dicionário ou perguntei sobre as palavras que não conhecia?			
5. Aprendi coisas novas com as atividades?			

CONVIVÊNCIA SOCIAL Marque um X na opção que melhor expressa as relações de convívio desenvolvidas durante as atividades.	Sim	Mais ou menos	Não
1. Ouvi o professor e prestei atenção nas explicações?			
2. Gostei de trabalhar através de dupla?			
4. Respeitei as opiniões diferentes das minhas?			
5. Participei ativamente das atividades solicitadas pelo professor			
6. A dupla contribuiu para a realização das oficinas de forma equilibrada.			

SOBRE O TEMA ABORDADO Marque um X na opção que retrata melhor o que aconteceu durante as atividades.	Sim	Mais ou menos	Não
1. A Metodologia utilizada nas aulas facilita meu aprendizado?			
2. O professor colocou com clareza os objetivos da aula.			
3. O conteúdo é apresentado de modo claro, sugestivo e interessante.			

4.Em todos os momentos da aula, o professor providencia a participação efetiva e constante do aluno.			
5. As aulas seriam mais atrativas sem o uso do Data-Show?			
6. Deveriam ser empregados outros recursos na exposição das aulas.			
7.O professor formulou perguntas criativas e de acordo com o tema proposto.			
8.Contribuí com idéias/fatos para a solução das questões propostas.			
9. Minhas respostas foram claras e ricas em ideias.			
10. Procuo reler o que escrevo.			
11. Após a correção das atividades feita pela professora procurei corrigir as falhas			
12. O que achei do tema trabalhado.			